



Número: 3

Horta, Terça-Feira, 11 de Novembro de 1980

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

I Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados José Cabral e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação do Programa do Governo Regional.

Nos debates, que antecederam a votação final, intervieram, os Srs. Deputados Martins Goulart (*PS*), Vasco Garcia (*PSD*), Fernando Monteiro (*CDS*), José Ribeiro (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), Mário Freitas (*PSD*), Avelino Rodrigues (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PSD*), Borges de Carvalho (*PSD*), Manuel de Melo (*PSD*), Pacheco de Almeida (*PSD*), João de Brito (*PSD*), Jesusino Facha (*PS*), José Manuel Bettencourt (*PS*), Joaquim Ponte (*PSD*), Conceição Bettencourt (*PS*), Fernando Dutra (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), João Lima (*PS*), Manuel Valadão (*PSD*), Daniel de Sá (*PS*), António Silveira (*PSD*), Carlos Bettencourt (*PSD*), Jorge Castanheira (*PSD*), Frederico Maciel (*PSD*), Costa Neves (*PSD*), Renato Moura (*PSD*), Fernando Faria (*PSD*).

Durante os debates intervieram também os Srs. Presidente do Governo *Mota Amaral*, Secretário Regional do Trabalho *António Lagarto*, Secretário Regional do Comércio e Indústria *Américo Viveiros*, Secretário Regional do Equipamento Social *João Bernardo Rodrigues*, Secretário Regional dos Transportes e Turismo *Madruga da Costa*, e Secretária Regional dos Assuntos Sociais *Fátima Oliveira*.

Produziram intervenções finais sobre o Programa do Governo os Srs. Deputados Fernando Monteiro (*CDS*), Martins Goulart (*PS*), e Borges de Carvalho (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo, *Mota Amaral*.

Apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma moção de rejeição ao Programa do Governo, foi a mesma submetida à votação tendo sido reprovada por 29 votos do PSD e 1 do CDS, havendo 10 votos favoráveis do PS.

Em face deste resultado, foi de seguida submetido à votação o Programa do Governo que obteve 29 votos favoráveis do PSD e 1 do CDS e 10 votos contra do PS.

Em virtude do resultado desta última votação, o Sr. Presidente da Assembleia declarou que o II Governo Constitucional da Região Autónoma dos Açores acabara de receber a sua investidura parlamentar.

Finalmente, fez uma declaração de voto, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação do Plenário da Assembleia três propostas de Resolução:

- a primeira, respeitante à constituição das Comissões Permanentes, a qual foi aprovada por unanimidade;
- a segunda, preconizava que «para a apreciação, neste ano, das Propostas do Plano e do Orçamento Regionais para 1981, a análise em Comissão se efective com dispensa da obrigatoriedade de audiência formal dos Municípios e dos Parceiros Sociais». Submetido à votação foi a proposta aprovada por maioria com 29 votos do PSD e 1 do CDS favoráveis e com 10 votos contra do PS. Acerca do sentido da votação do PS, o Sr. Deputado Martins Goulart fez uma declaração de voto. Também o Sr. Deputado Borges de Carvalho, em declaração de voto, explicitou a posição do Grupo Parlamentar do PSD;
- a terceira, propunha a «Suspensão do presente período legislativo até que as propostas de Orçamento e do Plano este-

jam em condições de ser apreciadas por esta Câmara. . . ». Posta à votação, foi a mesma aprovada com 29 votos favoráveis do PSD e 1 do CDS e 10 abstenções do PS.

Os trabalhos terminaram à 1 hora e 30 minutos do dia seguinte.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 10 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD:— Adelaide Teles, António Amaral, Álvaro Dâmaso, Álvaro Monjardino, Alvarino Pinheiro, Borges de Carvalho, Carlos Bettencourt, Carlos Teixeira, Costa Neves, David Santos, Emanuel Carreiro, Fernando Dutra, Fernando Faria, Frederico Maciel, João Borges, João Medeiros, José Altino de Melo, José Bettencourt Silveira, José Maria Cabral, José Freitas da Silva, José Rodrigues, Joaquim Pontes, Manuel Melo, Mário Freitas, Mário Silveira, Manuel Valadão, Pacheco de Almeida, Renato Moura, Vasco Garcia; PS:— António Fraga, Avelino Rodrigues, Conceição Bettencourt, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Emílio Porto, João Jorge Lima, Jesuíno Facha, Martins Goulart; CDS:— Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 39 Deputados. Pode entrar o público. Declaro aberta a Sessão.

Presidente: Srs. Deputados vamos dar início ao debate do Programa do Governo, propriamente dito, cujas regras regimentais específicas constam do artigo 166.º C do Regimento ontem mesmo aqui aprovado.

Interpretando este artigo e tentando harmonizá-lo com as regras regimentais genéricas que temos em vigor, somos levados à seguinte conclusão. Cada Grupo Parlamentar bem como o Governo Regional terá em conjunto o direito a usar da palavra de todas as formas previstas no Regimento por um período que não deverá exceder para cada um 3 horas, sendo que o Partido não constituído em Grupo disporá de uma hora.

O entendimento deste preceito que é o n.º 3 do artigo 166.º C, deverá a nosso juízo harmonizar-se com o artigo 81.º, n.º 2 do Regimento que disciplina o período do uso da palavra para participar nos debates propriamente, de cada Deputado.

O n.º 2 do referido artigo 81.º, diz que cada Deputado não poderá exceder 20 minutos na 1.ª intervenção, e 15 minutos numa segunda intervenção, sendo que os apresentadores, neste caso, o Programa do Governo, que será o Sr. Presidente do Governo Regional, terá direito a uma intervenção de 30 minutos e uma segunda também de 15 minutos. O que significa que com esta restrição, ou com esta disciplina, digamos individual dos tempos, será perfeitamente possível preencher os tempos globais. Só que esses tempos globais na medida em que excederam os tempos individuais terão que ser consumidos naqueles usos acidentais da palavra, como acontece para pedidos de esclarecimento, para protestos, para, enfim, aquelas pequenas intervenções que são normais num debate, sobretudo num debate vivo.

Ficaremos assim, com este entendimento. As intervenções propriamente ditas, a espinha dorsal do debate, as intervenções orais que se fazem habitualmente daqui desta tribuna, pois terão os tempos genéricos do Regimento estabelecidos para o debate na generalidade, segundo o processo

legislativo comum. Vinte minutos máximos da 1.ª vez e 15 minutos da 2.ª vez. Repito sem prejuízo daquelas outras intervenções menores de carácter acidental, pedidos de explicações, respostas aos pedidos de explicações, protestos, contra-protestos e interpelações à Mesa, etc., as quais terão de ser contabilizadas e levadas a débito do tempo geral atribuído a cada Grupo Parlamentar ou Governo, ou Partido.

Dentro destas regras que assim ficaram expostas, para bom entendimento de nós todos, vamos então dar início ao debate. Porque também é regra regimental, que a Mesa deverá ordenar as inscrições de modo a respeitar na medida do possível o princípio da alternância, eu pedia aos Srs. Presidentes do Grupos Parlamentares que pudessem habilitar a Mesa com uma lista, se possível completa, mas se não completa, pelo menos inicial, a fim de podermos dar início, efectivamente aos debates, respeitando as regras de alternância.

(Pausa)

Assim sendo, tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Em nome do Grupo Parlamentar do PS desejo antes de mais saudar todos os Deputados aqui presentes, o Povo dos Açores que representamos e todo o Povo Português de que orgulhosamente fazemos parte.

No momento em que a Assembleia inicia com enormes responsabilidades os trabalhos da II Legislatura do Parlamento Açoriano, cabe no entender dos Deputados Regionais, eleitos pelo PS a emissão de um voto, no sentido de que toda a nossa vontade política, afirmada em pluralismo de opções, sirva os interesses reais de todo o povo dos Açores, e não somente o de uma clientela ou grupos privilegiados com interesses particulares. Tal, só se tomará possível se quisermos e soubermos dignificar também a nossa Assembleia, e consagrá-la de facto como o órgão máximo da Autonomia dos Açores.

Temos, portanto, um desafio enorme à nossa frente, o de procurar soluções viáveis sem desfalecimentos, para que o regime autonómico se reforce em toda a sua dimensão e assim traga proveito para a vida de todos os açorianos.

Os Deputados Socialistas são oposição ao actual Governo Regional, tudo faremos para merecer a confiança política das dezenas de milhares de Açorianos que em nós depositaram o seu voto.

Estamos aqui com o propósito de servir, num compromisso indefectível com o regime democrático e com a Autonomia Regional que o 25 de Abril possibilitou a todos os Portugueses. Estamos aqui para assumir integralmente as nossas responsabilidades, se para tanto nos forem concedidos os meios indispensáveis ao cabal cumprimento do nosso mandato. Estaremos também aqui para nos opormos veementemente se necessário perante actos ou omissões que

possam vir desvirtuar a missão que a Constituição e o Estatuto da Autonomia nos confere. Esperamos que cada Deputado desta Assembleia seja ele do Partido do Governo ou da Oposição usufrua dos mesmos direitos e dos mesmos deveres para que em condições de igualdade se respeite a democracia e os direitos inalienáveis da oposição democrática.

Vamos trabalhar para bem dos Açores, que ninguém o ponha em causa.

Voz: Muito bem.

O orador: Vamos trabalhar para a consolidação da Autonomia; que ninguém de boa fé disso duvide.

Permitam-me igualmente no início deste debate, em saudação particular aos Deputados que pela 1.^a vez tomam assento no Parlamento Açoriano, no sentido de fazer com que estas primeiras horas de contactos entre Grupos Parlamentares e dos Deputados com a realidade da nossa Assembleia, não sirvam para nos distanciarmos uns dos outros pelo simples facto de estarmos sentados em bancadas diferentes.

O desafio que se coloca a esta Assembleia, o desafio que se coloca à concretização da Autonomia responsabiliza-nos a todos por igual, e todos devemos assumir com igual intensidade a responsabilidade que embora de forma diferente, nos cabe nesta Casa.

Os debutantes dos três partidos são a garantia da renovação em democracia. São a esperança de que a veterania não se instala, que a regra de alternância permite a evolução e o aperfeiçoamento da nossa Assembleia Regional.

Permitam-me igualmente uma saudação particular e de forma especial ao novo membro do Governo Regional, Dr. Adolfo Lima, que sem invocar as razões de amizade pessoal que nos unem, estou certo que dará todo o seu esforço e porá os seus vastos conhecimentos ao serviço dos interesses de todos os Açorianos.

O seu passado de lutador pela liberdade e pela justiça social será garantia suficiente. Igualmente saudamos os veteranos do Governo Regional que debutam pela segunda vez na sua missão histórica, fazemos votos para que a sua veterania ajude os debutantes a vencer os obstáculos iniciais, mas também que tenham a humildade suficiente para aprender da experiência não viciada daqueles que hoje põem todo o seu esforço, a sua alma, na tarefa difícil de colaborar, de participar e de defender os interesses dos Açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Garcia.

Deputado Vasco Garcia (PSD):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao analisarmos o programa do II Governo Constitucional da Região Autónoma dos Açores, encarámos com particular atenção as referências feitas ao ensino superior, à investigação científica e ao ambiente e qualidade de vida. O ensino superior, que era uma antiga aspiração das populações açorianas e foi — para mim e para muitos dos que me escutam — um sonho dos nossos bancos do Liceu, tornou-se uma realidade nestas ilhas com a criação, em Janeiro de 1976, do Instituto Universitário dos Açores. Desde o seu início, a nossa instituição universitária compreendeu a necessidade, expressa a páginas 34 do programa do II Governo Regional, de consciencializar os açorianos quanto à sua indi-

vidualidade cimentando a sua unidade, alicerçada no equilíbrio das suas parcelas.

Criaram-se assim polos universitários em Ponta Delgada, Angra e Horta. Para o profissional universitário esta não foi e não é, obviamente, a melhor solução. Mas à luz do conceito de unidade insular, quanto a nós fundamental para o desenvolvimento sócio-económico e cultural dos Açores, não existe outra alternativa.

Esta é que é a realidade — e temos de encará-la sem vacilações.

A promulgação do decreto-lei 252/ 80, de 25 de Julho que promoveu a Universidade o ex-Instituto Universitário dos Açores, veio dar especiais responsabilidades a este II Governo Regional.

De facto este decreto-lei atribui ao Governo Regional a tutela administrativa da Universidade e confere-lhe poderes de intervenção na nomeação do seu pessoal administrativo, técnico, técnico superior e dirigente, sem prejuízo da subordinação dos docentes e investigadores aos respectivos estatutos de carreira, de âmbito nacional.

Foi quanto a nós um grande passo e o resultado de um labor profícuo e digno de elogios do I Governo Regional.

Estão criadas, em relação à Universidade dos Açores, as condições para o «segundo fôlego» de que necessita, a caminho da sua definitiva implantação regional, nacional e internacional.

Aliás, ninguém melhor do que o Sr. Presidente do Governo Regional resumiu a importância da instituição, ao defini-la ainda recentemente como «o próprio cérebro da Região».

O decreto-lei que criou a actual Universidade dos Açores deu-lhe também responsabilidade na coordenação da investigação científica a nível da Região. Nem de outro modo, aliás, nos pareceria certo.

Os docentes, diplomados e alunos da Universidade dos Açores têm todas as características dos seus pares de outras Universidades e o seu papel na Região, no ensino, na investigação, no preenchimento de quadros, na prestação de serviços, na difusão cultural, está a começar a evidenciar-se. E será ainda mais notório num futuro próximo.

No campo da investigação científica e da prestação de serviços, são inúmeros os casos em que a Universidade participa no desenvolvimento regional.

É um trabalho lento, silencioso, mas — e isso é que importa — é um trabalho seguro.

Falta talvez acelerá-lo. Tarefa que se não é fácil, está no entanto perfeitamente ao alcance do II Governo Regional.

A investigação científica é de resto uma preocupação que vemos constantemente no programa do Governo.

E isto, se é salutar, cria também uma responsabilidade séria, qual é a de evitar a multiplicação de estruturas afins. Cremos que, a nível Região, será necessário começar a pensar-se em termos de inter-disciplinaridade e de complementaridade de equipamentos e meios humanos. Evitando assim que, numa mesma ilha e numa mesma cidade, universitários técnicos dos serviços regionais e até de serviços centrais, adquiram os mesmos aparelhos — às vezes de muitas centenas de contos — os quais muitas vezes ficam sub-aproveitados ou até parados por falta de vária ordem. Pensamos que se

deverá caminhar para a instalação em edifícios próximos ou, sempre que possível, no mesmo edifício, de técnicos, cientistas e laboratórios cujas actividades sejam complementares uns dos outros. Estão nestes casos vários laboratórios universitários e de serviços regionais, cuja afinidade bem merecia que fossem reunidos em complexos interdisciplinares, à semelhança do que se faz em países mais ricos que o nosso.

Mas nestes países, a palavra de ordem é a rentabilidade — o que lhes permite serem cada vez mais ricos e mais eficientes.

O programa do II Governo Regional é muito concreto no que se refere às acções a desenvolver no sector da agricultura e pescas.

Salienta-se a páginas 55 — e quanto a nós muito bem — a articulação a fazer entre os Serviços de Extensão Rural e o Ensino e a Investigação.

Nesta mesma página, o programa refere a preocupação pela manutenção do equilíbrio ecológico dos sistemas envolvidos. Isto leva-nos a abordar outro aspecto das nossas preocupações: a preservação do ambiente e o incremento da qualidade de vida das populações dos Açores.

De facto, em termos de protecção do ambiente, o programa do II Governo Regional, mostra-nos que várias das áreas governativas se preocupam com a manutenção do equilíbrio ecológico das ilhas.

Na página 54, o sector de agricultura e pescas refere textualmente que «o Governo não pode pois permitir que continue a alastrar a monocultura das pastagens em detrimento de todas as que garantam a progressiva satisfação do auto-consumo em produtos agrícolas».

Estas palavras realistas e corajosas devem ser por todos nós meditadas, porque representam uma aposta decidida no futuro da produção agrícola da Região, até aqui em franca decadência.

Importa diversificar o mais possível os meios de produção agrária açorianos, tal como nos pode ensinar qualquer tratado elementar de ecologia aplicada que se refira às produções dos ecossistemas insulares.

Esta é também a recomendação prioritária do projecto MAB 7 da UNESCO, no que se refere às ilhas, particularmente aquelas em que, por via dum maior desenvolvimento, o aumento da população exerce uma forte pressão sobre a agricultura.

Quem ler o projecto 7 do programa MAB (Man and Biosphere) não pode deixar de atentar na decisão acertada que o II Governo Regional tomou decidindo diversificar a produção agrária dos Açores. Tender-se-á assim, em termos ecológicos e portanto económico-sociais, a equilibrar a demografia dos Açores com a «capacidade de carga» do ecossistema insular, ao mesmo tempo que se procurarão resolver os principais problemas agrários e a sua projecção no futuro. Futuro que, não nos esqueçamos — e o programa do II Governo Regional insiste bem neste ponto — tem como horizonte próximo a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu.

Ainda no sector agrário, devemos registar com agrado o desenvolvimento de acções tendentes a melhorar a qualidade dos produtos da agro-pecuária regional, mormente as condições de higiene e sanidade.

Relacionando o sector agrícola como do ambiente, satisfaz-nos muito verificar que a páginas 77 do Programa do Governo, se fala em delimitar as áreas de protecção das nascentes utilizadas para abastecimento das populações, evitando a contaminação das águas.

Urge de facto — e pensamos ainda voltar em breve nesta Câmara a este assunto — produzir legislação relativa ao florestamento das zonas altas que servem de bacias de captação das águas de abastecimento. Tendo a floresta destas zonas sido substituída por pastagem, é óbvio que a água captada é veículo de resíduos microbiológicos e químicos (pesticidas, fertilizantes, agentes infecciosos e outros) que necessariamente acompanham a existência de gado nas bacias receptoras.

Um estudo aturado de epidemiologia revelaria certamente dados curiosos, mas diz o nosso povo que mais vale prevenir que remediar e melhor será não se perder tempo à espera dos resultados das pesquisas, aliás fáceis de antever.

A páginas 76, o Governo Regional dedica no seu programa uma página e meia, aproximadamente ao sector específico do ambiente. Seria pouco se nos outros sectores, não existisse uma preocupação constante pela preservação do meio e da qualidade de vida. Mas, nesta parte específica apraz-nos registar a definição do ordenamento final das zonas de paisagem protegida do Monte da Guia, Monte Brasil e Sete Cidades. Assim como o ordenamento preliminar das reservas da Lagoa do Fogo, Pico e Caldeira do Faial, além de outras zonas novas a proteger.

E destas, temos a salientar que a Universidade dos Açores tem em estudo avançado um projecto para o santuário do «priôlo», no Pico da Vara, em S. Miguel, neste momento objecto de atenção internacional. Além de que, teremos de pensar rapidamente em salvar a Caldeira de Santo Cristo, na ilha de S. Jorge, único local dos Açores produtor de amêijoas e cujo interesse científico e económico é por isso mesmo desnecessário realçar.

Mas, porque os Açores são ilhas e o oceano o nosso horizonte, não podemos terminar sem falar nas ameaças veladas que pendem sobre a nossa Zona Económica Exclusiva.

O programa do Governo, a páginas 12-A, ao referir-se às relações entre a autonomia e a política externa, não se esqueceu de salientar como temas importantes a utilização da ZEE e da plataforma continental, a poluição do mar e a conservação e exploração das espécies vivas. Pensamos que é indispensável que os Açores passem a estar representados nas reuniões da Comissão Nacional para a Poluição do Mar e mesmo nas reuniões internacionais relativas à poluição oceânica.

Ninguém melhor do que nós defende a nossa casa e não nos podemos esquecer que, nos nossos mares, a OCDE ainda hoje pode afundar contentores com milhares de toneladas de lixo atómico e outros resíduos nocivos. É urgente que saibamos intervir nestas questões, as quais não são tão pacíficas como podem parecer.

A nossa vocação europeia, a participação da Região no tratamento de questões internacionais que lhe digam respeito, tal como vem bem expresso neste programa do II Governo Constitucional dos Açores, confere a garantia de que também neste caso, os interesses das populações que em nós

confiam serão defendidos.

Este parece-nos pois, nas matérias que nos competem, um bom programa.

Que seja bem executado, por um bom governo é o voto que aqui deixamos formulado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao abrigo do artigo 38.º do referido Estatuto do Governo Regional, à distância de 15 dias da sua tomada de posse, apresentou à Assembleia Regional, o seu Programa, para os próximos quatro anos.

Como deputado independente na bancada do CDS representando o partido mais minoritário neste primeiro órgão de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, assiste-me a obrigação cívica e o direito próprio, de usar da palavra, durante até uma hora ao longo da discussão do documento, para tecer as necessárias críticas e se possível, acrescentarei, uma lúcida contribuição.

Fá-lo-ei portanto plenamente consciente dos meus deveres cívicos, com a dimensão devida da minha escassíssima representatividade parlamentar, o que virá a pôr em prova o sentimento democrático que aqui se vier a desenrolar agora e pelos quatro anos de vigência do meu mandato.

Comprometo-me desde já perante os meus pares que só me pronunciarei no propósito do engrandecimento da Autonomia Açoriana ou melhor dizendo da minha terra e deste povo de história secular onde a gesta dos que aqui vivem é tão heróica como a dos que daqui partiram em busca de melhor vida. E são todos estes emigrantes que daqui demandaram nossas terras que com as suas virtudes de trabalho e honradez, prolongam o espírito açoriano, levando no coração a saudade da grande Família insular.

Dizia portanto, gesta heróica porque viver na nossa terra, de belezas ímpares mas de carências múltiplas é um acto tão pouco comum nos dias de hoje, em plena era da crise da fartura para uns, dum lado e do outro do Atlântico, na magia das luzes das cidades e da civilização dos tempos livres.

É uma heroicidade que eu não saberei distinguir se nasce na impossibilidade de partir ou no enraizamento voluntário ao belo mas pobre berço que nos embala.

É heróica também porque aqueles que emigraram para o Canadá ou América deixam para o Passado todo o seu sonho de juventude, todo o seu vínculo ao ambiente familiar e amigo.

Hoje ser açoriano nos Açores é sortilégio e virtude ao mesmo tempo.

Ao virar a página com a aprovação do Estatuto de Autonomia antevejo porém o momento histórico que atravessamos como uma esperança de dias melhores.

É por isto que tudo o que fizermos a partir de agora é mais responsável perante o eleitorado e perante a história Açoriana.

É neste contexto que me situo como deputado regional com ou sem enormes multidões de apoiantes — pois a alma não tem limites — desde que a minha voz neste parlamento traduza sentimento açoriano, luta pelo progresso, denúncia

de injustiça, achega para correcção dos erros dos governantes do partido eventualmente maioritário. A voz dos pequenos afinal.

Hei de pautar todas as minhas intervenções por duas características de que me prezo: oportunidade de palavras se me deixarem e sinceridade na expressão crítica. Dureza na sinceridade e sinceridade na dureza.

O Programa do Governo que no fim da semana passada nos foi presente mereceu da minha parte, dentro do tempo de que dispunha, estudo, meditação e reflexão, em suma, uma atenção inusitada.

Tratando-se de um documento que vai pautar o Governo Regional, pressupostamente já aprovado, ao longo dos quatro anos de administração, implicará coerência de atitudes por parte do Executivo e compreensão das vicissitudes inerentes ao mesmo, ao longo da sua execução para a sua plena concretização e da minha parte.

É neste quadro humano mas responsável que qualquer atitude minha, após a aprovação, merecerá desta bancada centrista, ou do meu banco centrista poderemos dizer desta bancada unicelular, o apoio crítico ou o combate tenaz, se do lado do Governo a missão não for cumprida. Não me escuso à contra partida portanto a ajudar que essa missão, dentro da minha coerência política seja desenvolvida em prol do progresso da Região.

Queria assim imprimir desde já à minha actuação a ideia de que o homem não vale só pelo número nem o conceito destruidor da quantidade superará a minha noção correcta e equilibrada da qualidade. Na actuação ou na intervenção, portanto, imperará a certeza de que os homens e as razões se devem medir pela qualidade pelo peso das presenças, isto é, nunca a nossa a sobrepor-se à razão.

É afinal o meu primeiro voto nesta Câmara tão representativa e mandatada pelo Povo Açoriano.

O Programa do Governo tem virtudes e deficiências. Direi mesmo alguns defeitos ou omissões incompreensíveis. Mas vamos criticá-lo com disciplina e método.

O Programa do Governo divide-se em duas partes assimetricamente complementares: Uma a definição de conceitos fundamentais e da análise histórica dos quatro anos do primeiro Governo que podemos considerar experimental, aliás bastante bem elaborada e a outra um projecto de segundo Governo já não na fase experimental mas assumindo a responsabilidade da sua experiência.

Pois é na primeira parte do programa, a parte geral, que encontro as maiores virtudes e os melhores conceitos e é na segunda parte, na articulação pelos departamentos que encontro as deficiências e omissões.

Na política sectorial do programa detecto e se necessário oportunamente demonstro, que há falta de concretização e positividade. Tudo isto seria desculpável se não refluísse da sua descrição e do seu contexto um auto sentimento de vaidade. Diria vaidade no erro porque notei que ao Programa não preside uma atitude crítica àquilo que se fez mal até agora, mas antes a acomodação ou decalque de todo o passado imediato, do bom ao mau, o acertado pela experiência adquirida e o errado pela experiência acumulada.

É por isto que julgo indispensável pedir aos governantes o serem mais humildes, penitentes e, não custa nada, mais

auto contestatários.

. . . mas estas virtudes são apanágio de formas mais evoluídas de convivência . . . e não podem ser facilmente praticadas nesta fase experimental democrática.

Daqui a diferença entre governar em democracia e governar a democracia.

É por isto que ainda não sei ser um bom democrata. Esta qualidade educa-se e não se auto dispõe. É por isso também que ela tem que começar na escola.

Desejaria ser surpreendido desde já neste engano daquilo que digo vindo encontrá-la aqui nesta sala, mesmo que seja num longínquo dia qualquer dos quatro anos que aqui conviverei mesmo que para isso tenha que pedir emprestada a lanterna de Diógenes.

Bem, mas vamos ao Programa do Governo Regional para os próximos quatro anos.

Disse e apraz-me voltar a dizer que a introdução do documento encerra em si mesma uma expressão muito considerável e bem tecida de conceitos que servem a Região Autónoma dos Açores, o seu humilde povo e as suas perspectivas.

Louvo quem tão bem escreveu e tão bem pensou e faço votos que a prática das ideias expostas nunca traia o seu autor e o povo deste rincão açoriano.

Quero desde já relevar, à laia de achega ou de lembrança, que o propósito expresso de ver implantar na Região, pela governação em poder, uma «sociedade mais livre e mais justa, mais fraterna e mais próspera, na qual cada pessoa possa realizar-se mais facilmente, para ser mais feliz» é o princípio que desde muito novo me anima e me faz viver para os outros; é o princípio que nos abraça a todos quer sejamos centro democráticos, ou socialistas democráticos e não é apanágio dos PSD. Senão vejamos humildemente a prática de vida social de cada um de nós.

A salvaguarda da dignidade da pessoa humana, essa acima de tudo, nunca estará em causa, antes pelo contrário é a única e grande meta da autonomia que estamos a construir.

O que poderá estar em jogo são os caminhos para atingir essa meta.

É neste contexto que aceito o pluralismo e combato a demagogia.

E é aqui nesta sala, no fluir da nossa palavra e na atitude posta na nossa convivência que se poderá por em marcha a verdadeira autonomia do povo açoriano.

Entendemo-la como a da sociedade livre de homens livres, onde a promoção e a emancipação quer das classes trabalhadoras quer de todos os homens que nasceram, e todos nasceram para trabalhar, seja o objectivo dos ideais humanistas traduzidos em mais liberdade, mais igualdade e mais solidariedade que formam, felizmente, a pedra angular do Programa do Governo.

O meu voto portanto é que sejam cada vez mais «um propósito firme e determinado» e cada vez menos «uma palavra ôca».

Diz-se no documento em apreciação que o Governo reconhece a necessidade indispensável de uma autoridade na sociedade que faça respeitar a ordem, evitar os abusos, salvaguardar os direitos de cada um, unificar os esforços, garantir a segurança e conseguir o bem estar de todos os seus

membros. O meu voto incondicional. . .

. . . mas para fazer respeitar a ordem, ordem económica, cívica, política, ou a que for, é necessário que os seus gestores da mesma estejam à altura dessa exigência.

Ter ordem, ter autoridade, não se traduz por ser inacessível ao diálogo e intangível à crítica. Basta humildemente reconhecer que em muitas ocasiões os prestáveis cidadãos esperam pelo diálogo tempo infindo, esperam pela decisão exageradamente quando não têm que a solicitar quase em genuflectão. A culpa é dos gestores ou do sistema? Há que descentralizar a decisão pelo menos ao nível dos assuntos rotineiros, do trivial, do comum.

Assim faço o propósito de que os futuros quatro anos sejam de maior facilidade nas relações entre governantes e governados, entre o poder e a decisão a quem precisa dela para o dia a dia da sua empresa ou da sua vida.

A imagem que emerge dos governantes que governam com burocracia anquilosada (ou empatocracia) é a da incompetência ou incapacidade, porque fica-se a julgar que a demora na decisão permitirá ou o envolvimento à ignorância ou a sujeição genuflectória a qualquer obrigação política co-partidária.

Os quatro anos de experiência acabada de viver-se deram-nos muitos aspectos de inusitada vantagem autonómica mas revelaram-nos que nem todos os melhores estão a governar, que não são sempre os mais competentes os preferidos. . .

Tão cedo aqueles que forem independentes enfileirarão na governação, faço a pergunta?

Quem sofre com isto é a Região. É a autonomia. É o futuro de todos.

Não basta haver um homem excepcional.

É preciso serem muitos mais. Uma equipa inteira.

E aí da Região se não dispuser de muitos mais homens capazes que hoje deviam ir sendo chamados.

É neste contexto que considero muito injusta a afirmação incerta no Programa quando diz que «Foi graças à maioria absoluta alcançada pelo PSD que se consolidou, sem sobressaltos, o Estatuto democrático, e por conseguinte, as instituições próprias de governo dos Açores — Assembleia Regional e Governo» depois de ser escrito no mesmo documento que «A autonomia político-administrativa, constitucionalmente garantida aos Açores como resultado da luta do Povo Açoriano pelas suas justas e nobres aspirações, concretizou-se na Lei n.º 39 / 80 que aprovou o novo Estatuto, mercê da actuação criteriosa dos representantes sociais democratas na Assembleia Regional e na Assembleia da República». A mim isto brada aos céus.

Mal empregadas estas frases em peça de matéria tão feliz.

Se bem me lembro, parafraseando um ilustre açoriano, quem aprovou o Estatuto de Autonomia da R.A.A. foi a Assembleia Regional dos Açores por unanimidade e a Assembleia da República por maioria absoluta.

E o Estatuto não tem nada de inusitado que até o PC português lhe deu total concordância.

Para quê tirar dividendo do bolo colectivo?

Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados queremos ver o governo governar a Região mas como um órgão novo, cheio

de dinâmica autonomista e genica açoriana e não como um Velho do Restelo que quer dormir sobre as memórias de um passado que de todos é recente e regozijante.

A não ser que o PPD / PSD queira passar a ser o único na Região?

Queremos é provas daqui para o futuro.

A este governo vão ser dadas oportunidades de governar e bem.

Só por incompetência não o fará.

Espero que o faça portanto.

Vamos enterrar os já fenados louros da paternidade da autonomia açoriana?!

Ela foi de todos os açorianos.

E se não foi afinal de todos os açorianos onde está o vínculo sentimental que nos unirá todos na adversidade, na luta por um futuro melhor, na luta pela tão almejada e apreçoada justiça social, fraternidade, equidade, desenvolvimento harmónico, uso livre da nossa capacidade de auto governação e outras virtuosidades jogadas na cartada do dia de hoje?

É que eu também quero ser açoriano, livre e autonomista, mesmo não fazendo parte das bancadas do PSD.

É que também eu quero um futuro melhor para os Açores, mesmo não fazendo parte das bancadas do PSD.

Faço votos que à Assembleia Regional no seu todo caiba cada vez mais um papel activo nos fundamentos da grande autonomia açoriana, aquela que do papel vai passar à vivência de cada um.

É também por isto e desde já e pensando que um Programa de Governo mesmo cheio de incipiências mas com esta Assembleia tão cheia de boa vontade em participar no engrandecimento correcto da Região que vou dar o meu voto ao dito programa ou seja ao próprio Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Programa do Governo ressalta à vista como «objectivos gerais da Política Económica e Social» um propósito múltiplo de desviar do sector primário parte apreciável da sua força de trabalho para outros sectores da actividade produtiva e pública.

É incontestável que a melhoria geral do nível de vida dos trabalhadores açorianos mesmo dos escalões mais desfavorecidos foi um acto resultante do post-25 de Abril.

Se foi ou não como resultado da política do primeiro governo regional autónomo, no seu todo, quero crer que não. Uma quota parte sem dúvida e a outra quota parte a muitos outros factores exógenos ao mesmo se terá ficado a dever.

Não quero enumerá-los, são tantos.

Outro qualquer governo de qualquer teor político não teria tido os mesmos resultados, dado o ensejo do momento que passa? Mas o que interessa é que se considere que a melhoria do nível de vida de todo o povo açoriano, trabalhador braçal, ou trabalhador de outro instrumento, porque não está ainda no seu devido lugar social, seja nos próximos quatro anos uma realidade. Esta exigência eu fazia mesmo que de um governo da minha feição se tratasse.

O que interessa é que desapareça a necessidade de emigrar por razões económicas e sociais como as que têm existido até agora e que infelizmente pela brandura dos propósi-

tos governamentais não se divisa cobro próximo.

O que interessa é que eu mesmo que não sou trabalhador braçal, que afinal vivo bem melhor que a maioria dos meus concidadãos não sinta também necessidade de fugir desta terra onde os dotes urbanos não existem, as luzes de cidade são apagadas, a ciência e a cultura estão distantes?

O que interessa é que só se emigre por espírito aventureirista e não por desgosto da vida madrasta que aqui se vive.

A corrente emigratória actual só não é tão volumosa por entraves que nos são alheios e mal seria da nossa capacidade crítica se julgássemos que derivava do maior bem estar regional, da plena satisfação de vida do povo açoriano.

É disto que eu estou informado a diversos níveis de contactos abertos e espontâneos com emigrantes que nos visitam em gozo de férias.

Não encontro fonte mais fidedigna que esta.

A vontade de investimento na Região por parte dos nossos emigrantes ainda não formou força sensível e palpável para além do propósito de aqui, na terra berço, construir ou reconstruirmos o lar que os viu nascer e crescer.

De resto os incentivos ao investimento de capitais açor-americanos ou açor-canadianos ou outros estão tão pouco conhecidos que o processo terá que começar do nada.

Também quanto à melhoria da oferta de emprego em virtude do aumento das obras públicas apesar de concordar que a isso se deve, não me agrada por não representar para a Região uma situação de progresso, segura, estável e rendível.

Parece, sem culpa dos gestores, uma velha prática salazarina para a qual foi criado o vetusto e com muito fundo, o Fundo de Desemprego.

O que convém à Região em perspectiva futura é accionar as necessárias alavancas do aparelho produtivo nomeadamente o da iniciativa privada, entrosando em empresas economicamente viáveis e estruturalmente equilibradas o parque económico produtivo para que a riqueza regional suba em ambiente positivo e rapidez controlada.

Pela produção e pela produtividade, portanto, atingindo assim a justiça social procurada.

O resto são paleativos para enganar os incautos ou os ignorantes.

Concordo com o que se diz no Programa do Governo que «A Política Económica do Governo assentará no reconhecimento de que cabe à iniciativa privada o papel fundamental na actividade produtiva, económica, investindo sobretudo nos sectores onde se possam valorizar ao máximo as potencialidades da Região», mas esta intenção tem que ser realmente praticável a cruto prazo. Prevejo que as imensas acções de alguns departamentos governamentais do campo produtivo que se justificariam só com carácter com vista ao arranque do desenvolvimento, não terão capacidade para fazer perpetuamente.

Porém haja o discernimento de só actuar na medida do estritamente necessário porquanto a intervenção estatal é uma arma de dois gumes: aleija quando não se sabe como.

Na perspectiva da integração europeia, a Região terá que rever desde já toda a sua estrutura intervencionista que tal qual está montada não enquadra no âmbito do direito

comunitário.

É que na Comunidade Económica Europeia impera acima de tudo a iniciativa privada, a livre concorrência, a livre circulação, a competição qualitativa, etc, etc.

A intervenção regional tem-nos mostrado que não somos capazes de uma actuação eficaz em ordem a servir com interesse o seu povo, preferencialmente o que vive em orlas mais periféricas e marginalizadas.

A este assunto voltaremos na oportunidade.

Quanto aos planos de desenvolvimento ao nível de cada ilha cuja ideia aprovo com regozijo, só não acredito que estejam capazes de arrancar imediatamente ou com eficiência mesmo com os que já existem, até por falta de capacidade humana. Além de mais julgo que não surtirão o efeito necessário se não tiverem como orientação de base um Plano director assente num ordenamento territorial sob pena de todas as acções governamentais na matéria resultarem dispersas e se pautarem pela incipiência ou por acções que chamarei bombeiristas com todos os inconvenientes que arrastam quer para o erário público quer para a iniciativa privada que ainda para a desarmónia regional.

Outro aspecto oportunamente focado é o do estudo da implantação de zonas francas que irá ser incrementado, «nomeadamente no que se refere a Santa Maria. . . » mas este facto faz-me lembrar o reбуçado que se dá no avião à criança assustada ou excitada para se manter sossegadinha.

Mas a ver vamos. Relembro que o Programa do Governo é, salvo alguns aspectos mais contestáveis e sobretudo na parte não explicitada sectorialmente, cheio de boas intenções. . . muito bem conceituado e melhor bem escrito.

Gostaria de ficar por aqui.

. . . mas é pouco meus senhores. Sou quase como S. Tomé «ver para crer». É que de palavras estamos fartos.

Por outro lado que boa sorte tem este Governo Regional para fazer uma grande obra em prole do desenvolvimento açoriano?

Tenha experiência, tenha o nosso apoio.

De facto nunca a Região atingiu um climax tão favorável ao investimento de capitais nacionais e estrangeiros e gostaria de ver bastante mais concretizada a intenção do governo expressa nas suas próprias palavras largamente debatidas no seu programa no domínio da política económica que deseja prosseguir mas que em quatro anos do primeiro governo pouco executou.

Quais sejam:

- O desenvolvimento económico e social através do fomento e apoio ao investimento privado e distribuição equitativa de rendimentos;
- A optimização de aproveitamento dos recursos naturais;
- O aumento da produtividade do sector primário e da indústria regional;
- O combate à inflação;
- A racionalização do investimento público, etc.

Mas tudo isto não se faz só com um multiplicador de palavras e intenções, faz-se com homens à altura das soluções e dos momentos e portanto há que chamar todos os açorianos à participação do grande arranque regional.

É que o erário público é sagrado: é do povo e não dos

governos.

É que, por outro lado, as grandes obras nomeadamente as de iniciativa pública tornam-se mais verdadeiras e vinculativas quando mais participadas com o cimento da vontade e do trabalho do povo açoriano.

Ficarei por aqui, Sr. Presidente.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rodrigues Ribeiro.

Deputado José Rodrigues Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Ao subir pela primeira vez a esta democrática tribuna, desejo saudar efusivamente toda a Mesa, os Senhores Deputados que constituem esta Assembleia, o Senhor Presidente do Governo Regional e todos os Secretários Regionais, bem como todo o Povo Açoriano.

Sob o nosso ponto de vista pessoal, o Programa do Governo Regional agora entregue a esta Assembleia, para análise profunda, discussão e posterior aprovação, é uma sequência lógica, muito acertada e quase perfeita, daquilo que o povo açoriano esperava e tinha pleno direito.

A forma humanista, aprofundada nalguns aspectos e pela lógica como o programa foi elaborado, é de molde a merecer o nosso incondicional apoio, concordância e muito respeito, porque traduz um trabalho sério e profundo, nos seus variados sectores, especialmente nos de maior interesse para a melhoria de vida do povo açoriano, quer ele viva nos meios urbanos ou rústicos.

Assim, vamos centrar a nossa breve atenção, num capítulo que julgamos ser da maior importância e actualidade, por ter sido ele que veio testar de forma certa e positiva, a capacidade já reconhecida do executivo açoriano. Referimo-nos ao trabalho de apoio e reconstrução, levado a efeito após o sismo do primeiro de Janeiro.

Para quem teve a desdita de presenciar o terramoto de um de Janeiro, bem como as vastas áreas afectadas e devastadas, não acreditava, nem julgava ser possível, executarem-se um trabalho de reconstrução tão acelerado, harmónico e até humanista, como foi lançado de imediato pelo Governo Regional, e vem sendo desenvolvido criteriosamente, pelo Gabinete de Apoio e Reconstrução, nas três ilhas afectadas pelo forte cataclismo, especialmente nas ilhas Terceira e S. Jorge.

Quem viu como nós vimos a cidade de Angra, assim como as freguesias rurais da ilha Terceira e as de Santo Antão e do Topo em S. Jorge, mutiladas, desventradas e revolvidas, certamente que não acreditava que passados apenas dez meses, a fisionomia da cidade e freguesias afectadas, se encontrassem em tamanha recuperação, como se vem a verificar nestas ilhas.

Se o reconhecimento público destes factos é uma imposição de consciência, o local certo e próprio para tal fim, é nesta hora e nesta Assembleia. Para além do mais, achamos altamente positiva a afirmação contida no actual programa do Governo, inserta no último parágrafo da página 6, com o título reconstrução, que diz:

Citamos: «Importa, olhando ao muito que já se realizou, implementar as medidas especiais de apoio e reconstrução

ção; e assim fará o Governo para que, no mais curto espaço de tempo, as condições de vida se normalizem e se torne realidade, nas áreas sinistradas, o bem estar colectivo». Acabamos de citar.

Em nosso entender, não estão em causa apenas os meios postos à disposição das populações afectadas, mas também a forma como o Governo Regional ponderou as coisas, as executou e dinamizou.

Foi o planeamento de todo um meio ambiente, tendo em vista a urbanização correcta de cada zona afectada, o melhoramento desse sector para avançar em moldes modernos, seguros e práticos, especialmente no tocante à reconstrução das habitações afectadas, procurando corrigir acertadamente algumas anomalias profundas, quer isso ocorresse nas ruas, estradas e mesmo nas próprias habitações.

Para uns e outros casos, apareceram os meios financeiros e técnicos, lançados de imediato pelo GAR, que permitiram o alargamento da reconstrução e construção de novas moradias, quer para aqueles que haviam perdido as suas habitações com o sismo, quer para os que as não possuíam e delas necessitavam.

As linhas de crédito com juros bonificados, para além de uma medida ajustada e certa, foi e continua a ser um sucesso confirmado, que o povo açoriano nunca mais há-de esquecer, porque foi sem qualquer sombra de dúvida, o maior e mais seguro apoio recebido durante a nossa longa história de cinco séculos.

Por tudo quanto sobre o assunto conhecemos de perto, porque também somos Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a maior de todas as afectadas pelo terrível sismo, podemos testemunhar com toda a verdade, que nunca foi negado qualquer apoio aos sinistrados, quer eles fossem deste ou daquele sector político. Isto é verdade e tem que ser divulgado e testemunhado publicamente.

Por tudo o que conhecemos sobre este doloroso e crítico assunto, leva-nos a acreditar, que jamais as populações açorianas esquecerão o apoio recebido do Governo Regional, apoio esse que cada vez mais dinamizado e actuante.

Foram dez meses de intenso trabalho e contínua ajuda às populações afectadas. E como o Programa do Governo agora distribuído, aponta para a continuação dessa mesma ajuda, estamos certos e confiantes que o diálogo aberto e sincero, entre o povo e o Governo Regional vai prosseguir de forma positiva e segura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que cada povo caminha na vida de harmonia com as suas possibilidades e querer, então julgamos poder afirmar que seguimos o caminho certo e seguro, em busca do nosso destino histórico, sempre ao lado do Governo por nós democraticamente escolhido, razão porque confiamos plenamente nos destinos de Portugal, da Social Democracia e na felicidade do Povo Açoriano, acertadamente dirigido e defendido pelo seu actual Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: A autonomia dos Açores é, na realidade, uma aspiração do seu povo, que podemos, sem margem para dúvidas, considerar pretensão de longa data, para o que bastará termos presente que já em 1895 a mesma foi objecto de tratamento legal, pelos órgãos legislativos ao tempo vigentes, e no decurso do tempo foi sucessivamente tratada, sem que, contudo, se vissem os seus frutos, no real sentido do termo.

As razões pelas quais a autonomia foi sempre uma palavra vã, pelas quais nunca ultrapassou o campo das meras disposições pragmáticas, e, em suma, não existiu, (isto para não se fazerem «n» citações que acabariam por ser fastidiosas, mas que consideraríamos importantes) são sobrejamente conhecidas de todos os presentes, contudo, não nos furtaremos em realçar que essa mesma autonomia foi sempre cercçada face ao terrível sistema político-administrativo centralizador dos governos fascistas-totalitários que conduziram o destino de todo o nosso País ao longo de quase 5 décadas. Mas, felizmente, na manhã de 25 de Abril essa mesma autonomia viu o sol raiar e criadas as possibilidades, mínimas, para a saída do seu estado de latência em que se encontrava desde todo o sempre.

O seu pleno desenvolvimento e consolidação são aspectos que por nenhum Português digno de o ser, (quer seja açoriano ou continental) podem ser postos em causa. Para tal, nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia, tal como o da cessante, lutaremos até à última, usando de todos os meios que ao nosso alcance estiverem, tendo sempre presentes os princípios consignados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente os da integridade e unidade nacionais, nos n.ºs s. 1.º s dos artigos 5.º e 6.º da mesma.

Que do estado de latência, já referido, até hoje já muito foi conseguido pela autonomia dos Açores, é uma realidade; que muito mais há a realizar, é outra. Contudo, (e permitam-me aqui que usemos o velho ditado popular) «Roma e Pavia não se fizeram num dia», e nessa perspectiva não queiramos ser líricos ao ponto de se pretender consolidar todo um processo de difícil tramitação (o que penso ninguém ignorar, nomeadamente os Exmos. Senhores Membros do Governo) em escassos três ou quatro anos, quando durante pelo menos meio século, o mesmo esteve totalmente parado.

Antes de apresentar ao Governo as questões que neste capítulo pretenderíamos fossem debatidas, e para um melhor enquadramento das mesmas, julgamos oportuno referir que no decurso destes quatro anos de vivência autonómica na nossa Região, decurso de prazo no qual a autonomia foi ganhando projecção, o Partido que mais tempo foi Governo da República e possuiu uma maioria parlamentar na Assembleia da mesma, foi o Partido Socialista.

Destas simples premissas, pensamos que, à priori, se poderá inferir, sem margem para dúvidas que o Partido Socialista não pode ser considerado um mero avalista da autonomia dos Açores, mas antes um elemento constitutivo da mesma.

A nível dos trabalhos da nossa Assembleia Regional pensamos que ninguém possui a autoridade moral para negar o quanto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se bateu por todas as questões autonómicas da Região, (e pena

é que não possamos, aqui e agora, dispôr dos Diários das Sessões, sobretudo daqueles que registam as nossas tomadas de posição mais relevantes nesta matéria, mas esta é uma questão para ser tratada noutra altura), só que qualquer iniciativa, neste campo, embora fosse reconhecida válida pelo partido maioritário desta Assembleia, porque partia do Partido Socialista, foi quase sempre sistematicamente boicotada por aquele, sem que, contudo, o nosso Grupo Parlamentar se inibisse de votar, favoravelmente, às propostas que considerávamos justas e eram apresentadas pelo Partido Popular Democrático.

É inegável que todo o processo autonómico se vem desenvolvendo a partir dos princípios que com o mesmo se prendem, e que se encontram consagrados na nossa Constituição, felizmente ainda em vigor, no seu Título VII, sob a epígrafe, «Regiões Autónomas», o qual comporta 10 artigos e estes por sua vez 30 números, alguns dos quais subdivididos em alíneas, sendo estas num total de 19.

Ponto importante de salientar que deste conjunto de artigos, números e alíneas dos mesmos, o Partido Socialista aprovou-os em todo o seu conjunto, e o PPD apenas se absteve em 5 dos 30 números citados e 4 das 19 alíneas e não aprovou, unicamente, 1 das referidas alíneas.

No que diz respeito ao segundo mais importante diploma que consagra os princípios fundamentais da nossa autonomia, «O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores», foi o seu projecto, na generalidade, aprovado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao tempo nesta Assembleia, bem como na Assembleia da República a respectiva Lei foi igualmente aprovada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Face ao exposto, e tendo em atenção o que vem exarado no programa do Governo, nas suas partes I e II, subordinadas aos títulos, respectivamente, «Introdução» e «Enquadramento Político», e mais concretamente nos sub-títulos destes «Quatro anos de experiência; Consolidação da Autonomia; Mais quatro anos de desenvolvimento, A Autonomia e o 25 de Abril e o novo Estatuto Político-Administrativo», para um leitor menos atento, e que desconheça a realidade dos factos, «Louvará» o PPD e o seu respectivo Governo Regional, posto que foi aquele partido, este governo que, «in extremis» criaram, desenvolveram e propugnaram pela autonomia dos Açores.

Considero importante fazer ouvir e exarar que tal é falso, e não só, que constitui um verdadeiro açambarcamento e usurpação de direitos.

O PPD não pode, não deve, nem tem legitimidade para se auto-proclamar o único lutador pela autonomia dos Açores.

É tempo de dizer basta ao totalitarismo e isolacionismo.

Tal como fizemos por demonstrar, o processo autonómico é, também, e com muito amor, lealdade e ponderação, nosso.

Neste contexto tomo a liberdade de levar o Governo a negar, se puder, as seguintes realidades:

1. — Se o Governo considera que a Constituição da República Portuguesa (da qual fazemos parte integrante) consagra normas fundamentais para a autonomia político-administrativa e financeira da nossa Região;

2. — Se, quando da elaboração da Constituição da República Portuguesa era então o Partido Socialista maioritário na Assembleia Constituinte;

3. — Se a iniciativa de apresentação do projecto de Estatuto, chamado definitivo, coube ao Partido Socialista, como se pode provar pelos Diários das Sessões desta Assembleia;

4. — Se, em face de tudo o que foi exposto, o Partido Socialista tem o direito de se considerar parte legítima de todo o processo autonómico da nossa Região.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional deseja usar da palavra para?

Presidente do Governo Regional: Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional: Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado que acaba de intervir. Esta pergunta é avaliada por uma afirmação prévia. O PSD não pretende assumir-se como proprietário da Autonomia, mas, não abdica porém, em face de ninguém, da liderança que lhe coube ao longo do processo de criação e consolidação da Autonomia. E é apenas disso que se trata.

No entanto, a pergunta que eu gostaria de pôr a V. Exa., é a seguinte: se é exacto e incontestável que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tanto na Assembleia Regional como na Assembleia da República votou o Estatuto recentemente aprovado, sabe o Sr. Deputado quantas propostas de emenda de teor restritivo apresentou esse Grupo Parlamentar? Poderá, portanto, esclarecer a Assembleia e a opinião pública acerca deste ponto? Para que não se julgue que esta aprovação traduz a concordância com o Estatuto.

O PS apresentou 43 propostas de emenda ao Estatuto, deixo esse número para lhe avivar a memória. E quanto à concretização da Autonomia, é certo, que o PS foi de todos o que durante mais tempo deteve a responsabilidade Governativa Nacional.

Querirá o Sr. Deputado esclarecer esta Câmara e a opinião pública sobre quantos passos em concreto foram dados; por exemplo, pelo 1.º Governo Constitucional Socialista, quantos diplomas por ele foram publicados para proceder à transferência dos serviços e das competências?

Para o caso de se não lembrar, ou porventura desconhecer, devo dizer, que foi publicado um diploma. A transferência dos Governos Cívicos. E isso em quase ano e meio de exercício solitário de poder.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para responder, se assim o desejar.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Quanto às alterações que o PS apresentou em relação ao projecto de Estatuto, apresentado na Assembleia, eu penso que elas são perfeitamente concebíveis, porquanto, as nossas linhas fundamentais, quer de um, quer de outro partido, não são convergentes, daí que se compreenda perfeitamente.

Só que a não convergência não implica de modo nenhum a nossa defesa intransigente pela Autonomia dos Açores.

res. Isso está demonstrado ao longo de todo este processo.

E fico por esta resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Freitas.

Deputado Mário Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais: No Programa do Governo Regional, reparei em vários pontos, aspectos e propósitos dos quais gostaria de focar, mas que nesta curta intervenção não é possível, se não, muito vagamente, pois o tempo é limitado.

O programa que temos na nossa frente é a fotografia do que será nos próximos 4 anos a acção do Governo Regional, com vista ao desenvolvimento, e progresso dos Açores, e como tal da sua população.

Repara-se no programa agora em apreciação o propósito de dotar as nove ilhas com os meios necessários ao desenvolvimento. Vemos que a intenção é fazer com que haja mais igualdade, nas infraestruturas a criar nas ilhas mais carecidas.

Devido ao Estatuto da Região elaborado pelos Deputados desta Câmara na Legislatura anterior, podemos traçar o nosso futuro com a participação dos órgãos do Governo próprio que possuímos, escolhidos pela população que acreditou no PSD.

Tem esta Assembleia e o Governo, uma grande responsabilidade, pois temos de corresponder à confiança em nós depositada.

Não devemos apregoar triunfalismos mas capacitar-mo-nos de que nestes quatro anos temos de corresponder à confiança da maioria do eleitorado dos Açores.

Estão traçadas neste programa as linhas gerais do que vai ser o Governo nos diversos sectores da vida das populações do Arquipélago Açoriano. Tanto nas Finanças, Administração Pública, Autarquias, Educação e Cultura, Trabalho, Assuntos Sociais, Agricultura e Pescas, Agro-Pecuária, Comércio e Indústria, Turismo, Equipamento Social e Comunicação Social.

Focarei aqui somente alguns aspectos da educação:

Neste sector, serão incrementados os Quadros de Pessoal docente preparando-os científica e pedagogicamente para que, a qualidade dos docentes nos diversos graus de ensino seja cada vez melhor e adaptada à Região em que vivemos.

Pretende o Governo por intermédio desta Secretaria Regional e de colaboração com o poder local concluir em toda a Região uma rede escolar que vá ao encontro da juventude para a qual são necessários edifícios e parques condignos destinados aos que vão receber as luzes e bases para o seu futuro, pois não nos devemos esquecer que serão os nossos filhos os dirigentes desta Região Autónoma.

Do programa agora em apreciação, constata-se que a Região está coberta com a escolaridade de 9 anos, o que nos aproxima do esquema Europeu.

Este Governo, tenciona também, e disso aguardam ansiosamente 5 ilhas deste arquipélago, «o ensino complementar», iniciativa que vem ao encontro de centenas de jovens que têm de deixar a casa paterna e a protecção da família para prosseguirem os estudos noutras ilhas «caso concreto as que foram Capitais de Distrito».

Posta em prática a criação do curso complementar nas

ilhas que dele não beneficiam acaba-se a preocupação de centenas de pais a quem muito custa ver sair dos seus lares jovens de catorze e quinze anos os quais têm de enfrentar, novas gentes, maneiras de pensar e agir, numa idade, em que são ainda muito vulneráveis.

Durante esta mandato, se o Governo conseguir satisfazer esta aspiração e necessidade premente, que é a de dotar as terras carecidas com o ensino complementar terá feito justiça à grande maioria da população açoriana.

Porque a criação de residências para os estudantes deslocados está correctíssima, para o Ensino Universitário, onde os jovens já têm uma idade mais avançada, não necessitando portanto de amparo e conselhos dos pais, pois estão mais preparados para os perigos que lhe são colocados, para os deslumbrar e depois perder.

O Ensino Universitário, segundo o programa agora em apreciação será olhado no sentido de dotar o mesmo de programas que venham ao encontro das necessidades da Região, incrementando os pólos Universitários já existentes. Pois é sabido ser impossível todas as ilhas possuírem uma Universidade.

No sector da educação-física e desportos o Governo terá especial cuidado na educação física, para tanto devem todos os estabelecimentos de ensino, básico e complementar serem dotados de recintos e pavilhões Gimno-Desportivos condignos pois infelizmente algumas escolas não os possuem. E a cultura física dos nossos filhos é de primordial importância para o seu desenvolvimento futuro.

Se o Governo levar ao fim aquilo que programou e acredito que sim (caso contrário não estaríamos nós aqui), chegaremos ao fim com uma autonomia consciente, fruto da cultura e educação das nossas gentes.

Com trabalho e colaboração de todos os Deputados, Governo e população, seremos uma Região melhor onde os açorianos gostarão de viver e se sentirão felizes. Vamos todos dar as mãos para construir e preparar o futuro dos nossos filhos. Se assim fizermos será a melhor herança que deixaremos aos nossos jovens, pois é criar-lhes um corpo são que albergue uma alma futura.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Avelino Rodrigues.

Deputado Avelino Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo: É inegável que a conjuntura mundial se apresenta altamente desfavorável para os países economicamente desenvolvidos, e para aqueles, como o nosso, que têm em curso um processo de desenvolvimento económico e social.

É inegável também que a «crise do petróleo» é um dos factores mais perturbadores desta conjuntura.

Mas, se isto é verdade, não se compreende, como se afirma a páginas 15 do Programa do Governo Regional, sem contudo se demonstrar, que os aumentos do preço do petróleo tivessem impedido, de uma forma directa, que mais fosse feito.

Na verdade, até hoje, o Governo Regional nunca se viu limitado na elaboração dos seus planos e orçamentos a um plafond de despesas.

O Governo Regional tem elaborado os seus orçamentos, a partir das despesas, aparecendo os déficits, (que até ao momento nunca foram cobertos com recurso a empréstimos), como consequência da insuficiência de receitas próprias.

Assim sendo, aumento de custos dos investimentos, apenas têm ocasionado aumentos dos déficits que, até ao momento, sempre foram cobertos.

Em relação ao futuro é que se duvida que o desenvolvimento económico e social dos Açores, continue a ser coberto através da transferência de verbas do Orçamento Geral do Estado, para o Orçamento Regional, a título da solidariedade nacional consignada no artigo 85º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Esta solidariedade, será certamente, rigorosa, e tecnocráticamente quantificada, em termos de capitação de despesas ou de déficits e de avales a dar a eventuais empréstimos internos e ou externos a que a Região terá que recorrer, para cobertura da parcela do déficit não coberto com transferências do O.G.E..

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É este um problema que nos deixa preocupados, e dada a aritmética parlamentar existente a nível nacional, onde a força dos deputados das Regiões Autónomas se encontra diluída nos partidos a nível nacional, apenas poderá ser superado com competência, com a mobilização de todos os açorianos em torno de objectivos comuns, e nunca na base do princípio exclusivista das maiorias.

No entanto, e apesar das contradições existentes neste Programa, registamos com muito agrado que o Governo Regional considere a criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, como um factor importante para a mobilização da poupança e orientação do investimento, cujos reflexos serão notórios no desenvolvimento da economia regional, e facilitará os objectivos optimistas do Programa do Governo sobre Trabalho e Emprego.

Pena é que somente agora seja considerado. Na realidade, o Grupo Parlamentar do PS já há 2 anos que apresentou nesta Assembleia, um projecto de diploma que visava a criação na Região, de uma Sociedade Financeira e de Desenvolvimento Regional e que, agora se vê, precisamente por ter sido iniciativa de um Grupo Parlamentar da oposição, não foi considerada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar dos esclarecimentos prestados ontem pelo Sr. Secretário do Trabalho, de certo modo positivo, considero que aquele sector se limita a uma série de intenções, a algumas das quais cedemos o benefício da dúvida, enquanto que noutras se descortinam já os objectivos do Governo, nomeadamente no que se refere à revisão da legislação laboral em vigor. Esperamos que essa revisão respeite as normas sociais e laborais contidas na Constituição, nas Convenções e Recomendações do OIT, na Convenção de Defesa dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e na Carta Social Europeia. O programa nada nos garante.

Na óptica do Governo, durante os últimos quatro anos tudo melhorou. A melhoria das condições de vida terão mesmo sido de tal ordem, que se inverteu o fenómeno emigratório.

Se algo se alterou, foi essencialmente por factos totalmente alheios ao Governo Regional, nomeadamente a permanência temporária na Região de operários especializados e de indeferenciados, fenómeno esse que se deve quase exclusivamente à situação provocada pelo sismo de 1 de Janeiro, além de alguns quadros admitidos no Governo Regional, tendo em conta a fraca contribuição do sector privado nesse sentido. É pois necessário, criar condições de fixação, a fim de se poder considerar como resultado positivo.

Segundo os mais recentes elementos estatísticos fornecidos pela delegação Regional do Instituto Nacional de Estatística, e do nosso conhecimento, o índice de aumento do nível geral de preços no consumidor, aumentou 27% entre Maio de 1979 e Maio de 1980.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Refere ainda o Programa do Governo que «a redução do desemprego foi um dos objectivos alcançados».

Além das admissões apadrinhadas em diversas Secretarias Regionais, nada se vislumbra neste Programa, no sentido de assegurar emprego à grande quantidade de candidatos inscritos nos Centros Regionais de Emprego, os quais não encontrando solução rápida para essa situação, serão facilmente atraídos pelo mundo da frustração do derrotismo, da prostituição e da droga, com consequências drásticas para os valores morais, que importa preservar e apoiar, e que se consubstanciam na célula base que é a família.

É intenção deste governo, actualizar o salário mínimo, nomeadamente dos trabalhadores rurais, objectivo que consideramos positivo. No entanto, a prática do anterior executivo, que em nada difere do actual, não nos garante o seu cumprimento, na medida em que ainda hoje o salário mínimo não é cumprido na Região. Caberá sim, ao Governo, com o apoio das organizações Sindicais incrementar a actuação eficaz da Inspeção do Trabalho e respectivos Tribunais.

Por outro lado, pretende o Governo a sua regionalização, não definindo em que condições essa regionalização se fará, nomeadamente no que se refere aos tempos de permanência dos seus agentes, factor que consideramos de extrema importância para a confiança dos trabalhadores, quanto à sua actuação em termos de isenção e cumprimento da Lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A regionalização da política de trabalho não poderá significar a conciliação com interesses retrógrados, mas antes uma garantia da eficácia na concretização dos direitos sociais reconhecidos aos trabalhadores pelos sistemas democráticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não poderia finalizar esta intervenção, sem deixar bem clara a minha posição quanto à resposta que me foi dada ontem pelo Sr. Secretário das Finanças, em relação à cobertura do défice orçamental, a qual só me surpreendeu pela ironia utilizada, que só por si, é a demonstração evidente que o Governo não tem ainda solução definida.

Quanto à afirmação do Sr. Secretário, feita em tom depreciativo de eu ser debutante nesta Assembleia, resta-me somente, aclarar a sua memória para quatro anos atrás, e ainda aconselhar-lhe a analisar a bancada do seu partido.

A convivência democrática exige respeito e dignidade. Da minha parte poderá confiar que não trairei esses princípios.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

Deputado Alvarino Pinheiro (PSD): Sr. Presidente era para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra.

O orador: Eu queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado da bancada do PS e que seria o seguinte: confirma ou não o Sr. Deputado que na Comissão Especializada desta Assembleia, onde estava para análise o projecto do PS sobre Sociedades Financeiras, que o mesmo não subiu ao Plenário da Assembleia por consenso entre todos os partidos com assento naquela Comissão, por razões que na altura foram estudadas, aliás o que aconteceu às propostas do próprio Governo. Portanto, solicitava que confirmasse ou não esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Avelino Rodrigues para responder.

Deputado Avelino Rodrigues (PS): Em relação à questão posta pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, resta-me somente dizer que como sabe o Sr. Deputado, eu não fazia parte da anterior Legislatura. Portanto, é evidente e perfeitamente natural que desconheça alguns desses pormenores, nomeadamente matéria do que foi definido nas Comissões.

No entanto, passarei aqui ao meu camarada de bancada que o poderá esclarecer nessa matéria.

Deputado Martins Goulart (PS): A bancada do PS está sempre disposta a responder aos pedidos de esclarecimentos que lhe sejam formulados. Agradecia que houvesse o mínimo de lealdade por parte daqueles que querendo ser esclarecidos devem dirigir-se àqueles que podem prestar informação e não àqueles pessoas que não têm exactamente, o conhecimento de pormenores específicos e reservados a um grupo restrito de pessoas. É pena que isso não seja feito.

Mas tenho muito prazer em informar que sob indicação dos membros do partido maioritário e porque o Governo se comprometia na matéria a apresentar proposta sob esse âmbito, ficamos indefinidamente à espera da proposta do Governo sob a «Sociedade Financeira de Desenvolvimento Regional». O que não retira qualquer valor à intervenção do Sr. Deputado Avelino Rodrigues, na medida em que ele colocou a responsabilidade desse congelamento, exactamente no Governo e não na Assembleia Regional.

Presidente: Ainda sobre este assunto?

É que o Sr. Secretário Regional do Trabalho tinha pedido a palavra, se o Sr. Secretário deseja usar da palavra sobre este assunto, se o não for eu daria a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para acabar com este assunto e depois darei a palavra ao Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro deseja usar da palavra para?

Deputado Alvarino Pinheiro (PSD): Eu julgo que a melhor forma, seja a de protesto, embora pelo conteúdo das palavras não será um protesto veemente.

Presidente: Tem a palavra para formular um protesto.

O orador: Eu queria realmente protestar pelo mau entendimento que o Sr. Deputado Martins Goulart fez do meu pedido de esclarecimento. Efectivamente eu não o teria feito se o Sr. Deputado Avelino não tivesse feito a afirmação. Logo o que é de lamentar é que a afirmação tivesse sido tão

peremptória e tenha sido nesse sentido exactamente contrário àquilo que se passou na Comissão.

E se me permitisse queria também alargar o protesto à forma como foi esclarecido pelo Sr. Deputado Martins Goulart a razão que esteve na base do dito congelamento, porque efectivamente o que se passava na altura em que decorriam negociações entre o Governo Regional e o Governo da República sobre matérias que incluíam o conteúdo do projecto do PS. Logo entendeu-se que seria incorrecto enviar para a Assembleia da República mais iniciativas legislativas desta Assembleia, que de resto se destinavam ao que nós considerávamos na altura um matadouro nacional das iniciativas regionais.

E foi por isso que se congelou a iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart, para um contra-protesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Felizmente que este debate vai adquirir alguma vivacidade, porque na bancada socialista de facto estávamos a sentir que não havia muita vontade de debater problemas concretos. Vamos debatê-los.

Eu vou contra-protestar porque ainda há pouco pela intervenção e pela pergunta do Sr. Presidente do Governo Regional se pronunciou em clima de contestação ou de pôr em dúvida as intervenções do PS, na sua participação regional e na sua participação nacional. Há que distinguir entre as conjunturas que caracterizavam a evolução democrática do Estado Português e é bom lembrar que o período em que o PS foi governo a nível central, o Governo Regional tudo fez para afrontar a legitimidade do regime democrático, tudo fez por criar condições de instabilidade de que o PS foi vítima a todos os níveis.

Naturalmente que nessa altura e nessa conjuntura o que nos importava era salvaguardar a democracia, porque não há poderes autonómicos nem há transferência de poderes legítimos sem que acima de tudo a democracia esteja consolidada.

No âmbito dessas dificuldades, o PS não paralizou o seu debitar de alternativas no Parlamento Açoriano e se porventura o Governo Regional em virtude de uma conjuntura também deixou de estar interessado na concretização de um aspecto, de um plano que propôs ao Governo da República — e não é da responsabilidade do PS, porque o PS deixou de ser Governo por um mecanismo democrático, acontece simplesmente que a nossa proposta ficou de pé, para além desse limiar, e que eu saiba, nem o Governo Regional reassumiu as suas propostas, concretizadas como uma autêntica chantagem e um desafio inexecutável perante o Governo da República que deu prazos e se relembrarmos toda a questão, eram perfeitamente inexecutáveis e impossíveis de concretizar, o que se verificou pelo facto dessas propostas ao longo dos tempos e com governos favoráveis e da cor do PSD não terem sido executáveis sequer em anos e algumas das coisas eram propostas para serem resolvidas em prazos inferiores a um mês.

Perante isto, eu pergunto e protesto se de facto não pretendia o Governo Regional da altura criar todas as dificuldades ao Governo Central para tirar dividendos de conquista do poder, de ocupação do poder regional em função das diferenças partidárias que estavam na base dos diferentes Go-

vernos.

Por isso, protesto pela forma incompleta como se abordam determinados problemas, como se retiram do contexto pormenores sem interesse, enquanto que não forem de facto integrados na realidade política, na conjuntura geral em que o País se encontra ou se encontrava.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto veemente.

Presidente: Tem a palavra.

O orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: As afirmações do Sr. Deputado Martins Goulart não podem passar sem um protesto muito veemente da parte do Governo Regional.

O Sr. Deputado acaba de fazer uma afirmação infundamentada, caluniosa sob as intenções e o comportamento do primeiro Governo Regional ao qual tive a honra de presidir.

Ao impetrar ao primeiro Governo Regional o propósito de afrontar as instituições democráticas, o Sr. Deputado Martins Goulart lança sobre nós um labéu que em última análise sobre ele recai, porque não nos serve.

O PSD e o Governo do qual o PSD teve a responsabilidade durante quatro anos, teve um papel decisivo na consolidação das instituições democráticas, fez alicerçar em termos hoje uma realidade indiscutível a vivência democrática nos Açores. Terá contribuído talvez também, para a estabilidade de política no âmbito nacional.

Protesto e repudio, portanto, a afirmação do Sr. Deputado Martins Goulart e peço que ele recorde muito do comportamento do seu partido para em exame de consciência verificar se foram ou não esses comportamentos, os responsáveis pela instabilização e em última análise pelo severo julgamento popular feito ao PS.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Trabalho pede a palavra para?

Peço desculpa Sr. Secretário, mas não vai ser ainda, pois o Sr. Deputado Martins Goulart deseja formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo.

Tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Por não poder protestar mais, embora no decurso desta reunião possa usufruir desse direito, se for necessário, espero que não.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente do Governo Regional:

A primeira é se ele reconhece ou não existiram falsidades prováveis pela leitura simples de parágrafos constantes do Programa do Governo que são autênticas falsificações do processo histórico autonómico.

A segunda pergunta que gostaria de fazer é como interpreta a afirmação despuor que nós tratamos com desprezo, mas a sua última intervenção obriga-nos a relembrar a sua memória, uma afirmação feita hoje por um membro da bancada do PSD, a dizer que o Povo dos Açores tinha dado um cheque em branco a este Governo Regional.

Eu penso que na base disso está um assumir de consciência clara de que de facto o PSD sabe que não são os fenómenos políticos directos, que não é pelo facto de governar bem ou mal, que não é de facto de ter um Governo com A,B,C, ou D e não outros que ganha as eleições nos Açores.

É porque domina de alguma maneira, é porque como afirma no seu Programa do Governo, trata o Povo dos Açores, como um povo sub-desenvolvido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para responder a este pedido de esclarecimento, se assim o entender.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Claro que vou responder ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Martins Goulart.

É evidente que o Programa do Governo não contém qualquer falsidade, todas as afirmações que lá se encontram correspondem em absoluto á realidade e o decurso do tempo permitindo fazer a história deste período, vai cada vez mais confirmar aquilo que lá se escreve.

O PSD e as instituições do Governo próprio dos Açores têm a confiança do Povo dos Açores, não por qualquer processo de sujeição, mas graças à sua participação constante, a uma presença constante do PSD junto de todas as populações.

E as palavra do Sr. Deputado Martins de Freitas, às quais, evidentemente deveria ter sido pedido este esclarecimento, não exprimem mais de certo do que a existência desta confiança que tem sido fortificada pelo comportamento dos órgãos do governo, dos quais o PSD tem tido a responsabilidade, tanto no Governo como na Assembleia Reguonal, e que ao longo destes anos tem correspondido às aspirações que da parte do Povo Açoriano estão patentes e nós temos vindo ainda a canalizar e a dar realidade.

E por estar no uso da palavra julgo-me que será oportuno, se V. Exa. Sr. Presidente me consente, pedir ao Sr. Deputado Martins Goulart um esclarecimento sobre a expressão por ele há pouco utilizada.

Referiu-se o Sr. Deputado a que mesmo com governos favoráveis não tinha sido possível concretizar alguns aspectos, suponho que se refere ao documento «Plano para a concretização da Autonomia». Entende o Sr. Deputado Martins Goulart que outro Governo, nomeadamente os governos da responsabilidade do PS não eram favoráveis?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu respondo, fazendo uma outra pergunta ao Sr. Presidente, se V. Exa. Sr. Presidente me der licença.

Presidente: É perfeitamente possível.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu gostaria imenso de responder de uma forma muito simples, naturalmente que nenhum Governo Socialista foi favorável à estratégia do PSD.

(Vozes inaudíveis)

Em segundo lugar gostaria de fazer uma pergunta, gostaria que comentasse se é ou não falso o que produz na página 10 do vosso Programa de Governo. Vou citar.

«Foi assim, por iniciativa do PSD e de acordo com o seu projecto elaborado e aprovado o novo Estatuto Político-Administrativo»... e não vale a pena citar mais.

Será que se foi aprovado este documento, será que vai ficar do conhecimento público e registado na história, que foi por iniciativa do PSD e de acordo com o seu projecto que se aprovou um projecto de Estatuto Político-Adminis-

trativo próprio? Ou não terá sido por iniciativa do PS que o PSD a reboque apresentou um projecto sem que depois em Comissão mudou do dia para a noite, que depois no outro dia mudou da noite para o dia, que voltou atrás e voltou para diante e porque não sabia por onde se havia de meter, acabou também por aprovar em confusão o projecto do Grupo Parlamentar do PS.

Simplesmente nós repudiamos, que se diga num texto do Programa do Governo que foi por iniciativa do PSD que se apresentou um projecto que veio estar na base do Estatuto Político-Administrativo aprovado na Assembleia da República.

Isto é falso, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Respondo apenas porque a questão me foi endereçada, rigorosamente os problemas relacionados com a aprovação do Estatuto desenrolaram-se no âmbito desta Assembleia, melhor e mais propriamente poderiam ter sido as questões deduzidas a outras entidades que nelas participaram.

Mas confirmo aquilo que consta do Programa do Governo. O Sr. Deputado Martins Goulart sabe tão bem como eu que o projecto apresentado pelo PS foi apresentado atabalhoadamente à frente do do PSD que se encontrava em adiantada fase de elaboração e, por isso mesmo, quase em simultâneo surge na Mesa da Assembleia Regional.

Ele próprio, o Sr. Deputado Martins Goulart agora mesmo confirmou que foi sob o projecto do PSD que se procedeu à discussão e votação na especialidade do Estatuto que hoje em dia nos rege.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente do Governo Regional, porque esta matéria não é conhecida por grande parte do povo dos Açores, era importante repor a verdade dos factos. É ou não é verdade que por lapso seu perante a Assembleia Regional ofereceu ao PSD o projecto que veio a estar na base depois de algumas situações perfeitamente absurdas na discussão do Programa do Governo? Foi ou não foi num acto de auto-correcção, por desconhecer o Regimento, que acabou por ofertar ao Grupo Parlamentar do PSD um texto que depois de assumido por esse Grupo Parlamentar e portanto, não foi da competência desse Grupo Parlamentar que tinha a competência exclusiva para o apresentar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei se da discussão do Programa do Governo estamos a transviarmo-nos para um debate histórico. Mas no entanto, vou responder, porque o Governo tem muito tempo para dispender neste debate e tem vindo a controlar o tempo que utiliza, de forma que mais uma vez respondo às observações do Sr. Deputado.

Esse projecto que foi apresentado à discussão foi subscrito pelos Deputados do PSD, preparado no interior do PSD.

Se o Sr. Deputado Martins Goulart alude a uma intervenção por mim feita no Plenário da Assembleia, expondo

os pontos de vista do Governo Regional acerca da oportunidade surgida às novas condições políticas para a discussão do Estatuto, confirmo ter feito essa intervenção, e de forma nenhuma ter apresentado um projecto que ele, muito melhor do que eu sabe que de acordo com o Regimento, não pode ser da iniciativa do Governo, nem o Governo alguma vez se debruçou sobre um documento dessa natureza, nem eu próprio de forma alguma me poderia assumir com poder para o elaborar a título pessoal, uma vez que constitucionalmente e estatutariamente é ao Governo que cabe a iniciativa legislativa. A minha intervenção tem apenas por objectivo apresentar o ponto de vista do Governo sobre a oportunidade da discussão do Estatuto, as novas possibilidades políticas decorrentes duma nova conjuntura, na qual, felizmente, tais governos que se opuseram à estratégia do PSD que tanto impediram a concepção da autonomia, tinham sido afastados e quanto ao projecto do Estatuto, este foi visto e subscrito e discutido em toda a amplitude das estruturas partidárias como convinha em matérias de tão alta transcendência e apresentado nos termos que são do conhecimento geral.

Nesta matéria, aliás, no momento oportuno se fizeram muitos esclarecimentos à opinião pública e no debate do Estatuto esta matéria foi ventilada, duvido, portanto do fundamento das observações do Sr. Deputado Martins Goulart ao dizer que esta matéria não é do conhecimento público.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Agradeço a disponibilidade do Governo a esclarecer as perguntas que formulo nesta altura e porque a sua matéria — consta directamente no Programa do Governo, no nosso entender perfeitamente descabida, obrigam a uma reflexão por parte desta Assembleia.

É ou não é verdadeiro que depois da apresentação desse projecto, o assunto tão debatido e tão claramente assumido pela estrutura do PSD, onde eu incluiria o Grupo Parlamentar do PSD, viesse a ser alterado, ou como é que veio a ser alterado tão substancialmente por parte dos membros maioritários na Comissão que apreciou o Estatuto, de forma que se fez um esforço de síntese que em grande parte alterava o projecto? Para depois o mesmo texto, — e recorde o Sr. Presidente ter vindo à Horta durante três dias reunir com o Grupo Parlamentar do PSD e no fim produzir-se o texto inicial —, portanto, o que é que sucedeu, em tudo isto, se na apresentação do projecto original já teria havido a digestão completa e a assunção real das opções contidas no projecto do Estatuto?

O que foi que aconteceu no interior do PSD, do Governo ou do Grupo Parlamentar para explicar essa tomada de consciência tão evidente?

Segundo aspecto, repudiamos e portanto faço pergunta, se não terá sido o PSD que por iniciativa cautelosa suficientemente anunciada, escalonada em tempo de que estava a organizar o seu projecto de Estatuto, que o estava a apresentar em partes, particularmente nas jornadas parlamentares que fizemos nesta Assembleia, e foram quatro. E que depois o concretizaram na apresentação de um projecto; logo de seguida veio o PSD com o seu projecto de Estatuto.

Que eu saiba nós não fizemos nada atabalhoadamente, e o facto é que o actual Estatuto de Autonomia contempla e consagra muitas das disposições por nós propostas. O que quer dizer que não foi tão atabalhoadamente que o nosso projecto foi apresentado e que não foi tão a despropósito que o PSD também se viu na obrigação de o fazer aprovar na generalidade.

Presidente: O Sr. Deputado Borges de Carvalho pretende usar da palavra para?

Mas, peço desculpa, haviam duas perguntas e eram dirigidas ao Senhor Presidente do Governo Regional. Não sei se o Sr. Deputado Martins Goulart as endereça de uma maneira geral à bancada do PSD também.

(Vozes inaudíveis)

Presidente: Muito bem.

Assim para efeitos de responder. . . Não é para responder.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para um protesto.

Presidente: Para efeito de protestar. Então peço desculpa, Sr. Deputado Borges de Carvalho, estão no ar duas perguntas. Penso que haveria prioridade em responder a essas perguntas e depois haverá lugar à formulação do protesto.

(Vozes inaudíveis)

(Pausa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu tenho que protestar em primeiro lugar, não como presidente de um Grupo Parlamentar, mas sim como cidadão dos Açores que pelas circunstâncias da vida teve oportunidade de ter assento nesta Assembleia.

Na verdade, se fossemos segundo as linhas mestras que mais do que uma vez tem vindo a ser traçadas nesta Assembleia pelo PS, certamente que uma pessoa como eu, que é oriundo de famílias humildes desta Região, não teria oportunidade de ser Deputado. Porque não é a primeira vez que nesta Assembleia é feita a afronta ao povo dos Açores, ser um povo ludibriado e enganado. E se é um povo ludibriado e enganado, em primeiro lugar, eu ando enganado e também ando a enganar.

E na verdade aquilo que faz com que eu tenha vindo aqui, e na verdade tenha trazido algumas pessoas a votar no partido em que milito e em que partido esse, não é nem uma cadeia em que estou preso, que me coarctas as liberdades para pensar da maneira como penso, pois apenas o que faz isso é a prática da vida. É o desespero da vida na prática que faz com que o povo dos Açores acredite.

E a campanha que se tem feito normalmente da responsabilidade do partido que faço parte, para a qual também tenho contribuído é apenas feita com a vida que levamos, e não feita com aqueles que desconhecem a Região, e com a mentira, o boato e muitas vezes a calúnia propagada de porta em porta.

Deputado Manuel Melo (PSD): Muito bem.

O orador: Em segundo lugar quero protestar porque foi levantado o problema do Estatuto Político-Administrativo. Estatuto, que tive a honra de pertencer à Comissão que elaborou inclusivamente uma proposta de conciliação mas

infelizmente não tive oportunidade de estar aqui na sua discussão.

Na verdade não tenho receio nenhum de dizer que certamente contribuí muito para que isso se tivesse conseguido. Só que a participação nesta vida, que é perfeitamente acessória, na minha vida, veio a demonstrar, e tem vindo cada vez mais a demonstrar, que nem sempre aqueles princípios se aprende na vida dura e difícil, para quem não tem as oportunidades que em princípio alguns julgam que só esses devem participar nessas coisas.

É baseado de facto, e isso foi sempre o caminho trilhado pelo meu Grupo Parlamentar anterior, e espero que seja também por este, mas com muitos mais cuidados, porque nós muitas vezes tentamos, e essa foi mais uma tentativa, de tentar resolver os problemas pela conciliação e pelo acordo. Só que a prática tem demonstrado e os factos que decorreram e aconteceram durante estes quatro anos são prova mais do que evidente, e esses podem-se apontar, uma série deles, que alguns acordos a que se haviam chegado inclusivamente, comigo, representando esse Grupo Parlamentar, dali a cinco minutos se fazia tábua rasa deles.

E por isso mesmo, quando nós fizemos e tentamos isso, o meu Grupo Parlamentar foi de opinião diferente, e até tinha razão, porque já havia razão, muitas actuações por parte do PS que não eram dignas de respeito que eu pessoalmente desejaria que fosse.

Por isso mesmo as razões de protestar são fundamentalmente pela desconsideração que o PS tem do povo dos Açores e certamente é, por essa desconsideração tem vindo cada ano que passa a ser mais desconsiderado pelo povo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para contraprotestar.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se não fora a consideração pessoal que tenho pelo líder do Grupo Parlamentar do PSD, a minha firmeza seria talvez, mesmo veemente.

É impressionante ouvirem-se as afirmações que aqui foram produzidas. É preciso mesmo ter muita paciência na bancada da oposição para ouvir tanto ultraje e tanta mentira. E digo mentira, porque se alguém faltou a algum acordo, a alguma tentativa de conciliação nesta Assembleia foi exactamente a pessoa que acabou de falar, e refiro dois factos: o projecto de Estatuto, e na altura em que estava ausente no Plenário, eu lamentei a sua ausência, porque sabia que estava doente, porque se estivesse lá, ainda acreditava, que alguma coisa pudesse ser feita; e no processo dos símbolos heráldicos, onde acordado comigo, consigo e com o representante do CDS na altura, tínhamos um projecto conjunto, e o Senhor Presidente do Governo Regional surpreendeu a Assembleia com o «hino da Maria Cachucha», e como na altura o disse, e repito agora, sem qualquer fundamento histórico, apontando o processo e o Regimento desta Assembleia, fazendo o pedido de urgência limitando a possibilidade dos Deputados poderem expôr os seus pontos de vista, o que fez com que o Grupo Parlamentar do PS em veemente protesto abandonasse a sala, porque não está aqui para cobrir as birras, as alterações do PSD, sejam elas do Governo ou do seu Grupo Parlamentar.

Nós tínhamos um acordo sobre essa matéria. Mas é ób-

vio que o Senhor Presidente do Governo Regional, e eu declarei na altura, exerce uma influência de tal ordem no Grupo Parlamentar do PSD que ele acaba por faltar aos seus compromissos.

O Grupo Parlamentar do PS nunca faltou a nenhum compromisso feito com o Grupo Parlamentar do PSD.

Aqui assumem-se as responsabilidades políticas e não a conversa fácil dos cidadãos comuns. Temos aqui uma investidura política completa e integral.

Eu gostaria que assumíssemos aqui a dignidade de sermos verdadeiros e de não trazermos aqui a questão das calúnias e das campanhas eleitorais. Eu nesta ilha fui vilipendiado, pessoal e familiarmente pelas pessoas do PSD que em muitas freguesias punham em causa até o facto de eu ter ou não um curso universitário. O meu nome foi lançado de rastos por toda a gente do PSD que foi a certas freguesias fazer sessões de esclarecimento. Excluo, naturalmente, alguns que não tenham feito, porque não sei quais foram todos os que fizeram.

Só para falar dum caso, para não falar dos abusos, dos agentes sociais que funcionaram em consonância com o PSD, na sua propaganda eleitoral. Para não falar do abuso do Governo que à última da hora fez sempre campanha eleitoral, que visitou todas as ilhas, que lançou promessas de última hora, deixou dinheiros derramados; e dum Governo Central que pagou, obviamente os subsídios com antecipação, como este vai pagar o 13.º mês em Novembro, para ver se o seu candidato às presidenciais ganha.

Todas essas jogadas e esse jogo sujo, não foi feito pelo PS.

Aliás nós não podíamos fazer. O que nós somos, somos estas caras e esta gente. Que representa o Povo dos Açores o mais humilde, que representa o Povo dos Açores que reside nas ilhas e que não vai ser eleito por outras ilhas onde não reside, para ocupar lugares políticos, todos os que aqui estão sentados residem nas ilhas porque foram eleitos, e é o único Grupo Parlamentar que pode afirmá-lo aqui, desde o Corvo até Santa Maria, nós residimos nas nossas ilhas, temos o contacto concreto com o Povo dos Açores, e não aceitamos que se ponha em causa a legitimidade deste Grupo, se afirme despudoradamente que nós não temos conhecimento da realidade açoriana.

Temo-la, e por sabermos que ela é tão delicada, não temos a febre do poder, e sabemos esperar e que esta geração foi vítima duma opção de longos anos, que está à mercê daqueles que facilmente podem manipular as suas vulnerabilidades, e que o fazem para ocupar o poder, precisam de ajuda, por isso, com 14, com 12 ou com 1 se for o último que restar aqui, agora ou daqui a quatro anos, não deixaremos de ter a nossa voz levantada, porque o Povo dos Açores não morrerá, não será representado por um corpo único. O Povo dos Açores também somos nós, representamo-lo aqui em pé de igualdade e muitas vezes, talvez com maior legitimidade de mandato porque o número de votos distribuídos apenas dá pela matemática, alguma força política pela representação.

Por isso eu repudio tudo o que aqui foi dito. Repudio pela forma, pela substância e acima de tudo pela intenção. Nós aqui não abdicaremos de lutar pelo Povo dos Açores,

nós aqui não deixaremos de ser os representantes legítimos de uma grande parte do Povo desprotegido dos Açores.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para um protesto.

Presidente: Evidentemente que eu lhe vou dar a palavra, mas queria lembrar aos Srs. Deputados que estamos a discutir um Programa do Governo sobre o qual haverá ou não haverá moção de rejeição, haverá ou não haverá aprovação e, alguém deve lembrar que nos estamos a desviar um pouco, segundo me quer parecer para matérias que pelas suas proximidades, seguramente influíram no modo de sentir das pessoas, mas que podem realmente e objectivamente estar fora do âmbito deste debate.

Não quero de maneira nenhuma coarctar — nunca foi nem será a minha intenção — a liberdade de expressão dos Srs. Deputados. Mas nós, portugueses sabemos como somos e se de repente fomos fotografar o ponto em que o debate está, podemos encontrá-lo a milhas de distância, mas muitas milhas de distância do que temos aqui para apreciar.

Quero lembrar aos Srs. Deputados o seguinte: este, digamos que, incidente, foi suscitado por uma crítica do Sr. deputado Martins Goulart ao Programa do Governo que tinha a meu ver com o novo Estatuto Político-Administrativo e com o papel que o PSD teria na paternidade desse novo Estatuto. A partir daí evoluímos para uma troca de observações e de afirmações, não quero dizer de invectivas, mas quase, que tem muito mais que ver com o anterior funcionamento da I Legislatura da mesma Assembleia que já terminou e eventualmente com a campanha eleitoral que já terminou também, do que propriamente com este Programa do Governo.

Com esta pequena recomendação, visava trazer a esta Assembleia a calma que já lhe é tradicional e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida, anunciando que não tenciono tirar a palavra a nenhum Sr. Deputado, mas apenas com o intuito de reconduzir a discussão à linha, que efectivamente é aquela que está na base de estarmos aqui todos reunidos.

Com estas observações, dou a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a sinceridade que é necessário trazer de novo a esta Assembleia e porque ela de facto não se deve parecer com as Assembleias do Irão, onde por cenas de carácter revolucionário pode acontecer uma desestabilização, que aqui não se quer. Eu vou devolver, portanto, em clima de sinceridade à reflexão que aqui nos trouxe. E vou voltar até à página 10 do Programa do Governo e ao tão controverso «e foi assumir por iniciativa do PSD e de acordo com o seu projecto elaborado e aprovado o novo Estatuto Político-Administrativo», e o mais que se segue que a oposição também se dispensou de ler.

E se me permitem já foram feitas aqui tantas retrospectivas, de tão variado ângulo que também me permito fazer uma pequena digressão pelo passado, eu tenho só pena, tinha sinceramente pena, agora e aqui, de não ter participado

a todo o tempo — apenas por ter sido Deputado uns dias — nos trabalhos da Assembleia que acabaram por conduzir à aprovação, não só do Estatuto que actualmente nos rege, mas sim também dos símbolos heráldicos e de outras decisões importantes que aqui foram tomadas neste Parlamento. E tenho pena, porque poderia talvez dar um contributo mais substancial à reposição da verdade em relação a algumas coisas que não poderei por essas razões ser aval ou testemunha.

Em relação ao Estatuto, no entanto, posso e devo dizer, e para isto bastaria que fosse cidadão dos Açores, por mais humilde que fosse a minha ascendência ou a minha qualificação moral e política, posso dizer que é do conhecimento do comum dos Açorianos que o PS procurou durante muito tempo que esta Assembleia aprovasse, quase logo no início do seu funcionamento um Estatuto de Autonomia que a vinculasse ao então poder político no Continente Português que, como todos sabem era uma coligação de bastidores do PS com o PC.

De facto, houve uma estratégia do PSD, ela é do conhecimento de toda a gente, nós não íamos, para gáudio da oposição, e foi tolice e ingenuidade vossa, trazer aqui um Estatuto que à pressa fosse retalhado pela Assembleia da República, pelo Conselho da Revolução e por todos os outros títeres que vieram governando este País durante muito tempo.

Tínhamos o nosso «timing», como se costuma dizer, tínhamos portanto, o nosso tempo, o nosso sentido de oportunidade política, a maturidade que fomos ganhando, e tínhamos connosco uma coisa que a oposição nunca conseguiu ter, o consenso do Povo Açoriano.

Povo que já foi aqui tremendamente ofendido, Povo que já foi tratado aqui hoje com palavras que eu me envergonharia de ter proferido.

(Vozes inaudíveis)

O orador: Povo que no seu entendimento de pessoas. . . (eu não interrompi ninguém, e bem gostaria de poder registar que a oposição tenha o mínimo de serenidade que permita às pessoas que intervêm, aguardar serenamente a sua ocasião de responder. Era necessário e era conveniente que assim fosse. Porque de outra maneira eu também estou aqui no uso da palavra e também poderei responder).

. . . De qualquer maneira, o povo não é tão ingénuo, não é tão pouco culto como o fazem e acima de tudo, sabe com quem lida e acredita nas pessoas que o tratam. Em termos de Estatuto creio que podemos ficar por aqui.

Eu tenho que devolver ao Sr. Deputado Martins Goulart algumas coisas que aqui foram ditas num tom de voz que eu não vou repetir.

A campanha do PSD na ilha do Faial foi da minha responsabilidade na qualidade de Presidente da Comissão Política do PSD na ilha do Faial, é um cargo que talvez me assenta mal pela pouca qualidade que eu possa emprestar-lhe. Mas responsável que fui pela campanha eleitoral, eu fiz dezenas de sessões, fui a todos os lugares desta ilha, falei com milhares de pessoas, de nenhuma, mas de nenhuma da minha parte ou das equipas que comigo trabalharam — e são muitas as eleições em que eu participo — me desviei ou desviarei dos objectivos principais que são: esclarecer as

pessoas, ouvi-las, transformar os seus anseios em realizações, sem prometer que elas se podem realizar dum dia para o outro, sem usar a lanterna de Aladino, para prometer daqui a um minuto aquilo que eu sei que se podem realizar em anos ou em gerações.

Eu posso dar aqui o testemunho de que nesta ilha as afirmações do Sr. Engenheiro Martins Goulart não encontram consonância para empregar uma expressão dele no povo desta terra. O resultado das eleições que sucessivamente vem retirando a confiança ao PS são como já foi dito aqui a prova provada de que a linguagem que usa não pertence ao povo e o povo destas ilhas não são só com todo o respeito que me merecem os Deputados aqui presentes, os Deputados que até aqui vieram, há muitos milhares de Açorianos por detrás da cada um de nós, e a esses milhares de Açorianos é preciso reconhecer-lhes o direito de esperarem melhor, um comportamento mais adulto, por vezes mais honesto e mais coerente. Gostaria também de dizer, e é bom que aqui se entenda que dentro do PSD, o Dr. Mota Amaral é um militante do partido, qualificado concerteza a quem se reconhece capacidade para Governar a Região — até se lhe reconhecem imensas qualidades — mas de maneira nenhuma é Senhor absoluto deste Grupo Parlamentar, duma pessoa e muito menos decorativamente de uma população como é a dos Açores. Que isto fique entendido. Os Açores não estão à venda como desejaria talvez a oposição. Não são pertença de nenhuma pessoa, também não são pertença do Dr. Mota Amaral, nem ele o desejou nunca.

No entanto, o ultraje é de tal maneira grave que tem de ser rebatido aqui e agora e com alguma violência porque seria passar um atestado de incapacidade a todos nós que o não aceitamos. Nós que dialogamos internamente que aceitamos os erros uns dos outros quando é necessário e já hoje o fizemos aqui. Nós não somos perfeitos, não fazemos o controlo do dia a dia da vida de cada um, e de igual modo não aceitaríamos que tal fosse feito em relação a nós. Quanto à campanha eleitoral ter sido feita com o apoio do Governo baseada nas visitas que este fez àquela ou outra terra, feita até por agentes do Governo, teremos de admitir que a oposição se esquece de que quem governa o faz a tempo inteiro, não o faz só nos 10 dias que precedem uma campanha eleitoral, e não me parece que queiram dizer que os Açorianos destas nossas ilhas votaram no PSD porque o Governo Regional visitou em data próxima das eleições as ilhas aonde as suas viagens os levaram. Seria de novo reconhecer e admitir que o nosso povo não tem o mínimo de capacidade de discernimento. Isso, entendo eu, serem calúnias a que já estava habituado, mas que julgava que não tinham cabimento nesta sala tanto mais que o que aqui nos trazia, como disse o Sr. Presidente do Governo em tempo oportuno como fizeram nas suas intervenções diversos Deputados, era a discussão do Programa do Governo.

Lembrou o Sr. Presidente da Assembleia e fê-lo bem, que nós nos tínhamos desviado para muitas milhas do que aqui nos trouxera. Não sei se consegui como era meu intento reconduzir aqui a esta sala o debate sobre o Programa do Governo. No entanto, gostaria de deixar dito com toda a clareza que não posso deixar de protestar e muito veementemente para a forma caluniosa, menos verdadeira e pouco

digna como foi em muita da sua parte a intervenção do Deputado Martins Goulart. Eu julgo que para um homem da estatura intelectual dele, para a cultura que ele possui é de exigir bastante mais e acima de tudo uma muito maior seriedade, uma muito maior recondução às responsabilidades que o trouxeram aqui e, acima de tudo, um respeito muito maior pelas pessoas que estão na bancada frente à sua, pelo povo que nos pode ouvir através do microfone ou televisão e também deixar aqui um nível de presença que é só este: nesta bancada sempre que o tom dos insultos for aquele que agora nos foi dirigido terá que contar a oposição com resposta firme que daqui iremos dar, e daqui não sou eu, é de todo este Grupo Parlamentar.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Martins Goulart para as perguntas ou pedidos de esclarecimento que pretende formular.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Pacheco de Almeida gostaria de lhe fazer umas perguntas. Gostaria de as fazer preambulando com o seguinte: Eu intervi como intervi depois de haver uma intervenção, que também gostaria que a clarificasse, do seu líder parlamentar. Em segundo lugar pergunto se quando o PSD faz campanha eleitoral e diz, não sei se foi sua a intervenção que se transformou em veículo desse facto que se o PS ganhar as eleições cerram imediatamente as pensões sociais; os pagamentos da Casa do Povo, a assistência social, se isto é dito quem é o responsável por esse facto? Se à medida em que se caminhava pelas freguesias rurais da ilha do Faial, eu era, e posso trazer testemunhas porque falo baseado em factos e não em generalidades, abstractas de todo o povo Açoriano ou de parte do povo Açoriano. Se eu contacto directamente depois de o PSD ter ido às mesmas freguesias e de porem à discussão aquilo que acabou de ser dito — nunca foi pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida, isso faço-lhe a devida honra — mas por outras pessoas, coisas altamente caluniosas como é que se responsabilizam esses militantes do PSD perante esses factos?

Segundo aspecto, gostaria que me clarificasse o seguinte, que para mim significa o seguinte da alienação.

Houve um pároco numa ilha dos Açores que produziu a seguinte afirmação: «É mais católico o PSD que não praticado do que o Socialista que comunga»?

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida é de frontado com várias perguntas uma das quais me parece ser de ordem canónica. Tem a palavra para responder o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Presidente eu vou responder, mas peço-lhe para não me pedir que responda em termos canónicos, porque não me seria possível.

As perguntas que foram aqui formuladas merecem resposta porque até o foram em termos que me a merecem como mereciam todas. A intervenção do nosso líder, pois a leitura que faço dela não sei como é que me saiu a minha intervenção não faço juízo de mim próprio, o Dr. Borges de Carvalho é um homem do povo e que vive intensamente os problemas do povo onde está inserido. Para ele lealdade, sinceridade e compromisso, tanto quanto eu pude apreciar

no dia a dia, são palavras que não são vãs. Ele aqui foi ofendido como aliás fomos todos nós, ao se tratar de maneira menos própria um homem cuja dignidade teria que ser ressalvada dentro desta sala.

Não vejo que a intervenção dele se tenha afastado um milímetro que fosse da necessidade que havia por parte dele de repôr a verdade em relação a afirmações que foram aqui feitas. Os termos serão necessariamente da sua responsabilidade, os objectivos e a forma como fez a sua intervenção não foram de maneira nenhuma semelhantes sequer ao vigor que havia sido posto em intervenções anteriores nesta sala. Quanto a afirmações menos exactas segundo o Deputado Martins Goulart feitas no Faial em relação a afirmações próprias de campanha eleitoral, é do meu próprio conhecimento que algumas pessoas do PSD terão usado a afirmação que tinham ouvido a algumas pessoas do PS de que se o PS fosse Governo acabaria o pagamento das pensões. Devo dizer que pessoalmente nunca dei a este tipo de intervenções qualquer valor nem me parece que o nosso povo vá deixar de votar neste ou naquele partido por informações como estas de boateiros que não passam deste tipo de boateiros.

Quanto à afirmação de um padre que teria dito que «é mais católico um PSD praticante do que um PS que comunga», pois eu julgo que me posso dispensar de comentar este tipo de afirmação porque só o padre em questão o poderia fazer dado que o juízo da afirmação fá-lo qualquer pessoa, não necessito de fazê-lo eu aqui.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Trabalho depois desta longa digressão por outras áreas tem a palavra para apresentar os pedidos de esclarecimento que eu supponho terem sido suscitados pela intervenção do Sr. Deputado Avelino Rodrigues.

Secretário Regional do Trabalho: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou prescindir da minha intervenção, mas eu queria dizer que me regozijo pelo debate acalorado que acabamos de assistir nesta Assembleia, uma vez que eu entendo que uma Assembleia é um órgão vivo e não um jazigo como muitas vezes poderia parecer, e por outro lado é um órgão em que deve estar permanentemente definida e de uma forma muito clara onde se situa a oposição e onde se situa a maioria. Gostaria imenso de «molhar também a sopa» como se costuma dizer, mas infelizmente o meu fígado não me permite acompanhar o ritmo do debate. De qualquer maneira aguardarei pela melhor oportunidade alguns pequenos esclarecimentos que tinha a prestar ao Sr. Deputado Avelino Rodrigues, esclarecimentos de pormenor e portanto aguardarei uma melhor oportunidade para não quebrar a sequência dos trabalhos que foram de certo modo atrasados por este debate, que, repito, foram do maior interesse.

Presidente: Muito bem. Então vamos continuar com os debates. Tem a palavra o Sr. Deputado João de Brito.

Deputado João de Brito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários Regionais: Este novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores determina que o executivo regional submeta a esta Assembleia para debate o Programa do Governo, e estamos esperançados que do diálogo aberto, leal e sereno se possa melhorar ainda mais os objectivos pro-

postos.

Este documento do Governo Regional foi elaborado a partir da experiência intensamente vivida durante quatro anos de governação e antes de ser submetido a esta Assembleia para apreciação, discussão e aprovação foi apresentado também como programa eleitoral ao Povo Açoriano que manifestou através do seu voto, o apoio incontestável à social democracia nas eleições de 5 de Outubro, demonstrando assim a sua maturidade e sentido de responsabilidade, apostando numa política de desenvolvimento harmónico e efectivo da nossa Região.

Na última década a nossa economia vem assentando na agro-pecuária e é neste sector que pretendemos fazer algumas considerações com a esperança de contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que vivem no mundo rural.

Vivemos numa Região que é fundamentalmente caracterizada por solos acidentados mas na generalidade produtivos, com a maior parte das explorações agrícolas mal dimensionadas mais por fruto da má distribuição inicial da propriedade fundiária, de uma população activa excessiva que explora o solo num sistema, tecnologicamente ultrapassado, e do avanço exagerado das pastagens para áreas não recomendadas tecnicamente.

Perante este quadro que define o nosso sector agro-pecuário, as tarefas que há a empreender, para corrigir estas deficiências, tem vindo a preocupar os governantes, os agricultores e técnicos na sua resolução de modo a conduzir a nossa agro-pecuária a metas mais progressivas, modernas e agressivas em concorrência com os mercados externos.

É a partir dos 300 metros que a nossa agricultura tradicional dá lugar às pastagens permanentes que ocupando a maior quota parte da superfície agricultável da nossa Região impõe que o nosso sector primário assente mais na pecuária, quer na agricultura propriamente dita.

Mas há que ordenar ou reordenar e, nestes termos, vimos assistir nas zonas baixas a uma transformação das áreas disponíveis para as culturas tradicionais em pastagem.

Trata-se de um facto que ninguém ignora e que foi em parte consequência da expansão desenfreada da bonivicultura, fruto de uma política relativa de preços antes do 25 de Abril, desequilibrando deste modo a nossa frágil estrutura agrária.

Naquela conjuntura os agricultores sentiam-se desmotivados para manter o equilíbrio do binómio culturas tradicionais em rotação / pastagens procurando o lucro mais fácil e mais vantajoso sem se preocuparem em planificar a sua exploração em moldes racionais para a terra e para o mercado.

Para ajudar a corrigir tais desajustamentos o Governo Regional prevê uma política de preços mais realista para os produtos agrícolas, estabelecendo preços à produção que levem à competição com os da pecuária.

O Governo Regional procura e pretende tomar medidas que levem ao emparcelamento de glebas dispersas qualquer que seja a forma de exploração, o que vai permitir o rendimento das áreas de exploração para uma racional mecanização e contribuir assim para a redução dos custos efectivos dos produtos agrícolas.

Outra medida advirá da necessidade da reconversão das

zonas baixas das pastagens em produção diversificada tendo em vista o alto consumo e até prevendo o abastecimento de produtos agrícolas para os mercados da Madeira, Continente e outros em épocas mais temporãs.

A *arboricultura* deverá merecer uma atenção especial neste reordenamento agrário da Região não só pela necessidade de garantir à nossa população um mínimo de auto-abastecimento, como também promover o maior aproveitamento possível em cada ilha das suas aptidões naturais para a cultura.

Também as culturas industriais, beterraba sacarina, tabaco, chicória, deverão assumir uma posição de maior relevo no ordenamento cultural regional para assegurar o necessário desenvolvimento, no sector industrial subsidiário da agricultura, valorizando assim estes dois sectores da actividade produtiva açoriana.

As pequenas culturas ditas tropicais ou sub-tropicais nomeadamente ananaz, chá, maracujá e mais recentemente o café, deverão ser consideradas como opções de desenvolvimento para uma agricultura açoriana mais diversificada na perspectiva da integração da Região na Comunidade Económica Europeia.

A revalorização do «vinho do Pico e da Graciosa» aos níveis que o seu ancestral prestígio o votaram, deverão ser neste caso uma meta prioritária.

Por outro lado ainda o incremento que a nossa Região vem assistindo, quer pelo afluxo do turismo, quer pela melhoria da qualidade da alimentação das populações, leva-nos a orientar a produção hortícola para diversas espécies do consumo directo.

No que respeita a fruticultura no arquipélago, as aptidões das espécies frutícolas variam de ilha para ilha conforme as condições climáticas e por isso o seu fomento está condicionado às necessidades de consumo imediato. Serão os casos da laranja, da banana e ameixa.

As ilhas que apresentam maior potencialidade em determinadas espécies frutícolas há que incrementar e intensificar a sua cultura, pondo à disposição dos pomareiros os instrumentos capazes de os galvanizar para esta reconversão cultural.

Ainda para sustentar o avanço das pastagens outras medidas terão que ser tomadas em favor da diversificação cultural, tais como: crédito, seguro agrícola, vulgarização e extensão e a formação profissional dos agricultores.

Um dos processos indirectos para corrigir esta situação passa naturalmente pela vulgarização como motor decisivo da transformação do actual sistema de produção.

Começou-se já a dar uma maior capacidade a este sector, dotando-o de equipamento, quadros técnicos em vias de serem eficientes e experientes de modo a assegurar os contactos directos com os agricultores, auscultando-lhes seus queixumes cujo diálogo os levará a encontrarem soluções para as suas dúvidas e os encaminhará para um sistema de produção que se enquadre nas linhas de acção preconizadas pelo Governo Regional.

Há que continuar a promover a preparação profissional dos agricultores e trabalhadores, dignificando esta classe tão laboriosa entusiasmando-os a participar nas diversas formas de valorização.

O seu baixo grau cultural e profissional deverá ser rapidamente ultrapassado de modo a que eles possam imprimir às suas explorações uma maior rendabilidade.

A nossa agricultura para ser conduzida no interesse da política agrícola, traçada pelo Governo Regional necessita da contribuição do crédito, crédito este que deve ser concedido no sentido do desejado ordenamento agrário açoriano.

Os agricultores, os grandes agentes da produção necessitam de linhas de crédito disponíveis sem grandes burocracias e aplicáveis na aquisição dos meios de produção necessários à sua exploração para atingirem o proposto êxito do seu esforço em prol do desenvolvimento agrícola regional.

A utilização do crédito na produção agrícola não dispensa o seguro agrícola, como forma de tranquilizar o agricultor no que respeita a possíveis acidentes incontrolláveis que possam sobrevir de garantir a recuperação do crédito e de permitir à família uma situação estável e digna.

Só assim será possível fazer com que a região tenha um ordenamento agrário capaz de permitir a satisfação natural das necessidades do seu auto consumo, assim como o aproveitamento equilibrado e racional das suas potencialidades.

E isto o programa do Governo propõe.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jesuíno Facha.

Deputado Jesuíno Facha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema dos transportes marítimos é especialmente grave para a vida das populações das ilhas mais pequenas e mais afastadas dos grandes centros.

Como a agro-pecuária é a actividade económica que ocupa a maior parte do Povo dos Açores, torna-se claro que são os lavradores das ilhas mais afastadas e mais pequenas que sofrem mais duramente a consequência da falta de transportes marítimos adequados à realidade dos Açores.

Ao lermos o Programa do Governo e particularmente a parte que diz respeito aos transportes marítimos ficamos na dúvida se este Governo, que é praticamente o mesmo que governou durante os últimos quatro anos, terá capacidade para modificar este estado de coisas.

Porque as palavras e as boas intenções são fáceis de escrever e de afirmar, prefiro citar aqui casos concretos que afligem os lavradores das Flores e perguntar quais as medidas que este Governo tomará nos próximos quatro anos de forma a evitar que se continue a viver em quase total abandono.

Quanto a transportes marítimos, nas ilhas das Flores e do Corvo, as coisas vão de mal a pior. Mais de 60 dias passaram sem que aparecesse um barco para transportar o gado para Lisboa. Este ano trouxe grandes dificuldades à lavoura, por ter gasto forragem que se destinava à época invernal. Quanto ao barco finalmente chegou, a remessa de gado partiu em péssimas condições. Como é do conhecimento geral, o barco «Ribeira Grande» da CTM carregou nas Flores e no Corvo mais de setecentas cabeças de gado e ainda uma grande quantidade de contentores. O gado foi apertado contra o costado em locais muito inclinados onde não se podiam deitar, porque um dos porões tinha transportado alcatrão, e embora tivessem espalhado forragem no

fundo, não impediu que no outro dia algumas reses estivessem coladas sem se poderem levantar.

Este gado esteve, em grande parte, sem comer nem beber por não se conseguir chegar junto dele. A bordo, enquanto o barco esteve nas Flores morreu uma vitela, devido a ter rebentado um cabo de um guincho, um contentor partiu a espinha a duas reses que tiveram de ser abatidas.

O navio esteve oito dias nas Flores nas operações de carga e descarga, a seguir veio à Horta para tomar água, chegou a Lisboa no fim da semana, só devendo iniciar as descargas ontem, 10 de Novembro.

Por isso já se vê que imensas reses perderão imenso peso com transportes desta forma e porque os intermediários acabam por receber gado com peso inferior à compra de origem, irão lançar os prejuízos na compra seguinte à lavoura que se encontra totalmente desprotegida.

Era tempo de se voltar a por a funcionar os serviços oficiais, porque este ano já se venderam as vacas para exportação em menos 50% que o preço do ano passado. Além disso, havia a vantagem que quando o barco se atrasasse, o aumento do peso do gado revertesse para o próprio lavrador.

No tempo dos governos fascistas havia os protectores dos animais e os que transgrediam a lei eram severamente punidos, sem que, com isto esteja de alguma forma a defender esses governos, acontece que hoje, com um governo dito social-democrata, é preciso que se peça a protecção para que seja transportado em condições diferentes e num prazo mais curto de dias.

Quanto à protecção dos lavradores, até 24 de Abril de 1974, no cais das Lajes das Flores havia argolas onde se prendia o gado para exportar e o lavrador podia comer sempre que houvesse demoras.

Mas por infelicidade nossa, no cais dos Poços em Santa Cruz, os lavradores têm de ficar a segurar o seu gado pela corda sem arrear pé, às vezes 4, 5 ou 6 horas.

Embora a Câmara das Lajes das Flores já tivesse providenciado no sentido de resolver o problema, quem de direito nada fez até à presente data.

Também era importante que as autoridades competentes avisassem os lavradores do número de reses a embarcar em cada dia, ou então como já se praticou, que cada Concelho tivesse o seu dia quando o número de reses o justificasse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes pormenores podem parecer descabidos na discussão de um Programa de Governo. Mas no meu entender não são. O Povo dos Açores quer ver os seus problemas concretos resolvidos e está farto de promessas de que tudo ficará resolvido em pouco tempo.

Por isso, em nome do Povo que me elegeu e que represento, faço votos para que este Governo do PSD possa, durante este debate garantir soluções concretas para os casos que apontei. Se responder com palavras difíceis que o povo não entende, ou se fugir à questão, então concluiremos que o Governo não sabe ou não quer resolver este problema.

Oxalá que o saiba, para bem de todos nós.

Tenho dito.

Presidente: Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Pontes. Só um momento!

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para dar explicações ao Sr. Deputado Jesuíno Fa-

cha.

Secretário Regional do Comércio e Indústria: Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para prestar um esclarecimento, uma vez que o Sr. Deputado manifestou na sua intervenção o desconhecimento duma situação que foi criada durante 1978 com a comercialização do gado. Como deve saber o Sr. Deputado esta comercialização do gado durante muito tempo foi feita através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários e numa altura havia uma coordenação bastante boa dos serviços porque a Junta era o organismo encarregado de fazer a intervenção, quer aqui nos Açores quer mesmo no Continente, fazendo distribuir o gado pelos matadouros e fazendo a intervenção na própria carne, portanto no abastecimento público. A partir de 1978 e na vigência do II Governo procedeu-se ao desmantelamento aparente da J.N.P.P. com a divisão entre dois organismos que não chegaram a ser criados, o Instituto do Leite e o Instituto da Carne. Por isso mesmo, a partir dessa altura, e por determinação do Governo de então, deixou a J.N.P.P. de intervir directamente na comercialização do gado, uma vez que numa altura se começou a praticar uma política de preços diferentes na carne, liberalizando os preços no Continente o que permitiu as subidas que foram verificadas em 1978, daí que a partir dessa altura a J.N.P.P., embora exista ainda na Região, não tenha feito a intervenção na carne e no gado concretamente aqui nos Açores porque também não intervem no abastecimento da carne no Continente uma vez que se verifica o auto-abastecimento. Essa foi uma das razões porque os serviços oficiais, que até então faziam a intervenção do gado deixaram de o fazer, não se verificando a mesma coisa em relação aos Açores onde ainda os matadouros continuam a fazer a aquisição do gado e têm-no feito nas condições que todos sabemos e dentro das nossas necessidades.

Por isso mesmo, é que nós temos feito uma intervenção apenas de acordo com as nossas necessidades, que como sabe também, pois o maior grosso da coluna vai para o Continente, e as deficiências são supridas porque há uma relação não só nos transportes, como falou, e essa é certa, mas também uma relação difícil entre o comprador e próprio vendedor. Por isso mesmo compete sobretudo à iniciativa privada organizar-se de forma melhor para dar resposta aos problemas que a ela dizem respeito já hoje nesta Câmara foi dito, e isto faz parte do Programa do Governo que é a própria iniciativa privada assumir também as suas próprias responsabilidades.

Presidente: O Sr. Deputado Jesuíno Facha pediu a palavra para um pedido de esclarecimento. Tem a palavra.

Deputado Jesuíno Facha (PS): Em primeiro lugar quero agradecer ao Secretário do Comércio e Indústria, e fazer uma pergunta. Como é que a lavoura vai colocar o gado? Por exemplo, o gado era vendido à J.N.P.P. e agora na ilha das Flores encontram-se dois intermediários a comprar o gado. Dá-se a hipótese que eles se combinam, este ano compraram as vacas a 130\$00 / kg, por exemplo se oferecessem 50\$00 ou 20\$00 por cada quilo, nós temos que as vender porque não há outra hipótese de vender. Como é que o Governo Regional pensa resolver este assunto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para responder a este pedido de esclarecimento.

recimento.

Secretário Regional do Comércio e Indústria: Sr. Presidente, Srs. Deputados: É uma situação que não se verifica ainda neste momento, e além disso há formas de ultrapassar. Isso mesmo o Governo tem apontado no seu Programa e porque apenas compete ao Governo nalgumas áreas apontar e apoiar desenvolvendo como é óbvio as acções que possam ser iniciadas pelos próprios particulares e creio que neste caso os produtores se podiam organizar em cooperativas de modo a que pudessem, com uma estrutura eficiente, fazer a comercialização do seu próprio gado o que vai implicar contactos, e da parte do Governo haverá todo o apoio nesse sentido. Já o tem feito até mesmo na comercialização de outros produtos derivados da agricultura, mormente os lacticínios e, portanto, creio que o caminho mais acertado, enquanto os próprios produtores não podem individualmente ter uma série de contactos para colocar o seu gado, pois acho que vindo buscar uma tradição já de um movimento cooperativo existente nas Flores na produção do queijo, acho que neste momento se deve encaminhar para uma cooperativa de produtores de carne, e nesse caso, nós teríamos o problema simplificado. Quanto a este preço, pois é evidente que o Governo tem intervindo noutras alturas, não tem de forma alguma desprotegido os próprios produtores, tem uma política de fixação mínima de preços a alguns produtos e é evidente que se uma situação deste cariz se viesse a verificar o Governo tomaria as medidas convenientes para debelar tal situação que acabou de apontar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jesuíno Facha para dar uma informação.

Deputado Jesuíno Facha (PS): Sr. Secretário, estou esclarecido e muito bem esclarecido, mas quero dar uma pequena informação. Quanto às cooperativas da ilha das Flores, 50 estão fechadas e as outras 50 não ultrapassam o ano de 1981, mas o futuro o dirá. As cooperativas estão numa grande crise, portanto não esteja iludido que elas vão aumentar.

(Estabeleceu-se diálogo)

Secretário Regional do Comércio e Indústria: Há que organizar as cooperativas.

Deputado Jesuíno Facha (PS): Há que organizar as cooperativas. De que forma?

Secretário Regional do Comércio e Indústria: Através da iniciativa de cada um.

Deputado Jesuíno Facha (PS): E o Governo?

Secretário Regional do Comércio e Indústria: O Governo tem que dar o apoio e os meios necessários para isso.

Deputado Jesuíno Facha (PS): A ver vamos. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, para um pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi realmente derivado da intervenção do Sr. Deputado Facha e também do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, que me suscitou este pedido de esclarecimento que, aliás, será muito curto. Estou obviamente de acordo com o Sr. Secretário Regional e, neste caso concreto, pela afirmação que proferiu com o próprio programa do Governo Regional naquilo que diz

respeito ao apoio por parte do Governo à formação de associações de índole cooperativa. Como o Sr. Secretário Regional sabe o movimento cooperativo constitui historicamente um dos vectores do movimento socialista e daí que concordo perfeitamente, só que abstraindo-nos um pouco da teoria e descendo à prática do dia a dia onde as pessoas vão encontrando dificuldades muito concretas, eu perguntaria ao Sr. Secretário Regional se independentemente da predisposição para apoiar e estimular o movimento cooperativo nos Açores não seria de o Governo se precaver com mecanismos próprios, transitórios, para dar resposta aos problemas que foram levantados e muitos deles são originados por factores de especulação de modo a que enquanto o movimento cooperativo não estivesse devidamente constituído e preparado para, por si próprio, resolver seus problemas, pergunto se não caberia ao Governo, numa fase mesmo que transitória, ajudar na resolução dos mesmos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria: O Governo tem procurado, e a isso lhe tem obrigado muitas vezes as críticas benéficas da oposição, a intervir o mínimo possível nos próprios circuitos, responsabilizando como é óbvio todos os agentes que neles intervêm, mormente a iniciativa privada. Mas não há dúvida nenhuma que na explicação que dei ao Sr. Deputado, disse que o Governo não deixaria cair a comercialização do gado nas condições que ele há pouco enumerou, até porque existem neste momento organismos a funcionar — no caso concreto aqui dos Açores, e em relação à carne, o Serviço Regional dos Produtos Agro-Pecuários — que é um organismo que vem adquirindo o gado para o abater e comercializar internamente fornecendo o produto depois aos comerciantes de carne, vem funcionando neste esquema e concerteza que teria uma intervenção se fosse forçado a tal.

Simplemente o Governo entende que limitando-se a intervir o mínimo possível nesses circuitos terá que estimular a iniciativa privada de modo a que ela própria assuma as suas responsabilidades, organizando-se, e aí compete ao Governo um apoio inegável que irá ser implementado no próximo ano até mesmo por via do Instituto de Apoio à Agricultura por um lado, e por outro lado também através do próprio Instituto de Apoio às Cooperativas que está numa fase de instalação, cuja Comissão Instaladora foi empossada há pouco mais de 2 meses.

Por isso mesmo está numa fase de elaboração do seu plano de actividade e irão depois de o levantamento a que estão a proceder de todas as cooperativas na Região procurar dar um apoio efectivo, não apenas apoio monetário, porque as pessoas têm que se consciencializar que devem ter uma participação muito activa, e devem sentir que aquele organismo também é deles e não podem pensar que o Estado vai entrar com o dinheiro para financiar estas organizações. Elas resultam necessariamente do interesse da própria iniciativa privada conjugando, como é óbvio, com o próprio Estado. Por isso mesmo é que deve haver uma convergência de esforços e, nesse sentido, o Governo aponta e desenvolverá numa acção futura.

Presidente: Srs. Deputados somos realmente chegados à

1 hora da tarde; interromperemos os nossos trabalhos para depois continuarmos às 3 horas da tarde com a continuação dos debates sobre o programa do Governo.

Estão interrompidos os trabalhos.

(Eram 13 horas)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 15 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Pontes.

Deputado Joaquim Pontes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais: Subo pela primeira vez a esta tribuna, com a satisfação própria de quem recebe a confiança do povo para aqui transmitir os seus anseios e defender os seus desejos, mas também com a consciência perfeita da responsabilidade e do trabalho que tal função acarreta a quem a deseje cumprir com seriedade e dignidade.

Assim sendo, faço votos, para que esta apreciação e discussão do programa do Governo, seja profícua e que possa realmente contribuir para um melhor esclarecimento do Povo dos Açores sobre os propósitos deste II Governo Regional, e enriquecimento de todos nós.

Que se não caia na dramática situação, por vezes observada noutras paragens, em que deputados, normalmente oriundos dos partidos que constituem a oposição, aproveitem esta oportunidade, para descarregarem toda a fúria subsequente às derrotas eleitorais, em nada contribuindo para os fins já enunciados, definindo um órgão do qual também fazem parte, e que deve, por todos, ser respeitado, valorizado e dignificado.

O programa que ora nos é apresentado, já de certo modo recebeu a ractificação do Povo dos Açores, que dele tomando conhecimento durante a campanha eleitoral, precedente às eleições de 5 de Outubro passado, exprimiu inequivocamente o seu desejo, de o ver posto em prática, não só mantendo mas reforçando, de modo significativo o apoio ao PSD, e à política que encetou, desenvolveu e que agora prosseguirá, o Governo da sua responsabilidade. É um programa importante, realista, bem articulado no seu conjunto, perfeitamente adaptado à realidade da Região que somos, e alicerçado numa convincente experiência de 4 anos de boa governação.

É um programa de trabalho, que para o seu integral cumprimento, exigirá, de todos quantos assumiram responsabilidades no executivo Açoriano e noutros órgãos regionais, um afínco e dedicação redobrados.

Julgá-*li*-nos-ia com impa-*li*-ável severidade o povo desta terra se assim não fosse, como aliás já o fez, aqueles que teimam em servir-se do verbalismo fácil, da argumentação caluniosa do vedetismo parlamentar, em prejuízo do bem servir o povo, que para isso os elegeram. Vão-se perdendo e diluindo, nos caminhos da incerteza, da intriga e do descrédito, que lhes é imposto pelo veredicto popular, os que assumem preferencialmente tal tipo de comportamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo, no espaço que dedica à Saúde, consubstancia uma série de medidas e propósitos realistas mas audaciosos, que apontam claramente para a prossecução da política de saúde até pouco posta em prática pelo I Governo Regional, da qual se fazem já sentir resultados palpáveis para a População dos

Açores.

Só quem por criteriosa má fé ou demência acentuada, não reconhece as melhorias sensíveis que neste capítulo se observam. Como prova, e a título de exemplo, poder-se-iam referir:

O levantamento total nos hospitais concelhios com vista a futuros Centros de Saúde, a conclusão de obras de adaptação e efectivação da instalação de equipamentos de radiologia e análises clínicas, nos diversos hospitais, a aprovação do projecto de construção do novo hospital da Horta, a conclusão de obras de beneficiação em vários hospitais concelhios.

Foi adquirido equipamento e material de transportes hospitalares, foram feitas obras de beneficiação em estâncias termas da Região e melhoradas as diárias dos doentes deslocados para o Continente. No tocante ao aprovisionamento foram já lançadas as bases essenciais para a formação em cada unidade de saúde, de um serviço de aprovisionamento, criaram-se, e têm-se vindo a melhorar, as condições para a fixação na Região de pessoal de saúde, bem como iniciativas levadas a cabo, no sentido de contribuir para um efectivo aperfeiçoamento e formação dos profissionais de saúde. Em colaboração com a Força Aérea Portuguesa têm-se garantido um sistema de evacuação de doentes, para locais onde possam beneficiar de cuidados de saúde adequados, e assim se têm salvo muita gente, até há pouco condenadas a pagar com a vida, o preço do seu isolacionismo.

Convém também não esquecer, o sismo de 1 de Janeiro passado, em que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, teve um papel preponderante na minimização dos efeitos causados pelas forças da natureza. Foi claro, e hoje é reconhecido, por todos, quantos, de uma maneira ou de outra, foram atingidos pelo sismo, o empenho, a dedicação e a resposta pronta, que este departamento governamental cedeu às populações sinistradas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O programa de Saúde deste Governo, se bem que sintético, é portador de um elevado conteúdo, que por certo, muito contribuirá para a melhoria das condições de vida do Povo dos Açores. Está bem expressa no programa, para quem atenta e desapassionadamente o ler, uma perfeita articulação entre os vários sectores da governação, onde os cuidados de Saúde são prioritários.

Assim no sector da Educação, o Governo atenta na acção social escolar, e entre outras medidas apontadas neste capítulo refere a abertura de cantinas e a distribuição de um suplemento alimentar, que é fundamental na preservação da saúde dos mais jovens açorianos. O mesmo se passa no trabalho, em que se aponta para a implementação e dinamização do Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho, tendo em vista a prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais. No programa agrícola do Governo é clara a intenção de desenvolver acções tendentes à melhoria higio-sanitária dos produtos regionais. No equipamento social assumem particular relevo, pela repercussão que naturalmente terão no sector da saúde, as medidas apontadas de:

— Inventariação de todas as nascentes, principalmente as utilizadas para o abastecimento das populações, delimitando as áreas de protecção de modo a evitar a contamina-

ção das mesmas.

— O saneamento básico, ao qual o Governo dá particular atenção, propondo-se intensificar a resolução dos problemas de abastecimento de água e esgotos, às populações ainda carecidas, apoiando paralelamente o sistema de recolha e tratamento de lixos, reduzindo fontes poluidoras e focos infecciosos de numerosas doenças.

Do que ficou dito, facilmente se conclui a existência de uma harmonia perfeita do programa, sendo evidente a interligação e cooperação dos vários departamentos governamentais na melhoria dos cuidados de saúde.

No seu programa de saúde, o Governo começa por sublinhar a importância da institucionalização do Serviço Regional de Saúde.

É sem dúvida um projecto que urge pôr em funcionamento, de acordo com a legislação já aprovada, pela anterior Assembleia. Será, necessariamente, um Serviço Regional de Saúde realista adaptado aos condicionalismos regionais e inspirado na filosofia social-democrata, do respeito, da liberdade e dignidade da pessoa humana. O programa rejeita, explicitamente, os projectos estatizantes, postos em prática nos países socialistas, que com pretextos de igualdade, solidariedade, uniformidade e eficácia, sufocam a liberdade pessoal, impedindo a iniciativa individual e dispensando aos cidadãos cuidados de saúde, cujo nível mais elevado, não ultrapassa o medíocre.

Trata-se contudo de matéria, que envolve na sua realização o evidente melindre, pelo que a sua execução deverá ser bem ponderada, sem sobressaltos, em que todos os passos do percurso sejam dados com uma segurança tal, que impeçam qualquer retrocesso. O consenso nesta matéria, entre todos os que directa ou indirectamente, nela se vêm envolvidos, parece fundamental como garantia de sucesso assegurado. A uniformização, que o Governo propõe, nas modalidades dos sistemas de protecção, bem como a generalização da protecção a toda a população, ainda não beneficiada, são igualmente medidas de grande alcance na saúde pública e de urgente efectivação.

No aprovisionamento de medicamentos é digna de registo a pretensão do Governo de disciplinar a tendência crescente do consumo indiscriminado de drogas, reduzindo todas as consequências negativas, que, naturalmente, daqui advêm.

Nos cuidados de saúde primários, a profilaxia da doença é sem dúvida primordial, numa melhoria significativa do nível sanitário da população, que se deseja breve e efectiva. O programa é claro na sua implementação e dinamização, devendo aqui salientar, a especial atenção que o Governo pretende dispensar às doenças profissionais, que felizmente, assumem uma dimensão já considerável na Região sobretudo no sector primário, mas também nos sectores secundário e terciário.

Quanto aos cuidados diferenciados, o aumento da produtividade hospitalar e o estabelecimento de uma articulação conveniente entre os vários serviços de saúde, são sem dúvida, dois pontos fundamentais e intimamente ligados, do programa do Governo, de difícil realização, mas necessária e possível.

No capítulo dos recursos humanos, o Governo apresen-

ta objectivos e medidas tendentes a alcançá-los, que se inserem no realismo e adequação das propostas já anteriormente formuladas, e postas em prática, sobre esta matéria. Salienta-se aqui a preocupação de evitar as roturas sazonais em certos serviços, principalmente na época de férias, e a política que o Governo pretende levar a cabo, na formação, aperfeiçoamento e fixação de profissionais de saúde.

Senhor Presidente, Srs. Deputados: Os cuidados de Saúde nos Açores, têm que ser cada vez mais um direito que a todos assiste em condições igualitárias e não um privilégio de quem é dotado de melhores recursos financeiros.

Este Governo, e o seu programa sectorial de saúde, apontam indiscutivelmente para o objectivo acima enunciado. Resta-nos apenas desejar-lhe uma feliz governação, para que no mais curto espaço de tempo possível, aquilo que hoje são propósitos, sejam em breve realidades.

O Povo dos Açores assim o exige, assim o merece e assim o espera.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muitas e variadas considerações me têm suscitado quer a exposição do Governo, quer a sessão de perguntas e também o decurso deste debate. Mas não só! Fonte afinal de todas as minhas preocupações e causa primeira de tais considerações é o Programa do Governo Regional.

Programa, que pelo menos agora e ao fim de quatro anos de governação, o partido maioritário e este Governo Regional que, no seu elenco, com uma única excepção, reproduz o anterior, tinham por estrita obrigação apresentar em melhor forma e substância.

Essa melhor forma e substância, indissolúveis e que se interpenetram, teriam de ser exigidas tendo em vista as declarações de princípio que nela se contém e que, consequentemente, o deveriam informar e informar a vasta gama de sectores, cobrindo todos os aspectos sócio-económicos num estendal de pias e irrealísticas intenções.

Diz o Governo que este Programa reflecte a filosofia subjacente à social democracia . . . A este respeito direi como Guerra Junqueiro: «o mundo a afirmar que os bretões grunhem e o bretões a teimar que o mundo mente! mutatis mutande», mas ao contrário do que o PPD a afirmar que é social-democrata e o mundo a teimar que o PPD mente.

De facto, nem a nível europeu — não obstante as suas patéticas diligências — nem a nível nacional este partido é ou tem agido como social democrata. Pelo contrário, nunca o foi nem tencionou cumprir os seus princípios programáticos, como a sua prática, a sua verdadeira génese política e as suas reais intenções vêm revelando. E essas práticas e essas intenções demonstram que o PPD nada mais é (e cada vez mais procura ser) do que um partido liberal cuja filosofia extravasa no Programa ora apresentado a esta Assembleia. Um programa que consagra o liberalismo económico com laivos intervencionistas aqui e além com intuítos dúbios e não sociais, e um sistema político paternalista, absorvente, omnipresente e coartador, inclusive, da autonomia e da dignidade autárquicas.

Quanto a este último aspecto não foram absolutamente nada convincentes os argumentos produzidos pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública, quanto ao âmbito e às razões da intenção governamental, de propôr alterações tendentes a interferir na aplicação de verbas, por parte das autarquias locais, em empreendimentos que não tenham correspondência nos indicadores de carência, que traduzem necessidades básicas da população.

Ora, essas grandes carências são carências infraestruturais que não afectam e não podem afectar as finanças locais, pois compete ao Governo Regional a elas ocorrer por força do Orçamento. A opção da aplicação das verbas das autarquias para ocorrer às necessidades das populações cuja satisfação compete aos seus órgãos assumir, são da inteira responsabilidade destes mesmos órgãos no cumprimento da vontade popular que os elegeram. Assim não sendo, não passarão as autarquias de meras extensões do poder central, aqui o do executivo regional que, por abuso do poder, retirará todo o conteúdo à autonomia autárquica. Vê-se, da leitura, do entendimento e também das explicações do Sr. Secretário Regional que, através dessa intervenção governamental veremos o 24 de Abril restaurado por meio de uma tutela correctiva. Isto é, pretende o Governo Regional condicionar as opções políticas das autarquias quando e se entender que o plano e orçamento autárquico não são da sua própria feição ou . . . cor política.

Muito mais haveria a dizer sobre o Programa, mas não poderei alongar-me muito mais dado o tempo de que disponho. Mas ainda sobre este assunto e descendo ao concreto teremos que, a concretizar-se a tutela correctiva do Governo Regional sobre as autarquias, se nos vai deparar este trágico panorama:

— As autarquias que já têm as suas grandes carências debeladas como portos, aeroportos, saneamento básico, estradas, até no grande, todo ou em parte substancial, essas, sim, ficarão mais à vontade para afectarem as suas receitas próprias, não digo ao supérfluo, mas ao secundário;

— As autarquias e as ilhas mais pequenas, mais pobres e carenciadas, que não dispõem sequer de infraestruturas mínimas ou que as possuem em parte e em degradação progressiva, essas pelo contrário, arrastar-se-ão, confinadas em si mesmo, a tentar com as suas parcas receitas e sob tutela correctiva do Governo Regional, na lenta implantação dessas infraestruturas.

Toda esta opção governamental expressa no Plano é compreensível como coroamento de uma intenção que ao longo destes quatro anos tem vindo o Governo a experimentar, em actos por si, ou por interposta pessoa (aqui leia-se o seu Grupo Parlamentar), tais como a recusa da criação do Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias, Fundo de Fomento de Habitação, e outras medidas de carácter descentralizador, propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Como já havia dito não só, o Programa, — e muito mais haveria a dizer sobre ele! — em si, mas também a sessão de perguntas, me merecem algumas considerações.

Tal como a quando da discussão dos orçamentos e planos dos anos transactos, aproveitava o partido maioritário, suporte deste Governo, para fazer perguntas de esclarecimen-

to, o que é de facto insólito em qualquer regime parlamentar. É certo que tais perguntas visam proporcionar ao Governo respostas de auto elogio, pluralizando uma ou outra acção que, no campo restrito da pergunta, produziram, até porque mesmo pontualmente e porque com disponibilidades financeiras, as teriam minimamente de produzir.

Claro que achamos natural que, no debate, os Srs. Deputados situacionistas se façam eco das posições narcisistas do Governo. . .

Mas quanto às perguntas, de duas uma:

— Ou o Programa foi elaborado pelo Governo, tal como o Projecto de Estatuto, sem consulta às estruturas do PPD/PSD e debate prévio com elas não tentando reflectir sequer um eventual projecto político e nesse caso, justificar-se-iam as perguntas de esclarecimento mas cautelosas e certas de não serem comprometedoras;

— Ou o Programa foi debatido e então imperou a intenção de dar a oportunidade ao Governo de se justificar em casos mínimos e incontestados.

Com efeito, em regimes parlamentares — e com isto quero dizer de vivência verdadeiramente democrática — é muito naturalmente a oposição que necessita de ser esclarecida por não ter obviamente participado na elaboração dos programas.

Não haverá que — e isto não é desenterrar fantasmas Sr. Presidente do Governo Regional, pois ainda estamos todos tão próximos desses factos, embora não participantes dele, como V. Exa. e não só . . . — uma certa deformação política «em continuidade»? É sabido que nas assembleias de partido único a farsa parlamentar incluía a cerimónia nas perguntas e intervenções para fazer parecer que os mansos Srs. Deputados (sem ou com uma pseudo amostra de ala liberal) se interessavam pelas coisas do Povo e «fiscalizavam» os Governos de então. . . Também não haverá na sua insólita intervenção de ontem, mas bem estudada no tom e no gesto, como lhe é habitual quando, entre outras verberações, Sr. Presidente, nos acusa de lamuriar por não sabermos ser Oposição, essa mesma afloração da sua génese política?

Pois bem, Sr. Presidente, não lamuriamos, denunciámos e reivindicámos. Mas mesmo que lamuriássemos e não acusássemos os abusos da maioria, temos sabido ser positivamente e com apresentação de abundante trabalho legislativo uma Oposição digna e viva.

E é essa vivacidade e é a alternativa que representamos que o incomoda, Sr. Presidente, porque excede a sua mera necessidade de poder aparentar e proclamar que se vive nesta Região em democracia e naquela sua tão querida estabilidade feita do unísono e não do efectivo respeito mútuo.

A acentuação desta caminhada para uma ditadura psicológica implantada sob a capa de uma maioria eleita pelo voto popular, e, como tal, reivindicando o mandato popular como justificação de medidas anti-democráticas que visam perpetuar essa mesma maioria, é muito preocupante. Mais do que isso, é um retorno às origens por parte de alguns. . .

Não aceitamos isso. Não somos uma Oposição acomodática e acomodada. Não somos uma amorfa ala liberal.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Dutra.

Deputado Fernando Dutra (PSD): Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: A discussão do programa de um Governo Regional que, pela segunda vez consecutiva, é formada com base num Partido que nas eleições de 5 de Outubro, não só manteve a confiança da maioria do eleitorado, mas até a viu substancialmente reforçada, não nos parece tarefa difícil uma vez que Governo e Partido provam que souberam responder, de uma forma geral, aos mínimos anseios dos Açorianos.

Com efeito quem se dignar fazer uma retrospectiva sobre a Região e aquilo que ela era há quatro anos, vai encontrar grandes mudanças e largas melhorias nas condições de vida nas nossas Ilhas. É certo que nem tudo se fez, ou melhor, ainda não chegámos ao essencial, e, do que há feito, nem sempre se enfileirou em direcção à meta mais curta e acertada. Contudo, isso não quer significar que não tenha havido esforço e preocupação de acertar. O mérito que as nossas instituições de Governo da Região Autónoma, têm dentro e fora dela é o garante das nossas afirmações.

Volvidos os últimos quatro anos, sectores existem onde é bem notória a capacidade da Governação Regional, nomeadamente em infra-estruturas tendo-se em alguns casos feito mais que nos últimos quinhentos anos.

Para os mais esquecidos bastaria recordar o que se fez em aeroportos, portos, frio, estradas, electricidade, etc., etc..

No entanto, estamos ainda bastante longe do que imaginámos. Queremos lá chegar. E chegaremos certamente.

Sr. Presidente e Srs. deputados: Tecidas estas considerações de ordem preliminar, debruçemo-nos um pouco sobre o Programa em apreciação que, de forma sintética, insere as linhas gerais de orientação para mais quatro anos. E, ao falar dessas linhas gerais queria à minha modesta maneira, chamar a atenção para um sector importante — o da energia.

Os parágrafos que a ele se referem são sucintos e deles não se extrai concretamente o propósito do Governo, se não recordarmos algo do executado no mandato há pouco findo.

Realmente a capacidade dos mais diversos organismos com responsabilidade de fomentar, produzir e distribuir energia eléctrica, desde a Entidade financiadora até às autarquias, que de uma forma geral executam, revelou-se francamente positiva.

Foi no sector da energia onde, várias vezes, se conseguiu executar financeiramente 100% das verbas propostas, caso concreto de 79 onde o montante ultrapassou os 300 mil contos.

Mesmo enfrentando limitações por todos conhecidas, o Governo Regional no seu mandato, conseguiu deixar largas esperanças na generalidade dos Açorianos, nomeadamente naquilo em que procurará tornar os Açores menos dependentes do petróleo. À vista estão outros recursos de energia. A eólica e a solar, ainda em circunstâncias especiais e com mais garantia, a geotérmica e a hídrica.

Anos já são passados em que falar-se de geotermia era para muitos, utopia, desperdício dos dinheiros públicos, etc., etc.. Ainda não vai longe o tempo em que os «velhos do

Restelo», hoje certamente regenerados, diziam que só a inconsciência governamental se poderia prestar a uma visão tão medíocre sobre as perspectivas geotérmicas.

Os resultados já são conhecidos. Eis a primeira central geotérmica à vista. E o programa do Governo Regional para estes próximos quatro anos insiste neste importantíssimo sector.

Prosseguem as pesquisas na Terceira e dentro em pouco no Pico e Faial. E ao fim e ao cabo quanto se gastou para se alcançar a certeza deste recurso natural? Pouco, mesmo muito pouco.

Ainda no ano transacto, tive oportunidade de ouvir a dois técnicos estrangeiros, entendidos nesta matéria e que se deslocaram aos Açores, a convite do Governo Regional para colaborarem neste processo de pesquisa, que as despesas previstas até 1980, representavam sensivelmente 1/3 do que seria necessário apenas para o estudo geotérmico. Entretanto o Governo, mesmo correndo riscos, preferiu lançar-se e hoje a situação fala por si.

É por tudo isto que, a partir do que se infere a pág. 66 do programa em discussão, não regateamos a corroborar o Governo.

Mas não é tudo. Embora com menor projecção futura, o programa salienta ainda a intensificação de estudos sobre recursos hídricos e o desenvolvimento de projectos já em curso. Não fora o terramoto de 1 de Janeiro, que impossibilitou o acesso à Caldeira de Santo Cristo em S. Jorge e teríamos em evidência o início de outra realidade. Melhorar o aproveitamento do caudal que serve a Hidroeléctrica das Flores, concluir os estudos e o projecto que terá lugar a partir da Lagoa do Paul no Pico e rever a situação de outras hidroeléctricas em S. Miguel são outras perspectivas que o Governo vai certamente empenhar-se.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

Deputado João Lima (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pela primeira vez sou deputado nesta Assembleia. É um facto. Mas, também é um facto que aqui estou para, dentro das minhas possibilidades, pugnar pela defesa intransigente dos anseios dos que, em 5 de Outubro me confiaram o mandato. Por isso, mereço o respeito pela função a partir de agora posta sob a minha responsabilidade.

Estou e estarei aqui como oposição democrática. Não estou nem estarei aqui somente como peça, para que se diga que há oposição, e por conseguinte, que se vive em democracia.

Entendo o papel da oposição não como uma mera parte do eleitorado dos Açores. Entendo-a como uma possível alternativa constante dentro do espírito democrático da alternância do Poder.

Isto portanto para dizer, que não estou na bancada do meu Partido para me limitar a uma acção de conformação, mas para criticar o que houver para criticar, sugerir o que de lógico for de sugerir, e estar contra no que, em democracia, é lícito estar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É óbvio, que como oposição, não nos cabe a tarefa de defender o Programa do Governo.

Cabe-nos sim outra tarefa, não menos importante, que é apontar factos relevantes previstos de omissão, de falta de resolução concreta, de resposta clara às questões mais prementes.

Como não podia deixar de ser, a um programa de Governo é dada uma tónica de boas intenções. Como oposição resta-nos observar os reflexos dessas intenções, e aqui estaremos, para nas alturas próprias e usando os mecanismo que a vivência democrática nos faculta, de confirmar ou não a razão das nossas críticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além das questões ontem formuladas e que mereceram as respostas, que na óptica do Governo, são as adequadas, e pelo ambiente que hoje se está aqui a viver, começo por ficar sem saber, o que afinal resta à oposição.

Às nossas iniciais intervenções, obviamente são discutíveis por parte de quem as recebe! Sendo discutíveis não poderão ser sinal de desprezo desta Assembleia. É caso para se perguntar quem ontem começou por usar a linguagem desvirtuosa que aqui se está a querer imprimir?

Não podemos para aqui vir, só para fazer corpo ao Grupo Parlamentar, como atrás disse, aqui estamos para prestigiar o objectivo desta Assembleia, interpretando o sentir dos que nos elegeram.

Passarei de seguida a debruçar-me sobre o Programa do Governo, no que concerne ao sector do Trabalho.

As respostas ontem fornecidas pelo Sr. Secretário Regional do Trabalho, levam-me ainda a desenvolver, o que em meu entender, devia ter sido objecto de maior actividade desta Secretaria.

No que respeita ao diálogo com os parceiros sociais, espero que de facto a Secretaria Regional do Trabalho incentive esse diálogo, pois que é justo e necessário reconhecer a personalidade própria dos sindicatos, e de toda a acção que compete a estas organizações de trabalhadores. Não basta só dialogar com os sindicatos quando estão em marcha reivindicações. Exige-se a esta Secretaria a abertura desinteressada aos sindicatos, pondo-o a par do que muitas vezes têm reflexos a médio ou a longo prazo. Só uma prática isenta de influência, tem cabimento no papel desta Secretaria.

Em relação à revisão da legislação laboral, esperamos que a Secretaria Regional do Trabalho, dê atempadamente conhecimento prévio aos sindicatos das suas intenções nesta matéria.

Quando ontem perguntava, se o Governo Regional, através da sua Secretaria do Trabalho, se ia limitar só à participação nos estudos e reuniões, no âmbito da OIT, circunscrevi-me ao que consta do Programa do Governo. Faço votos para que se cumpra o que disse o Sr. Secretário Regional de que em futuras participações, sejam as organizações de trabalhadores já incluídas, para que sejam também o garante do cumprimento dos resultados dessas reuniões, para além das normas sociais e laborais que estão contidas na Constituição.

Sobre o processo de negociações em curso, relativo ao novo estatuto dos trabalhadores civis da Base das Lajes, é com a interpretação dos justos anseios desses trabalhadores que se pretende a actuação do representante da Secretaria

Regional do Trabalho.

Por isso, é urgente que esses trabalhadores tenham conhecimento em que parte estão as negociações, como forma de se salvaguardar sem hesitações os direitos e segurança dos seus postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como deputado desta Assembleia, embora na bancada da oposição, permitam-me o direito de me considerar representante do povo, pois que é a este que prestarei contas do meu mandato. Não quero ter o exclusivo de verdadeiro representante do povo, tão somente pretendo ser considerado como um, em muitos representantes. Que se respeite a maioria, mas que esta também o faça em relação à minoria parlamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS lança mais um debutante na fogueira parlamentar. É o preço da renovação de um Partido. Será pago, no presente, em falhas, em limitações, em insuficiências nas suas intervenções e no seu trabalho neste parlamento. Mas há-de ser colhido, como fruto, no futuro, através dele — talvez, através de outros, de certeza.

E é um debutante que, debutantemente, pode declarar aos veteranos deste e de outros parlamentos, que é do povo pelo nascimento e que no povo se manteve pelo casamento. Por ser do povo na raiz — que não escolheu — e no povo se manteve pelo casamento — que escolheu — optou por manter-se politicamente na via «do socialismo democrático e humanista», que continua a ser tão válido agora — em 1980 — como projecto do futuro e da história, quanto o era em 1976, em que o programa de governo do então PPD explicitamente perfilhava.

E se aqui estou a insistir no meu «cartão de visita» é, não só na sequência dos temas explorados nesta manhã parlamentar, mas porque, já ontem, na resposta a uma das minhas questões o Sr. Secretário da Educação e Cultura — estranhamente para mim como debutante que sou — teve a amabilidade de me apresentar a esta Assembleia. Pelo menos numa das minhas facetas: a profissional.

É claro que se tratava apenas de abrir caminho como grão — a um jogo. Ao jogo de apresentar um alvo, uma cabeça para a guilhotina, para que o líder do executivo açoriano, tivesse oportunidade de aplicar o golpe de misericórdia. Mas a estratégia não resultou. Quem resistiu às malhas da sedução ofertada pelo poder, não terá receio das ameaças desse mesmo poder. Pelo que fica dito, compreende-se que, a entrada de ontem — de leão a classificou o Sr. Presidente do Governo Regional — foi consciente e escolhida. E que a saúde — que tão paternalmente «preocupou» o Sr. Presidente — também o será. Ambas escolhidas, nenhuma imposta. Ambas pessoais, nenhuma de qualquer chefe.

Depois disto vou retomar alguns temas deixados em aberto pelas respostas do Governo, a algumas das minhas perguntas:

- Cultura como adaptação e resposta biunívoca do homem ao meio;
- Comunicação Social — Insinuação;
- Representação da soberania nacional: cada qual sabe

os fantasmas com que vive e o atormentam.

O programa do Governo Regional não tem sub-título. Mas podia tê-lo. Vários. Proponho dois: «Um programa para a eternidade», «O paraíso já» ou «Como conquistar o paraíso em 4 anos». Um paraíso ao alcance da nossa mão, à nossa medida, açorianamente talhado, um paraíso ofertado, generosamente, dadivosamente por um Partido — o PPD/PSD; por um Governo: O Governo Regional dos Açores — o II. Que se distingue do primeiro, apenas por isso mesmo — por ser o segundo. Irmão gémeo, mas segundo do anterior. Daquele que em 1976 prometeu «mesmo o domínio completo dos dossiers» (pág. 2 do Programa do Governo Regional — o 2.º) e «cujas propostas (as do primeiro) foram executadas» (pág. 2 do Programa do Governo Regional — o segundo). Que prometeu — que prometeu — reconhecemo-lo em 1976. Que cumpriu — sabemos-lo em 80. E que prometeu, o primeiro que agora é segundo? Recordemo-lo: «adoptar a social-democracia como via para um socialismo humanista»; «tornar realidade a democracia política, económica, social e cultural»; «a democracia social e cultural entendida como eliminação da distinção de classes»; «a planificação democrática onde o impulso motor virá das bases dos trabalhadores e do povo em geral».

Nos planos sectoriais, destacamos do Programa do Governo Regional — o primeiro:

- «Imposto único e progressivo sobre o rendimento atribuindo tratamento mais favorável aos rendimentos do trabalho»;
- «Criação de sociedades de desenvolvimento regional»;
- «Lançar um programa de construção de alojamentos sociais»;
- «Melhorar as condições de crédito para compra de habitações próprias»;
- «Acções anti-latifundiárias»;
- «Aplicação de uma tributação adequada e progressiva que desencoraje a grande propriedade e o insuficiente aproveitamento social da terra»;
- «... um preço de garantia no início das campanhas, e promover a instituição de seguros de colheita»;
- «Assistência veterinária devidamente eficaz»;
- «Intervir directamente nos circuitos comerciais, controlando uma parte significativa do mercado»;
- «Análise e testagem de produtos»;
- «Normas sobre a rotulagem informativa»;
- «Incentivar a formação de associações para a defesa do consumidor»;
- «Abrir o capital das empresas públicas à participação do público com prioridade aos trabalhadores da própria empresa»;
- «Fabrico de bebidas (whisky, vodka, etc.) aproveitando a alta qualidade do álcool de produção regional»;
- «Facilitação do processo de obtenção de passaportes»;
- «Apoio na Região aos emigrantes e suas famílias».

Confrontemos com o programa do Governo Regional — o segundo e confirmamos pela comparação, como as promessas do segundo, se manterão eternamente promessas co-

mo as do primeiro.

- «A elaboração de legislação fiscal de âmbito regional que vise a eliminação de injustiças sociais» (página 21).
- Estímulos à criação de uma sociedade de desenvolvimento regional (página 24);
- Minimizar a acção intervencionista no abastecimento de produtos como canal retalhista;
- Assegurar uma eficiente acção fiscalizadora a nível de preços e qualidade com vista à defesa do consumidor;
- Melhorar o sistema de bonificação de crédito à habitação própria;
- Promoção da fixação de preços de garantia dos produtos que interesse fomentar, assegurando o respectivo escoamento e implementação do seguro de colheita;
- Cenário de uma freguesia social democrata dentro de 4 anos: Escola e Casa do Povo — pólos de dinamização e coordenação cultural;
- Parque infantil e creche para a primeira e segunda infância;
- Centro de actividade de tempos livres para idosos vivendo no meio familiar;
- Equipamento residencial não especializado e não integrado;
- Centro de dia e Centro de convívio e ocupação para multideficientes e ainda um edifício polivalente.

Tudo isto, feito pelo Estado, mas não estatizadamente.

Tudo isto, sem bulir minimamente com a paz social, a estabilidade e os interesses estabelecidos.

Tudo isto, oscilando entre o liberalismo e o estatismo.

Tudo isto, harmonizando os interesses do indivíduo e da família.

Tudo isto, equilibrando o poder do Estado e das autarquias.

Tudo isto, fazendo despesas sem se preocupar excessivamente com as receitas.

Tudo isto, não impedindo a emigração real, estrutural e permanente, mas confiando na imigração conjuntural e transitória.

Tudo isto, com salário mínimo actualizado e poder de compra defendido.

Tudo isto, com passagens da escola à vida activa, iniciada já no sistema escolar.

Tudo isto, com um sistema de segurança social e de saúde eficaz, mas com a liberdade pessoal e a iniciativa individual.

Terá sido, por acaso, a complexidade deste conjunto de casamentos conflituosos, que terá provocado ontem, tantas perguntas ao Governo por parte da sua própria bancada parlamentar?

É claro que, possivelmente, estaria apenas em questão, uma determinada estratégia parlamentar para este debate. A tentativa de transpôr para dentro do Partido — o PPD/ PSD — uma fachada de oposição para dar um modelo à oposição real. Seja como for, como debutante parlamentar, tenho de limitar-me a formular a pergunta. Possivelmente. Possivelmente terei de esperar pelo sofá uni ou pluricelular para me

sentir capaz de dar a resposta.

Para a oposição socialista o conflito de todos estes casamentos é insaciável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários Regionais:

Considerações sobre a situação Agro-Pecuária na Região e algumas sugestões para o seu futuro.

A agricultura e a pecuária são e continuarão a ser, pelo menos, por mais algum tempo, os sectores dominantes na economia açoriana e, como é do conhecimento geral, aqueles onde encontramos a maior parte da nossa população activa.

Também é sabido e reconhecido que, potencialmente, os Açores são possuidores de condições comparáveis às melhores do Mundo para a criação de gado e de diversas culturas agrícolas de grande interesse económico.

Sendo assim, lógico seria que caminhássemos a par dos países mais evoluídos neste sector. Todos sabemos que assim não acontece, por razões várias que não vamos enumerar.

Gostaríamos apenas, de focar um aspecto que nos salta à vista. Trata-se do elevado número de lavradores que ocupam a reduzida superfície agrícola útil dos Açores, isto quer dizer que a dimensão de cada exploração agrícola é forçosamente diminuta, factor agravado, na maioria dos casos, pela grande divisão e dispersão de cada parcela de terreno denominada localmente por «cerrados».

Esta situação, a par de muitas outras, obriga a que o aproveitamento dos tractores e do equipamento agrícola não seja o mais racional, os custos de transportes sejam substancialmente aumentados, a energia dispendida pelo lavrador seja maior, o planeamento da exploração se torne ainda mais difícil, condicionalismos que, associados a outros, elevam naturalmente os custos de produção deixando o lavrador em difíceis condições de competição dos seus produtos com o resto do Mundo.

Em face do exposto torna-se urgente o redimensionamento da exploração agrícola e uma política de associativismo como forma de defesa do lavrador.

A formação de cooperativas, a agricultura de grupo e a realização de tarefas em comum poderão solucionar muitos problemas e introduzir uma dinâmica nova à lavoura açoriana.

Acreditamos que todos estejam sensibilizados para estas necessidades prementes, o problema apenas se põe em saber qual a melhor estratégia a seguir.

Sobre este ponto gostaríamos de salientar apenas duas ou três considerações.

Em primeiro lugar *não devemos esquecer que o associativismo passa forçosamente pelo campo social. É necessário conhecer as características dum lavrador açoriano. Ele só aceitará a associação se sentir confiança nas pessoas que se propuserem levar por diante tão grande empreendimento, e este «sentir confiança» traduz-se no reconhecimento pelo valor dos governantes, pelo valor dos técnicos, pela honestidade das pessoas que com eles trabalhem e tendo a certeza*

que as mudanças a levar a cabo são para proveito de todos.

Devemos ter em conta a idade do nosso lavrador. Todos sabem que uma grande parte da população agrícola ultrapassou já o meio século de existência e que os lavradores com a idade compreendida entre os 25 e os 50 anos, encontram-se numa percentagem inferior à desejada. Este factor é tanto mais importante quanto sabemos que em muitos casos a inovação é aceite com muitas reservas e nalguns até poderá ser rejeitada em virtude de, neste campo, experiências já efectuadas terem redundado em completos fracassos. *Aqui gostaríamos de chamar a atenção para o papel a desempenhar pelos jovens neste processo.*

Acreditamos, ser o caminho mais seguro e aquele que nos oferece garantias de maior sucesso no futuro o recurso ao ensino, nas Escolas Preparatórias e Secundárias, de disciplinas ligadas à agricultura e pecuária, dadas duma forma efectiva e, fora delas, a criação de clubes para jovens voluntários onde lhes fosse proporcionado um contacto mais ao vivo com a Natureza e o gosto pelas actividades agro-pecuárias.

Outra iniciativa a tomar será alertar o lavrador para a necessidade de trocas de terrenos por forma a constituir a exploração agrícola numa parcela única. Estamos convictos que com boas equipas de trabalho e incentivos por intermédio, por exemplo de juros bonificados à aquisição de terrenos agrícolas vizinhos a cada exploração, se conseguirão resultados muito positivos.

Os obstáculos a transpôr são muitos e variados, contudo torna-se necessário tomar medidas de imediato se desejamos que os resultados apareçam.

Não seria com certeza com expropriações ou medidas legislativas violentas que um propósito desta natureza chegaria ao fim; antes pelo contrário, contribuiriam para o descrédito e a recusa do lavrador. Acreditamos que as condições estão criadas para que o desenvolvimento agro-pecuário vá por diante.

Achamos justo que o lavrador açoriano seja acarinhado. Ele bem o merece.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Nesta segunda parte da minha intervenção, venho marcar posição crítica, perante as políticas, sectoriais, incertas no documento em apreciação neste plenário, documento este muito mais válido pelo contexto de boas intenções e propósitos e pelo seu conteúdo literário que pela prova demonstrada e constatação marcante-concreta, objectiva e promissora de um rol de actuações quantificadas que pautará a acção governamental por mais quatro anos.

As políticas sectoriais definem quase sempre a prática das acções governativas e não fora a já referida actuação bombeirista própria da insipiência governativa que fez com que as metas a atingir se perdessem a maior das vezes nas escolhas de pequeninas etapas, outra melhor situação estaríamos a viver.

Mas mais lenta ou celeramente as metas são para atingir

nos próximos quatro anos e é essa, a de atento observador do comportamento do governo e portanto daquilo que aqui for prometido e aprovado, que justificará a minha actuação nesta Câmara.

A terceira parte do programa do governo sob o título de políticas sectoriais tem fundamentalmente propósitos e catalogação de intenções que propriamente de matéria governativa, objectiva e concreta que permita a um deputado eleito por um círculo, como é o de Santa Maria por exemplo, avaliar a justiça distributiva e a acção harmonizadora que deverá em todas as ocasiões presidir às acções deste governo.

Governar a Região com um Programa destes pode ser uma faca de dois gumes pois pode acentuar as assimetrias, já monstruosas, existentes entre as ilhas grandes e as sete ilhas pequenas, se pelo desenvolvimento das potencialidades máximas e naturais de cada uma não se promover o seu engrandecimento.

A ideia de que o Arquipélago será um dia um todo harmónico e complementar entre si deve presidir qualquer Programa do Governo.

Bem sabemos que a ilha de S. Miguel tem capacidades que a de Santa Maria, ou do Corvo ou da Graciosa não tem.

Bem sabemos que uma zona como Ponta Delgada tem um quadro de exigências bem distintas que a freguesia do Salão aqui no Faial.

Não são todos do mesmo tamanho mas fazem parte do mesmo corpo, das mesmas alegrias e das mesmas dores.

Pois a política sectorial tem que estar orientada para a chamada justiça social colectiva com objectivos bem lançados para a promoção de um progresso que atinja a todos e não só a alguns.

Só assim será possível viver e conviver na Região em Autonomia e em Democracia ou seja em Liberdade, participação e civilidade.

Passemos à sua análise crítica.

a) Nas medidas Fiscais:

Dizer que o Governo Regional promoverá o uso das atribuições legislativas e executivas conferidas à Região para dar corpo a um sistema Regional, mais adequado, mais realista, mais eficiente, mais equitativo e menos burocratizado para uma adequação à realidade Económico-Social dos Açores não é suficiente para passar de mera intenção isto é não parece ter a dinâmica necessária à pressa açoriana pelo menos em termos imediatos como me pareceu perceber quando se afirma que «enquanto se preparam as profundas reformas estruturais possíveis, promoverá, designadamente:

- a) A elaboração de legislação fiscal de âmbito regional que vise a eliminação de injustiças sociais. . .
- b) A adaptação do sistema fiscal dos objectivos da política de desenvolvimento Económico Regional. . .
- c) A criação de zonas francas. . .
- d) A simplificação gradual dos processos. . . de cobrança das contribuições e impostos. . .».

Julgo portanto que seria necessário implementar sem mais demoras todo este processo de revisões e adequação de medidas fiscais nomeadamente pela desburocratização do sistema, pela adopção se possível do imposto único (darei a palavra aos Técnicos do sector), pela incentivação das tão

prometidas e nada constatadas zonas francas.

E neste ponto situo a Ilha de Santa Maria que aguarda, talvez como o regresso de um D. Sebastião, aquilo que o primeiro Governo Regional, prometeu quando da sua reacção, aliás demonstrada de que o Povo é vivo, na infeliz atitude de definir sem a necessária demonstratividade a política aérea dos Açores.

Naquele contexto porém e apesar da pouca definição sobre a matéria aceito o proposto no Programa.

b) Nas medidas Orçamentais:

Regozija-me o propósito de haver como objectivo prioritário um controlo efectivo do crescimento das despesas públicas.

A mobilização dos recursos orçamentais necessários ao aumento da taxa de expansão da actividade económica e a proporcionar aos açorianos a melhoria qualitativa das suas condições de vida.

É que o problema não é gastar o erário público. É antes aplicá-lo a bem da sociedade onde vivemos, a bem da produção ou da produtividade, a bem do desfazimento das assimetrias sociais e neste caso relevo mais uma vez as bastardas ilhas pequenas.

O propósito deste II Governo em aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e técnicos disponíveis e em racionalizar os serviços da administração regional é urgente e tem que ser imediato, sob pena de estar em perigo a Autonomia. . . E já há quem diga que eram mais eficientes as antigas Juntas Gerais, etc., etc..

Faço votos para que o processo de racionalização da Administração comece imediatamente.

Faço votos também que todo o aparelho produtivo seja o objecto da preocupação deste programa em mobilizar os recursos orçamentais necessários a aumentar a taxa de expansão da actividade económica. . .

É que só esta e fundamentalmente no seio da iniciativa privada, se poderá atingir o nível de riqueza regional que poderá permitir uma sã, equitativa e actuante justiça social que ainda não foi na realidade posta em plena prática.

c) Nas medidas Monetárias, Financeiras e Cambiais:

Neste ponto, queria manifestar a minha concordância com a intenção expressa do Governo Regional em autorizar a abertura de agências bancárias no Arquipélago e ainda dar início ao processo de descentralização das agências bancárias, por forma a que estas disponham de maiores poderes.

Perante estas afirmações tão válidas e tão louváveis atrevo-me só a incentivar o Governo a proceder sem demora para propiciar com a descentralização proposta uma actividade crescente das populações periféricas não só permitindo-lhes sair do gheto económico em que normalmente vivem como proporcionar-lhes uma participação mais volumosa no produto interno bruto regional e na gestão, no seu âmbito de acção, duma justiça social efectiva.

É preciso promover o crédito aos níveis de todas as formas de desenvolvimento onde o homem seja o centro do processo económico.

E os homens capazes não vivem só nas cidades. O meio rural é um alfobre deles.

É que o papel da banca na gestão do crédito ao serviço do progresso além de ser uma descoberta dos nossos dias é a

mola real do binómio homem-capital.

Quanto ao financiamento de empresas públicas e outras, outro aspecto focado na política sectorial das finanças apraz-me registar o que lá foi dito ou seja o Governo promoverá a compatibilização das necessidades de financiamento das empresas públicas com as necessidades de crédito do sector privado por forma a que este possa retomar as sua função motora do desenvolvimento.

E quanto à iniciativa privada, cabe desde já levantar o problema constatado aqui no Faial qual seja o de «Quem paga os descontos que o Hotel Fayal faz aos Deputados que lá se alojam»? Em que situação de competitividade ficam as outras instituições hoteleiras faialenses?

d) Na Actividade Seguradora:

Que aliás voltaremos em breve para uma análise profunda, gostaríamos de levantar dois aspectos que me parecem esquecidos no Programa do Governo:

O seguro à produção do sector primário? Ou o seguro da produção?

E o seguro ao trabalhador rural?

Naturalmente o estatuto da actividade seguradora não aborda esta matéria mas o Governo Regional tem que reflectir profunda e imediatamente sobre o assunto e decidir sem demoras, senão a actividade primária será cada vez mais a irmã pobre da produção.

e) Na Reforma Administrativa:

Eis um ponto extremamente quente deste programa de governo. Entender por reforma administrativa a transferência do sistema das instaladas Juntas Gerais do Ante-Estatuto Provisório para uma autêntica Administração Regional segundo as palavras do documento é tarefa esperada e já quase conseguida.

Desejo manifestar o meu apreço de cidadão e de funcionário público pela maneira quase imperceptível, porque correcta e discreta, como o fenómeno foi decorrendo.

Também passar da Administração Central para a Administração Regional certos órgãos de vital importância para a Região quase ninguém deu pelo facto o que revela mais uma vez que houve habilidade.

O mesmo já não direi quanto ao sistema actual que está instalado na Região.

Excesso de Secretarias Regionais e dispersão de Secretarias Regionais?

Quem sofre?

E é nisto que quereríamos ver a resposta.

Gostaria de adiantar porém a esperança ou a expectativa que o entendimento de Reforma Administrativa passe pelo reajustamento do aparelho político administrativo regional às realidades dinâmicas açorianas, pelo reajustamento do sistema Autárquico instalado em cada ilha conforme a dinâmica de cada ilha.

Uma reforma administrativa de fundo na sequência de uma Autonomia Política Administrativa já quase foi conseguida, tem que ser cada vez mais vivenciada na prática é o que se deseja ver implantada na Região nestes próximos quatro anos. Se agora não tiverem força para as grandes reformas administrativas quando o terão?

Ainda na Administração Autárquica nomeadamente pela entrada em vigor da lei das finanças locais aprovo a in-

tenção de salvaguardar a especificidade regional expressa no programa.

As acções de reorganização administrativa nos serviços municipais e municipalizados da Região para uma racionalização da sua estrutura e funcionamento e uma mais correcta gestão dos recursos humanos e materiais é tarefa ingente sob pena de vermos definhar as mais equilibradas autarquias municipais.

É neste contexto que gostaria de ver o Governo Regional concretizar acções agora programadas com aparente timidez mas passíveis de uma implementação efectiva porque a receptividade política regional lhe é favorável e transformar os quatro anos de administração responsável perante esta Câmara numa acção realmente profunda em termos de conquista da Autonomia Regional debitando do papel para a realidade o que já foi conquistado pelo povo açoriano.

f) Na Educação e Cultura:

Tão delicado sector da governação pelo qual se alicerça a grandeza do futuro de um povo bem perspectivada quando se diz no programa do governo. . . Imprimir à escola cunho pragmático para a vida, assegurando as melhores relações com o mundo do trabalho: . . . Consciencializar os açorianos quanto à sua individualidade e necessidade de cimentar a unidade que alicerça equilibradamente a Região nas suas parcelas. . . e ainda despertar os açorianos, através do conhecimento das reais potencialidades da Região, um compromisso pessoal para o desenvolvimento da sua terra penso que há ainda uma distância muito grande a percorrer para atingir a almejada meta.

Considero a unidade açoriana ameaçada pelo descuido governativo em relação às ilhas pequenas.

É que não basta pôr no Corvo milhares e milhares de contos, não basta reunir em Santa Maria o Conselho do Governo Açoriano, não basta fazer visitas aos povoados, não basta promover lugares a freguesias nem vilas a cidades.

É necessário dar ao povo instrução para que os seus homens se tornem mais cidadãos, mais conscientes e livres no acto de votar e escolher.

Vejo que o Programa do Governo enuncia as medidas necessárias para que as populações periféricas, marginalizadas, recônditas, tenham nos próximos quatro anos melhor acesso à cultura, à formação profissional, ao desporto, acesso à actualização profissional? Não o suficiente. Vamos ver o que o Orçamento Regional nos reservará sobre a matéria.

É preciso fazer participar o professor e o educador na dinâmica do ensino.

Há que dotar o professor com condições de exercer a sua profissão entusiasticamente: boa remuneração, material didático moderno, compromisso profissional e promoção de classe por melhoria académica.

Também a parte artística popular deve ser intensificada.

Quase não existem filarmónicas já, quase não existem manifestações folclóricas, quase não existe teatro a qualquer nível, quase não existe, afinal, cultura cultivada açoriana. Há que salvar a cultura açoriana. Arrancá-la do marasmo.

Sei que partir do nada foi difícil mas desejo ver imprimir ao processo a dinâmica suficiente para arrancar a nossa

gente das trevas da ignorância.

Há que começar a levar à escola, uma escola nova onde a civilização impera, e nela vamos provavelmente entrar, cultural, económica e socialmente, dentro de poucos anos, com uma visão do mundo que só está a entrar na mentalidade açoriana pelos «mass media» sem qualquer preocupação pedagógica.

Creio que muitos governantes carecem de ambição ou de imaginação quando fazem os programas. Deveriam fazer retiros nos lugares mais periféricos da Região.

Talvez assim o almejado «mundo melhor» chegasse a todos e não aos privilegiados da cidade.

g) No Trabalho:

Talvez porque a Região não despertou para a era industrial e ainda não surgiu um Robert Owen, nem um João XXIII não há problemas.

Resta-nos a justiça salarial.

Resta-nos o salário mínimo.

Só tenho a dizer que a intenção expressa no programa do Governo em matéria de emprego, formação profissional, reciclagem, formação profissional continuada, formação profissional para promoção das mobilizações horizontal e vertical do trabalhador — entenda-se toda a pessoa humana que trabalha — dizia, a intenção expressa no programa satisfaz em palavras e intenções a qualquer pessoa exigente como eu.

Há que começar a preparar a Região para a formação profissional dos excedentes humanos do sector primário que se mobilizarão para o secundário e para o terciário.

h) Nos Assuntos Sociais:

Só gostaria de dizer para além do que li e reflecti no programa do governo com o qual na generalidade concordei, o que me acontecerá:

Se um dia eu for velho ou

Se um dia sofrer de handicap físico

Se um dia eu for viúva ou viúvo em terceira idade

Se um dia eu for jornalista ou camponês

Se um dia eu for como dezenas de milhares de pessoas que vivem miseravelmente nesta Região?

Com o que vejo programado no sector dos Assuntos Sociais nesta matéria não continuarei a ser um cidadão açoriano, marginalizado no mundo actual?

Meus senhores há que fazer verdadeiras reformas sociais.

j) Na Agricultura e Pescas:

Para além do que está escrito que ultrapassa uma enumeração de intenções para ser figuração de projectos gostaria de acrescentar que a cultura de batata de consumo deveria ser substituída pela de batata de semente e se assim não for não se compreende que outra razão não haja para quem subscreveu este programa sectorial senão ignorância do que é a Região, pois a batata ou o seu comércio internacional na perspectiva comunitária não é favorável à de consumo. Por outro lado esqueceu-se a necessidade urgente da revisão da lei do arrendamento rural, o seguro agrícola, o seguro do trabalhador, o crédito selectivo à produção como promotor do ordenamento agrário e finalmente a reestruturação fundiária com base na doutrina social das encíclicas papais do nosso século.

Quanto à pesca faço votos que se arranque definitiva-

mente com os projectos que forem necessários, com as escolas de pesca, com uma infinidade de acções porque qualquer dia nesta incipiência não é possível dizermos que somos quase 1 milhão de Km² de Zona Económica Exclusiva.

À iniciativa privada caberá pescar, ganhar muito, transformar muito.

Ao Governo Regional caberá dar o arranque.

j) No Comércio e Indústria:

Considerando o sector mais delicado de qualquer governação, nomeadamente o comércio e os abastecimentos, os circuitos comerciais e os preços, há que rever profundamente toda a política governamental de intervenção sobretudo.

Há que rever o processo intervencionista à luz das perspectivas da integração Europeia, onde a livre circulação, a livre concorrência, a livre atitude empresarial fazem a pedra filosofal do Tratado de Roma.

Há que acabar porém a imensidade de projectos em curso ou arranque das infraestruturas de frio e armazenagem e outras programadas oportunamente planeados sem as quais é impossível conseguir o regular abastecimento das populações sobretudo das periféricas.

Há que promover urgentemente todas as medidas de melhoria de qualidade de produtos açorianos sem a qual não haverá mercado possível.

Há que definir sem demora os parques industriais de cada ilha, ou sejam os mini-parques industriais e dar sequência ao que isto representa. Eis a necessidade urgente do ordenamento do território.

Há que rever toda a política de energia em termos realistas.

Final todas estas medidas estão mais ou menos previstas no programa do Governo e mais no campo das possíveis realizações que das eventuais intenções.

Faço votos da sua urgente concretização.

l) Nos Transportes e Turismo:

Sem dúvida que é este o sector mais sensível na perspectiva da grande unificação do povo açoriano. Esperamos que das boas comunicações resultam melhores relações de todo o tipo de interesses: afectivos, sociais, culturais e económicos.

Uma análise do programa do Governo nesta matéria não mereceria quase contestação. . . Só a necessária para que o nosso voto seja mais consciente. . .

Mas os meios de comunicação são tão maus nesta Região. Todos. Que desgraça.

Anotaria porém algumas questões que me parecem omissas ou pouco claras neste programa do Governo.

Vejamos. Quando se diz: «Diligências pela reformulação global da frota da CTM que opera inter-ilhas e entre estas e o Continente». . . «Apoiar o transporte marítimo inter-ilhas, na sequência das acções já iniciadas». . . «Promover a criação de uma alternativa autónoma para as ligações inter-ilhas e destas com o exterior», nada fica apontado no sentido da intenção do Governo sobre:

- A não aceitação do monopólio da CTM, ou
- A constituição de um Sociedade de investimento regional ou extensiva a outras fontes de capital em matéria de transportes marítimos: ou ainda uma posição sobre:

— A existência dos prestigiosos barcos de cabotagem que sobrevivem afinal a intempéries marítimas e económicas e que meritoriamente são as grandes pontes entre ilhas?

Considero também urgente o estudo da reestruturação da transportadora aérea regional.

Considero necessário também o estudo da revisão das tarifas entre ilhas e entre estas e o exterior.

Quanto ao turismo regozijo-me — chegou o momento? — no que respeita a Santa Maria: Fomentar com especial atenção o desenvolvimento turístico de Santa Maria, o que, para além da criação de riqueza para os seus habitantes e para a Região, se traduzirá numa das formas possíveis de utilização da infra-estrutura aeroportuária ali existente, valorizando as inegáveis potencialidades Marienses nesta matéria.

Faço votos que este governo volte a governar, em Santa Maria com a cara virada para os Marienses, na perspectiva duma justiça açoriana que nos pareceu desde logo garantida pela aprovação do Estatuto de Autonomia.

m) No Equipamento Social:

Nada há neste contexto a questionar.

Há dinheiro, há projectos, há a serenidade pós-eleitoral, até há gente competente no sector.

Não vejo porém devidamente aprofundados todos os aspectos que respeitam ao aproveitamento de todas as potencialidades naturais da Região.

Lembro-me da obra da rega da Ribeira Grande e da de S. Sebastião.

Porém voltaremos um dia ao assunto.

Quanto à habitação parece bastante esquecida a crise que se vive em muitas vilas e cidades açorianas e no meio rural onde o pouco que há para vender ou alugar atinge preços violentamente especulativos.

Não há nenhum salário mínimo que pague uma renda de casa na cidade de Ponta Delgada. Quem não tem dinheiro ou vencimento familiar superior a trinta mil escudos como poderá habitar uma casa de três ou quatro divisões?

Faço votos que o assunto encontre solução nestes quatro anos de governação.

Guardei para o fim o assunto que me é mais grato e que não estranhei não vir desenvolvido no programa do governo, o da integração europeia.

Trabalho e tenho-me deslocado à custa do erário público, em e a várias instâncias para que a Região tenha neste técnico um dos seus elementos preparados para a integração.

Bem ou mal, dando ou não a melhor conta do recado que me tem sido entregue, sou e aqui mais do que em qualquer parte um homem com pleno sentido dessa responsabilidade pelo que em tudo o que estiver no meu conhecimento transmitirei aos meus pares quando quiserem.

Continuarei dentro do tempo que a Assembleia permitir a dedicar-me profundamente ao assunto.

Mas comecei por dizer que a integração europeia não tinha sido suficientemente desenvolvida neste programa o que não estranhava pela complexidade do problema, pela sensibilidade do assunto. Não é que o autor do Programa não fosse capaz mas sim por não ter querido por não ter achado oportuno.

Há porém aspectos que ontem foram focados pelo Go-

verno e muitas perguntas poderiam ter sido feitas para suscitar dos Senhores Secretários da Agricultura e Pescas e do Planeamento e Integração explicações à altura das suas responsabilidades, dos seus conhecimentos e do seu verbo fácil, mas que omitiram quase todas as virtuosidades que poderão ser estendidas à Região pela Comunidade Económica Europeia.

O próprio desenvolvimento industrial, o desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento dos circuitos comerciais.

Todo este âmbito tem resposta em fundos comunitários alguns já tão nossos conhecidos e cuja linguagem nos é já familiar quais sejam o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, o Fundo Europeu de Desenvolvimento, o Fundo Europeu Social, o Banco Europeu de Investimentos, etc., que participam activamente no desenvolvimento das Regiões Comunitárias em número actual de cento e cinquenta e seis.

E são Fundos com fundos.

É para eles que vertem os TVAs, os Prevedement e as Taxas Comunitárias.

É deles que saem todas as restituições à Exportação e à Importação, as ajudas ou subvenções à reestruturação agrícola, à profissionalização, à modernização da agricultura em suma consagrada nas célebres directivas do Conselho de Ministros de 1972.

É que não vejo interesse profundo em termos económicos puros na integração europeia se não fôr para a Região benefícios como zona de handicaps naturais de todos aqueles instrumentos da Comunidade Europeia.

Estes fenómenos têm implicações profundas com as Finanças, com os Assuntos Sociais, com o Trabalho, com a Educação ou Instrução, com os Transportes, além dos sectores fundamentais que são o Comércio e Indústria e a Agricultura e Pescas.

Faço votos que esta Assembleia Regional e o Governo que despertem para a grandiosidade do problema porque só todos sem exclusões de ninguém é que poderão decisivamente em 1983 ou em 85 entrar na Comunidade, minimizando pela sua consciente atitude e vontade num choque de mentalidade nova e de vivência alargada, que afinal é o das «luzes da cidade» mas que quando muito intensa pode levar a uma cegueira que não serve o Povo Açoriano.

Obrigado por me terem ouvido.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. Talvez pareça uma distorção da finalidade deste debate que eu, levantando-me da bancada da oposição, venha aqui felicitá-lo pela clareza e inteligência com que são referidos no programa do Governo Regional, os problemas do seu sector e suas vias de solução. E faço-o, com a consciência plena de que ser oposição democrática não é bater o pé, a propósito e a despropósito, como criança teimosa, a quem detém a maioria. Teremos tido os nossos defeitos, mas temos tido, igualmente, a coragem de o reconhecer por vezes. Tal atitude de hu-

milidade nunca foi seguida pela bancada da abundância parlamentar e, ontem e hoje, mais uma vez se provou que o Governo não aceita reconhecer que é falível. Nós não somos inconscientes, nem temos culpa de ter, por vezes, ideias felizes e acertadas que, frequentemente incomodam o PSD, que não gostou de votar connosco, por outro lado, usando da inteligência que lhe assiste, reconhece ser ilógico derrotar, pelo número, as nossas propostas. Mas derrota-as, deca cando a consciência com o equívoco de que as nossas razões são meras jogadas políticas. Paciência. Tentaremos continuar a provar que amamos tanto o povo dos Açores como aqueles que o povo dos Açores mais parece amar.

Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. Não tenha ilusões. V. Exa. não vai poder fazer milagres. A natureza não nos é hostil, mas os homens são-no. Não por serem maus, mas por não compreenderem quando depende, do bem comum o sacrifício de alguns, sacrifício que acaba, infalivelmente, por lhes fazer proveito. À pergunta que ontem lhe fiz sobre o perigo da monocultura, obtive uma resposta insatisfatória. O Sr. Secretário tentou, naturalmente, mostrar que pode existir confiança total no Governo. É salutar que, ela exista, mas nem todos a podemos ter, porque erros do passado não garantem certezas nas boas intenções do presente. É preciso, é urgente, não é demasiado tarde, mas já não é cedo, começar a pôr disciplina na monocultura. Ela é, em si mesma, um desequilíbrio ecológico, com reflexos graves na flora, na fauna, na economia e, até, no próprio clima. V. Exa. sabe-o e vai estudar as soluções. Se eu pudesse — para poder bastava que o soubesse — seria um seu aliado nesta luta. E estaria cumprindo, assim, a mais importante missão da oposição.

Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. V. Exa. tem a seu cargo o sector primário da economia. Resolvido este, ficaria em paz a Secretaria de Comércio e Indústria, certamente. Equilibrar-se-ia a das Finanças. Sossegaria a da Administração Pública. Diminuiriam os problemas dos Assuntos Sociais. Desapareceriam, sem dúvida, os conflitos do Trabalho. E até a Educação, o Equipamento Social e os Transportes e Turismo teriam os termos de pensar em equilibrar a economia açoriana, porque não podemos esperar indefinidamente que nos sejam cobertos certamente todos os défices sem caminhos aplanados. É por esta importância da sua Secretaria que lhe dedico a maior parte da minha intervenção, e não porque faço na pessoa de V. Exa., qualquer distinção preferencial em detrimento da veteranaria dos seus iguais na governação do Arquipélago. O facto de V. Exa. ser «debutante» (isso, sem ironia, o galicismo com que ontem se tentou desacreditar dois deputados do PS) faz-lhe não ter experiência de Governo, é certo, mas isenta-o de defeitos adquiridos. Espero que os não adquira nunca. Essa é a minha esperança. Esse é o meu voto. Esta é, a seu respeito, a minha confiança.

Quanto ao mais, Srs. Presidente e Secretários do Governo Regional, vamos esquecer, por momentos, a carga de simpatia pessoal que nos pode estar afecta. Vamos esquecer, mesmo, as virtudes que tendes tido. De louvá-las, nunca perdemos oportunidade os Deputados que vos apoiam nem disso se coibem pensar que, pelos seus cargos, melhor fora mostrarem-se de maior isenção, como ainda recentemente se

provou em cerimónias oficiais.

O Programa em análise é ambíguo. Ambíguo porque cheio de muitas e boas intenções, para as quais não vislumbram vias de solução em apenas quatro anos de Governo Regional. É a nossa sina de Região indefinida, em busca de identidade própria, por ironia até simbolizada sistematicamente no erro de, neste programa, se escrever açoriano com «e», invariavelmente, esquecendo que o radical da palavra é «açor». Enfim um erro menos, de linguagem e não de governação, mas que convém corrigir.

Ontem, foi desfeita, mais ou menos a minha preocupação a respeito do ensino dos deficientes audio-visuais. Obrigado, Sr. Secretário da Educação, em nome deles e de nós todos. Mas a Cultura? Vai continuar a deixar-se que os Anteros, Teófilos e Nemésios só possam florescer lá fora? A «Gai-vota», de boa intenção não basta. Tem-lhe faltado critério razoável — afirmação que aceito discutível — mas o que não existe são incentivos capazes. Por que não pensa V. Exa., Sr. Secretário da Educação e Cultura, na criação de um centro de leitura permanente para autores açorianos que se responsabilize pela selecção, com finalidade de as publicar, das obras, principalmente, de novos autores? Não basta viver de um passado que se afirma ser de heróis, artistas, santos e sábios, lugar comum da valorização antigamente atribuída ao povo português e, ultimamente, com poucas variantes, transcrita para esta parcela dele que nós somos. E quanto aos artistas plásticos, confesso que, parco como sou no assunto, não tenho ideias concretas, mas custa-me ver que se os não contempla, devidamente, no Programa.

A respeito do Turismo, vivemos de ilusões. Alguém, com responsabilidade na matéria, afirmou que se tivesse 600 000 camas nos Açores, as encheria todas. Foi de certo uma força de expressão, mas será bom lembrar que, um dos maiores centros turísticos do Mundo, que é Maiorca, tem cerca de 180 milhares de camas. E nós, actualmente com poucas mais centenas do que todos esses milhares, não as enchemos ainda.

O arranque do Turismo terá de pertencer ao Governo. Poucas iniciativas privadas se arriscarão aos prejuízos iniciais do processo. É preciso compreender que, perdendo estudos dentro da Região — portanto, a favor deles mesmos — se ganharão marcos, dólares ou francos. É essa política de atracção de divisas estrangeiras que importa ter em conta, sobretudo.

Na Comunicação Social, só uma questão: os respectivos directores dos órgãos regionalizados ou regionalizáveis, serão nomeados de acordo com o desejo dos trabalhadores ou por simples conveniência do Governo Regional?

Enfim, e para concluir, pergunto que entende o Governo por estruturas mínimas, aludidas no seu programa? (Aliás, somos parte de um País de mínimos. Aos Jogos Olímpicos vamos com os mínimos e somos poucos. E há até o caso de um halterofilista açoriano que, por não conseguir levantar o peso correspondente à sua categoria, em vez de se treinar para fazer melhor entrou em dieta para, emagrecendo, baixar à categoria inferior. Vai o Governo proceder de igual modo?).

Sr. Presidente e Srs. Secretários do Executivo Regio-

nal: Só me resta desejar-vos um bom Governo. Não nos interessa, de modo algum, que a campanha eleitoral do nosso ou de outro Partido seja feita pelos vossos erros de que todos seríamos a vítima. Se algum dia assumirmos o poder político nos Açores preferimos fazê-lo pela afirmação do nosso valor e não pelo desencanto de uma desastrosa administração da coisa pública.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia Regional, antes de passar à minha intervenção propriamente dita, é meu desejo expressar um cumprimento muito especial a todos os Deputados aqui presentes, e fazer um voto, de que na unidade, no bom senso, na serenidade, enfim, na coerência, se norteie a nossa conduta tendo em consideração a atenção e o respeito que nos merece a população açoriana.

Srs. Deputados: é função dos Deputados nesta Assembleia Regional, a defesa dos interesses do povo que democrática e livremente os elegeu para serem os seus representantes, ou antes, os mensageiros das suas dificuldades e ansiedades. É dentro deste prisma, e num curto espaço de tempo, que me vou debruçar sobre o problema que julgo ser premente e actual. Ao fazê-lo, não pretendo, e é preciso que isso fique bem claro, pressionar o Governo Regional, aliás, o departamento responsável pela Organização da Fiscalização Económica e Qualidade Alimentar, a uma aceleração demasiada ao processo, que tendo em conta a rapidez da sua actuação poderia predominar resultados negativos, que apenas serviriam para deliciar aqueles, que nada mais fazem do que criticar acções e mereciam isso sim, o encorajamento e não a crítica destrutiva, nesta caminhada difícil, mas segura, rumo ao progresso.

A passagem para a Região das competências que até então pertenciam à Direcção Geral de Fiscalização Económica vão permitir agora ao Departamento Regional efectivo, conhecedor que é das nossas realidades, organizar e pôr em prática, uma política de fiscalização, melhor direi, uma política de formação, informação e fiscalização abrangendo todo o Arquipélago, não esquecendo a importância que deve merecer a formação dos agentes, a criação dos seus quadros, uma remuneração compatível com o seu trabalho, a possibilidade de promoção na sua carreira profissional, de modo a incutir nos agentes um estímulo ao trabalho difícil e incompreendido como agente fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pretendo fazer a apologia do agente fiscal, pretendo isso sim, alertar a consciência de todos, para a missão que compete ao fiscal, como defensor do público consumidor, que é ao fim e ao cabo o povo açoriano. Mas se é imprescindível organizar a título definitivo os Serviços de Fiscalização Económica, e posso afirmar que já se trabalha afincadamente nesse campo, não menos é, a Divisão de Qualidade Alimentar, que algo de positivo vem fazendo a nível Açores, no comportamento da

fiscalização do leite, resultados existem que já se fazem sentir na melhoria do produto e conseqüentemente nos seus principais derivados.

Refiro-me muito especialmente ao caso concreto da Ilha de S. Jorge, onde a melhoria de qualidade do seu queijo é significativa, como o comprovam e atestam os directores, os fabricantes e os associados das Cooperativas locais, e sê-lo-á ainda mais com as medidas que o Governo Regional já está pondo em execução, medidas essas aguardadas numa perspectiva realista fruto de um trabalho que de há longo tempo se vem realizando, para o qual contribuíram muito positivamente técnicos do Polo Universitário da Terra Chã. E abria aqui um parêntesis para chamar a atenção de certo Partido político, para o facto de não serem os seus elementos os pioneiros como pública e em alta voz proclamaram de projectos sobre os quais há muito se debruça e trabalha o Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo Regional, tenho a certeza, vai continuar com a tarefa de dinamizar e aperfeiçoar técnica e humanamente a Divisão de Qualidade Alimentar, fá-lo como objectivo fundamental e em atenção à perspectiva da entrada de Portugal na C.E.E..

É preciso que não nos iludamos, o nosso passaporte para a Comunidade Económica Europeia é a qualidade dos produtos, há possibilidade de concretizar mas a qualidade só se consegue a longo prazo, atendendo à circunstância de que existe um conjunto de factores de produção que necessitam de uma profunda transformação e dinamização, rumo ao seu aperfeiçoamento.

A realidade diz-nos que devemos actuar de imediato com firmeza e objectividade no campo da Qualidade Alimentar, a fim de mais tarde podermos competir com garantias a nível Nacional e Internacional e assim receber o prémio do nosso esforço que repercutirá progresso e bem estar social para os Açorianos.

Há que incluir nesse projecto a criação de um sector ou área adequada a formar e informar o público consumidor dando-lhe a conhecer noções básicas elementares que o habilitem à escolha de produtos com qualidades próprias para a sua alimentação, não se caindo no erro de por vezes as populações utilizarem na sua alimentação produtos em degradação que prejudicam gravemente a sua saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Será para mim e julgo que para a maioria dos Deputados aqui presentes, motivo de satisfação a apresentação no seu devido tempo, a esta Assembleia Regional de um projecto de Decreto-Regional visando a estruturação e competências definidas dos Serviços de Fiscalização Económica e Qualidade Alimentar na Região de modo a que se atinja rapidamente a concretização das ideias aqui expostas, aliás expressas pelo Governo Regional no seu programa de Governo em debate nesta Assembleia.

Tenho dito.

Presidente: Em continuação dos nossos trabalhos vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Bettencourt.

Deputado Carlos Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais: Uma das preocupações dominantes do actual Governo Regional, vê-se do Programa por ele

apresentado a esta Assembleia, é a defesa da *Família*.

Evidencia-se ali que a *Família* representa a «*célula básica da sociedade*».

Compreende-se bem que assim seja.

De facto, a *Família* constitui sem dúvida alguma um elemento fundamental e dos mais importantes de qualquer sociedade.

Nunca será de mais, portanto, tudo o que se faça a bem da promoção e defesa dela, como o actual Governo Regional se propõe.

A *Família*, como se sabe, constitui-se através do casamento que por muitos é considerado o acto mais importante e mais sério da vida.

Mas a primeira preocupação que desde logo naturalmente surge a quem pretende constituir *Família* é a da sua instalação física na sociedade em que se insere.

Diz o povo, na sua singela sabedoria, que «*quem casa quer casa*».

E assim é na verdade.

Ninguém poderá pensar em casar sem ter, evidentemente, uma casa onde se abrigue e aqueles que porventura venham a nascer ou tenham nascido do respectivo enlace matrimonial.

Daí o problema da *habitação* e a preocupação a tal respeito de quem tem responsabilidades na governação regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São notórias as carências existentes no sector habitacional e pode dizer-se, sem receio de desmentido, que elas se apresentam com carácter generalizado. É mesmo um mal que, desde há muito, afecta grandemente o parque habitacional da Região, principalmente nas localidades de maior aglomeração populacional, como nas cidades, vilas e até em algumas freguesias de maior dimensão geográfica.

O actual Governo Regional, através do seu Programa, vêmo-lo a páginas 72, propõe-se remediar de algum modo o mal que afecta o sector mediante a adopção de várias medidas.

Mas o que ali se preconiza, que inegavelmente é muito, não representa, a meu ver, o bastante para, a médio prazo, atenuar o mal em toda a sua extensão.

Refiro-me como é óbvio, não ao caso especial existente em cada uma das ilhas afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro do corrente ano, mas sim aos outros. Aos casos normais.

Sabe-se que o ritmo de construção de casas de moradia é bastante elevado, principalmente em S. Miguel, que é a ilha que de momento conheço melhor. Mas as que ali se têm vindo a construir destinam-se a moradias dos próprios donos. São pessoas que para o efeito recorrem na sua maioria, a empréstimos com juros bonificados na Caixa Geral de Depósitos, e que depois, por se tratar normalmente de casais em que os respectivos cônjuges, empregados e com bons ordenados, lá vão melhor ou pior, pagando as respectivas amortizações, mais ou menos elevadas consoante o montante dos empréstimos obtidos.

Simplemente, outras pessoas há que não possuem condições económico-financeiras, por mais modestas, que lhes permitam fazer face aos encargos de um empréstimo e poderem, portanto, adquirir a sua própria moradia, como seria

desejável. São as que se situam no *extracto* social que se localiza entre aquela a que pertencem as pessoas que recorrem aos bairros sociais e o outro em que se integram as que atrás me referi. São as que, em suma, eu chamaria de *classe média*, por estarem inseridas num nível intermédio. E são precisamente estas que, não podendo construir nem adquirir casa própria, são impelidas a recorrer ao arrendamento.

Ora, essas pessoas constituem, infelizmente, a grande maioria.

E vejo até entre elas os *ovens*. Sim, os *ovens* de toda a nossa Região. Os que desejam contrair matrimónio e constituir assim a sua família mas que muitas vezes o não chegam a fazer ou têm que aguardar melhor oportunidade para fazerem porque não encontram casa que possam tomar de arrendamento para estabelecer o seu lar.

É o primeiro grande problema que se lhes depara para a realização dos seus naturais anseios.

Mas como resolvê-lo se não há casas para arrendar? E se porventura uma ou outra aparece é de renda de montante elevado e especulativo que não é evidentemente qualificar bolsa que lhe poderá chegar, e, muito menos, a das pessoas a que venho referindo-me.

E o problema torna-se mais angustiante quanto é certo que a procura de casas para arrendar é cada vez maior e a oferta cada vez menor.

Como resolver então tão agudo problema?

A meu ver, e salvo melhor opinião, só a iniciativa privada poderia ajudar a dar-lhe solução.

Haveria, pois, que recorrer a ela.

Mas para isso necessário seria estimulá-la. E fazer com que os respectivos construtores encontrassem na lei as adequadas condições que lhes permitissem fazer os respectivos investimentos em termos razoavelmente rentáveis, mas nunca especulativos, como é óbvio.

Ora, actualmente não existem, como se sabe, essas condições.

As rendas dos prédios urbanos para habitação encontram-se há muito congeladas e a legislação sobre arrendamentos desses prédios que existe está, praticamente, inadeguada.

Quem se atreverá, pois, a investir na construção de prédios urbanos para arrendamento em tais condições? Evidentemente que ninguém, como aliás, a prática tem claramente demonstrado. Mas se o fazem é em muito pequena escala e para exigirem como agora exigem, por razões óbvias, rendas altamente especulativas que muito poucos a elas podem chegar.

Haverá que encarar o problema de frente e com a indispensável determinação de algo fazer a tal respeito. Não, manifestamente, nos termos ou moldes em que às vezes se tem legislado, com variações extremas consoante a filosofia que em relação ao sector dominava o pensamento do legislador. Com efeito, ora se legislava tendo em vista quase unicamente os interesses dos senhorios, ora se ia até ao outro extremo, só vendo e beneficiando exclusivamente os interesses dos arrendatários e, de qualquer modo, com manifesto prejuízo para a outra parte. Isso não.

Haveria que harmonizar convenientemente os dois cam-

pos de interesses em causa e encontrar, afinal, um meio termo e segui-lo, acautelando devidamente, para bem do mercado do arrendamento, os justos interesses que em jogo se encontram.

E isto porque ainda sou daqueles que entendem, modestamente o digo, que *é no meio que está a virtude*.

Mas quem terá a *coragem* de tomar tal iniciativa?

Apenas me limito a formular a pergunta, pois a resposta a mim não cabe, é evidente.

Anoto, porém, que o artigo 27º, alínea z) do nosso Estatuto considera matéria de *interesse específico* para a Região a *Habitação*.

E o actual Governo Regional, ao descrever as medidas a tomar em relação à Habitação, preconiza, como se vê a folhas 74 do seu Programa, a *«sistematização da legislação aplicável à habitação e sua revisão, adaptando-a às características da Região»*.

Como se trata de um simples Programa, mais não adiantou o Governo Regional a tal respeito, reservando certamente os pormenores para o respectivo Plano. Compreendo.

Nessa altura, voltarei então ao assunto; se tal me for possível.

Disse.

Presidente: Em continuação do debate dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Como é do conhecimento público o II Governo Regional tem à sua frente, na melhor das hipóteses, quatro anos para governar, findos os quais termina o seu mandato.

É, pois, no âmbito deste horizonte temporal que o seu Programa deve ser encarado.

Nestas circunstâncias seria de esperar que o Governo apresentasse um Programa objectivo, um Programa directo, dirigido por medidas concretas à resolução de problemas concretos devidamente identificados.

Para um Governo de quatro anos, o Programa não prima, de facto, pelo realismo na concretização e identificação explícita das suas medidas de política, tanto mais que repetidamente se confunde a parte com o todo e a causa com o efeito.

Não se vislumbra como pensa o Governo dar cumprimento às promessas do bem-estar para todos, contidas no Programa, a não ser que possua poderes milagrosos para concretizar nestes próximos quatro anos os projectos de intenção contidos no Programa e que humanamente não são possíveis de realização integral possivelmente em menos de vinte anos.

O Governo tem um mandato para quatro anos e é na base desse espaço de tempo que deveria estabelecer o contexto da legislatura, fazendo as opções, apontando os critérios, os meios e as prioridades para as satisfações humanamente possíveis nesse período temporal. Ir mais além, prometendo o que não é possível realizar durante os quatro anos, que correspondem ao mandato deste Governo, é como o assumir o compromisso de um contrato do qual não se possui garantia de cumprimento.

Na realidade o Governo apresenta um Programa irrealista nos objectivos, indefinido e ambíguo quanto à efectivação dos mesmos.

No Programa do Governo não se explica nem de perto nem de longe como é que este Governo tenciona efectivar as intenções nele contidas. É um Programa de promessas mal assumidas e de dúvidas quanto aos meios. A confirmá-lo refira-se as dúvidas suscitadas nos pedidos de esclarecimento que surgiram em catadupa da parte dos Deputados do mesmo Partido a que pertencem os membros do Governo Regional. Dúvidas concretas, para um Programa abstracto.

Refira-se a propósito no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, por exemplo, diz-se — no Programa — que o Governo «procurará uniformizar, tanto quanto possível os benefícios das diversas modalidades do sistema de protecção», mas nada adianta relativamente à metodologia a utilizar para a concretização deste objectivo.

Procurará, o Governo, segundo o seu Programa, «fomentar a prestação de serviços nas áreas mais periféricas, através de incentivos vários», mas não dá o mínimo indicativo relativamente ao género dos incentivos — quais e como — com que pretende resolver o problema.

«No que respeita à consulta externa procurar-se-á» afirma o Governo Regional «melhorar as condições de atendimento e tempos de espera, bem como disciplinar os circuitos dos doentes provenientes dos níveis periféricos». É uma boa intenção sem dúvida — aliás como quase todo o Programa — mas, quando muito não passa disso. É conhecido o sistema altamente deficiente, pelo menos em termos de celeridade, no atendimento de doentes que se verifica no caso concreto da consulta externa. Além da intenção, o Governo nada diz relativamente às medidas a introduzir com vista à melhoria, mais que não seja por redução do tempo que normalmente se tem que aguardar para se conseguir ser atendido através da consulta externa, 2, 3 meses por vezes.

No sector da Segurança Social por exemplo, o Programa do Governo, uma vez mais é vago e pouco preciso. Fica-se pelas declarações de princípios da universalidade, da integralidade, da solidariedade, da unidade, da uniformidade. Princípios com os quais o PS está de acordo, obviamente, mas deseja ver no Programa do Governo abolido o abstracto e consagrado o palpável. E isto porque não se refere claramente no Programa — no sector da Segurança Social — se o Governo entende, ou não, se deve ser combatida a pulverização de regimes de Previdência, através da sua progressiva unificação.

Seria muito positivo, na perspectiva do Partido Socialista, que o Programa do Governo referisse, o que não o faz, a necessidade, e assumisse o compromisso, de pôr em execução uma acção preventiva da doença, extensiva a toda a população, através de uma operação de rádio-rastreamento — o que aliás não sucede na Região há muitos anos.

No âmbito da Secretaria Regional do Equipamento Social e no sector da Habitação, também não faltam os projectos de intenção, mas volta a colocar-se a mesma questão: Programa para quatro anos de Governo, ou manifestação de um desejo a longo, ou quando muito, a médio prazo?

Neste sector, também o Governo não manifesta clara-

mente, qual a sua opção de fundo, decididamente empenhado e determinado no apoio prioritário à Habitação Social, não só através de esquemas de apoio à auto-construção, mas também acção directa do sector público.

Uma coisa é a Habitação Social, que se consubstancia a uma habitação condigna que dignifique, de facto, a pessoa humana e a família.

Outra coisa, é a construção — por iniciativa do sector público — como acontecia no antigamente dos chamados «Bairros Económicos», ou seja habitações pobres, em qualidade e dimensão destinadas a quem nasceu pobre e pobre tem que continuar, para manter a riqueza e o bem-estar de uns quantos.

E por falar nisso, não posso deixar de referir — aliás o Sr. Secretário Regional estava ontem preocupado com este caso — o terramoto de 1 de Janeiro e que quase passado um ano de sofrimento para muitas famílias, mas também, é certo, de trabalho — o Governo apresenta um quadro, em muitos aspectos distorcido. Refere as casas que já foram reconstruídas mas omite o outro lado da moldura, ou seja, as dívidas que essas famílias contraíram, através dos empréstimos, que para alguns irão ser pesos até ao fim das suas vidas. E os que nem aos empréstimos podem recorrer? E os que ainda esperam pelos empréstimos? E a especulação que se verifica em vários domínios, nomeadamente nos preços de terrenos? Que fez já o Governo Regional para combater essa especulação? E as famílias que ainda vivem em barracas de madeira? E porquê as barracas de madeira para as famílias rurais, os que vivem no campo, e módulos pré-fabricados para os que vivem na cidade? Módulos comprados com dinheiros públicos e da solidariedade humana, e que os sinistrados — as famílias que os ocupam — têm de pagar ainda. Módulos pré-fabricados, que têm ficado todos na ilha Terceira e nem um ao menos para a ilha de S. Jorge onde também há sinistrados. Pelo menos até Setembro passado era esse o caso e não sei, neste momento, se ainda continua a ser.

E as famílias mais pobres que poderiam ter beneficiado de um milhão de contos a ser concedido a fundo perdido e, que não foi aproveitado, pela Região, somente porque foi proposto na Assembleia da República por Deputados Socialistas?

Uma última referência, do muito que se poderia falar; não se chame Habitação Social ao bairro que está a ser construído em S. João de Deus, na Ilha Terceira, mas sim «Bairro Económico» para — famílias — que tem por a pobreza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sr. Presidente e membros do Governo Regional: Tenho procurado sempre pautar a minha actuação política pelo respeito das regras de objectividade indispensáveis ao diálogo democrático e por isso, apesar de tudo, não posso terminar esta intervenção, que não pretendo constituir uma análise geral do conteúdo sectorial constante do Programa do Governo, sem abordar uma questão que deveras me dasagrado e sobre a qual não posso, por imperativo de consciência, calar. Lamento que ontem tenham sido feitas referências que considero impróprias da vivência democrática, do respeito pela dignidade pessoal e da ética política, proferidas por membros do Governo Re-

gional a Deputados desta Assembleia. Independentemente de terem sido atingidos pelo sarcasmo, desprezo, espírito paternalista e mesmo ameaça, Deputados da bancada Socialista, foi a Assembleia Regional, na realidade, que foi atingida. É certo que há Deputados que o são, pela primeira vez, nesta Assembleia Regional. E há-os em todos os partidos que aqui têm assento. Nessa situação não podem ser consideradas diferenciações, e nada mais existe do que a condição que representam, em plena igualdade, de legítimos representantes do povo que os mandatou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais: Em democracia, é tão importante o Governo como a oposição. Mas é necessário que este princípio seja assumido com convicção e nunca como afirmação encobridora de projectos opostos à essência da liberdade e do respeito pelo pluralismo de opinião. Porque seria grave com a liberdade — condição fundamental do respeito da dignidade humana — se se criar a dinâmica de que quem for contra o Governo, é contra Deus, contra a Região e contra a família.

Poderá este Governo e o seu Programa merecer a confiança do Partido Socialista? É evidente que não e ninguém, com certeza esperaria outra resposta senão esta. É porque não a merece? É fácil de explicar. Este Governo não merece a confiança da oposição Socialista porque é um Governo de direita com um Programa de fantasia.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para um protesto.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Talvez na sequência dele peça também alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Eu quero protestar por comprovar da intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, e aliás, das intervenções de outros Srs. Deputados do Partido Socialista que algum dos membros desta Câmara não aceitam bem aquilo que faz parte da prática parlamentar em todo o mundo, que é o recurso à ironia, ao gracejo, nunca ao sarcasmo. Protesto também pelo facto de o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt considerar sarcasmo da minha parte ter ontem dirigido ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que pelos vistos também se magoou muito com isto, como sendo debutante. Tratou-se, devo aqui esclarecer e quero frizá-lo bem, de um gracejo que não tinha qualquer intenção de ofender, nem julgo que de acordo com o sentido próprio desta palavra e com o tom que tradicionalmente existe nos debates parlamentares aqui mesmo nesta Câmara pudesse deduzir-se das minhas palavras qualquer atitude de menor consideração pelo Sr. Deputado que visci nesta minha observação; de forma nenhuma tinha por objectivo ridicularizar, era apenas um elemento do debate, um factor de reforço daquilo que dizia. Aliás, nem de outra maneira podia ser, porque o Partido Social Democrata orgulha-se de apresentar na sua numerosa bancada mais Deputados debutantes do que toda a bancada do Partido Socialista, incluindo também os debutantes. São, na realidade, pelas contas que há pouco fiz, 15 os Deputados Sociais Democratas que aqui entram pela primeira vez, e isto é um motivo de satisfação, que, aliás, também é partilhada nesse ponto — não podia deixar de ser — pelo Partido

Socialista já que metade do seu Grupo Parlamentar é formado tal qual como o Grupo Parlamentar do PSD por novos Deputados. Portanto, Sr. Presidente, eu protesto de facto por ver que o Partido Socialista chega a esta Câmara com o seu sentido de humor tão demolido. Acho que não há razão para tanto, mais ainda quando é certo que algumas observações do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt feitas na sua intervenção, são manifestamente humorísticas. De certo, e para estar a pedir um esclarecimento, o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt não ignora que faça estas perguntas, que algumas fragilidades, incoerências, incorrecções que pretendeu atribuir ao Programa do Governo suportado pelo Partido Social Democrata correspondem quase «ipsis verbis» a passagens do programa do Partido Socialista que por curiosa coincidência estava aqui ao lado e estive a ler enquanto ele falava nos domínios por ele mencionados. Dirá o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que estou a ilustrar-me durante este debate, e concerteza que é assim, mas estou certo que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt não ignora que assim é, e isto quererá dizer por acaso que esse tal programa, «o paraíso já», é também, a que aludiu o Sr. Deputado Dionísio de Sousa na sua intervenção de hoje, é também o programa que o Partido Socialista defende? Por fim quero deixar aqui como uma declaração, que ao Governo Regional não pesa não ter a confiança do Partido Socialista já que tem a confiança expressa do Povo Açoriano.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Equipamento Social tem a palavra para uma intervenção.

Secretário Regional do Equipamento Social: Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, finalmente interveio no seu estilo habitual a que nós já nos habituámos, mas estranhamente levanta aqui uma questão de boa fé de quem ao longo dos últimos quatro anos teve a responsabilidade de alguns dos projectos efectivos que se propõe continuar e que estão consagrados neste Programa do Governo. Quando começa por dizer que o Programa do Governo é um programa de boas intenções eu estava à espera efectivamente que o Sr. Deputado viesse a concordar que no sector da habitação, que em particular foi abordado por ele, que esperava que o Governo viesse a cumprir as boas intenções do seu programa. Ao contrário, vem dizer pæemptoriamente que não acredita que tenhamos a intenção de o realizar. Sinto pena de ouvir do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt esta afirmação quando é sabido que efectivamente a habitação tem sido uma preocupação dominante deste Governo e o problema que levanta relativamente à habitação social, devo dizer-lhe que após o 25 de Abril conseguimos finalmente construir habitação social em condições. A habitação que se vinha fazendo no antigamente e que nós já temos vindo ultimamente a modificar é bem a prova que quando pensamos no agregado familiar não distinguimos se eles são pobres, remediados ou ricos. Damos as condições mínimas e as médias considerando que a família tem direito a habitação condigna. Por outro lado, é pena que os Deputados do Partido Socialista não apareçam efectivamente para verem a habitação social que temos construído.

Temos vindo a cumprir aquilo que temos prometido

até neste campo que hoje é posto em causa. A habitação social que temos vindo a entregar a várias famílias é bem a prova da consideração que temos pelo Povo Açoriano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para uma segunda intervenção.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Foram levantadas questões e portanto eu teria que utilizar até como economia regimental até ao final do tempo desta sessão a fórmula do contra-protesto embora. . .

Presidente: . . . não é necessário porque o Sr. Deputado pode usar aquelas fórmulas expeditas de pedido de esclarecimento, dar explicações, pode usar o protesto e pode fazer uma segunda intervenção.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): . . . só que eu não faria já a segunda intervenção portanto usaria da palavra nos outros moldes regimentais embora não esteja nas minhas intenções o clima do protesto e contraprotesto que aliás não esteve também no tom de voz do Sr. Presidente do Governo Regional. Só para referir que determinadas referências que eu fiz no decurso da minha intervenção nomeadamente ao facto daquilo que eu interpretei, agora estou esclarecido que não era essa a intenção de uma certa ofensa, teria talvez tido uma outra interpretação da minha parte se por exemplo em relação a Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que também desta vez vieram de novo e que também fizeram perguntas ao Governo Regional tivesse realmente também tido o humorismo de referir a sua situação de debutante, mas enfim. . .

Em relação ao Programa do Governo o que eu digo sinceramente é que não é, e é esta a minha convicção, um programa limitado no tempo para 4 anos.

Obviamente que o programa do Partido Socialista foi também como foi o programa na mesma altura apresentado pelo PSD, um programa eleitoral que apontava as medidas necessárias mas que caso viessem a ser Governo, o que realmente não aconteceu, ainda estaremos para analisar isso, de qualquer forma teria uma melhor sistematização.

De qualquer forma, Sr. Presidente, mesmo assim penso que o programa do Partido Socialista está mais bem elaborado. Possivelmente o Sr. Presidente não o leu todo, talvez, não sei, mas define por exemplo aspectos concretos das grandes opções e em termos de política sectorial faz a sua apresentação consoante essas ordens de prioridades, e é muito mais explícito em muitos dos aspectos nomeadamente no caso da Segurança Social em que, se no programa do Governo Regional não se pode dizer que realmente não se prevê, mas também não se pode fazer uma afirmação de que se prevê, por exemplo o combate à pulverização do sistema da previdência, e no nosso caso é dito claramente e portanto não deixaria dúvidas a ninguém. Portanto, a pergunta e a interrogação e a dificuldade que eu encontro é em saber diferenciar no programa do Governo Regional, que é para 4 anos, o que é que seria possível realizar na vigência deste Governo. Os Senhores poderão estar no Governo daqui a 4 anos, mas isso nessa altura é que se verá, e portanto é legítimo esta dúvida como é legítimo também que quando se apresentam objectivos se pretenda saber quais os meios, quais os veículos para a sua transformação. Se, por exemplo, eu fizesse a proposta ao Governo Regional no sentido de o trans-

portar, — e isto é brincadeira — até à Lua, concerteza que o Governo Regional me ia perguntar: que tipo de transporte é que eu tinha para lhe proporcionar esse passeio. De forma que é um aspecto que me parece importante.

Em relação ao sector da habitação, eu tive o cuidado de não pôr em causa as intenções, mas também não fiz as afirmações segundo me parece que o Sr. Secretário Regional parece ter entendido. O que eu dizia era o seguinte, e repito até porque está escrito. «No âmbito da Secretaria Regional do Equipamento Social também não faltam os projectos de intenção mas volta a colocar-se a mesma questão», e depois dizia «programa para 4 anos de Governo ou manifestação dum desejo que é legítimo ao longo ou quando muito a médio prazo»? Parece-me que era uma questão de dúvida legítima perante um programa deste género. Quanto ao sector da habitação social obviamente que aí poderá haver pontos de vista divergentes e que são legítimos. Eu não posso considerar, Sr. Secretário Regional, por exemplo aquele conjunto habitacional que se está a construir por exemplo em São João de Deus, por habitação social. Na minha perspectiva é uma habitação de tipo de bairros económicos pequenos, de pouca qualidade, para pessoas que ficaram sem a sua casa no momento que todos nós sabemos que é o terramoto de 1 de Janeiro. Se ela é transitória, pois tem a duração de 25 anos, e então daqui a 25 anos vai ter que resolver-se o problema das pessoas que o sentem agora na carne. Concerteza que é o adiamento em 25 anos para depois tudo isso ser mais oneroso na sua construção. Parece-me que talvez fosse preferível avançar-se na construção já, uma vez que a situação até o proporciona, da construção dum habitação social que é uma habitação como disse condigna para gente digna.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social: Eu tenho imensa pena que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt na sua forma tradicional de intervenção. . . (espaço sem gravação) . . . de modo que não há dúvida nenhuma que aquilo que se referiu relativamente à não intenção do Governo de realizar o programa proposto, foi naturalmente um aparte e que não está escrito na sua intervenção, mas deve estar naturalmente registado no gravador para depois ser publicado no Jornal desta Câmara. Por outro lado, eu devo esclarecer o Sr. Deputado e julgo que toda a gente nesta Região. . . (espaço sem gravação). . . do Gabinete de Apoio e Reconstrução em Angra do Heroísmo é uma intervenção muito especial em que respondia à urgência imediata do alojamento, o mais rápido possível de famílias que estavam em condições que todos nós conhecemos, e de modo nenhum são habitações definitivas. Como sabe, paralelamente à instalação dos fogos metálicos e do Bairro São João de Deus foi posto a concurso um bairro com maior dimensão e já com características definitivas. Outros, como seja o da Terra Chã também foi posto a concurso e a iniciar-se muito brevemente, já com características definitivas e com condições de habitabilidade dentro dos regulamentos que nós temos em vigor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel de Sá para um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários: Já vai sendo lugar comum demonstrarmos a nossa simpatia pessoal pelas pessoas, contra quem por vezes queremos estar contra. É facto que neste caso o Sr. Secretário do Equipamento Social me merece muita simpatia quer como pessoa, quer pelo cargo que ocupa e que o tem desempenhado com algumas falhas, mas razoavelmente. Isto faz-me lembrar uma anedota. Já agora na introdução do meu pedido de esclarecimento, duma moça que queria sair com o noivo, e ela pergunta à mãe: mas a mãe não confia em mim? Confio minha filha é claro. E então não confia nele? Confio também. Então qual é o problema? Não confio é quando vocês estão juntos!

Será talvez o caso, quer dizer, nós talvez possamos duvidar é quando estão juntos muito tempo.

A minha pergunta é a seguinte:

O Governo Regional tem de facto mostrado uma certa aparência de construção de habitação social, e um dos casos célebres e de que se mostrou muito ufano é o complexo habitacional de Rabo de Peixe. Não há dúvida, foram muitas casas, é portanto uma obra de importância. Além disso existe uma na Ribeira Seca, Concelho da Ribeira Grande, e considera que as necessidades de habitação na Ribeira Grande estão satisfeitas por isso, ao ponto de um chefe de família que tem 13 filhos que é da Lomba de São Pedro actualmente promovida a freguesia que dista cerca de 25 km de Rabo de Peixe ter sido aconselhado a ir morar para Rabo de Peixe em vez de lhe fazer uma casa na sua freguesia. Ora não seria talvez de contemplar as maiores necessidades da cada uma das freguesias, de cada um dos nossos concelhos em vez de fazer uma família de 15 pessoas deslocar-se 25 km do lugar onde nasceu e onde viveu?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social para responder.

Secretário Regional do Equipamento Social: O meu caríssimo amigo Daniel de Sá disse-me que efectivamente para além da amizade que nos une, reconhece-me falhas razoáveis. Será isso?

(Vozes da bancada do PS)

O orador: Então fico descansado. Efectivamente acontece o seguinte: Eu nunca disse a ninguém e nunca direi que o conjunto habitacional de Rabo de Peixe é para resolver os problemas na totalidade desta freguesia. Nunca disse, e todos nós reconhecemos que efectivamente não pode ser, e ainda bem que assim é porque todos nós conhecemos a importância económica que tem Rabo de Peixe. Cada vez mais há uma fixação efectiva, contariando a emigração, fenómeno que se vai continuando a desenvolver por essas ilhas fora. Em Rabo de Peixe, felizmente, temos um pólo de desenvolvimento que tem vindo por parte do Governo a criar novas fórmulas de apoio efectivo àquela freguesia. O caso que me referiu que felizmente já está resolvido foi uma informação dada por um funcionário da Secretaria que na convicção e na boa intenção de poder resolver rapidamente o problema daquela família a aconselhou a instalar-se num bairro que estava prestes a ser concluído. É pena que dentro do âmbito dum programa de Governo com a vastidão e amplitude e a dignidade que esta Câmara merece continuemos a vir para aqui e referir casos que só por acaso é que um membro do

Governo tem conhecimento dele. Até podia acontecer, como tem acontecido em outros casos, que determinadas decisões dentro do princípio da descentralização executiva que eu tenho na minha Secretaria que poderiam vir a acontecer sem que fossem do meu conhecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel de Sá para formular mais um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo: Não me considero esclarecido e por isso volto a formular o meu pedido de esclarecimento. Não creio que estejamos a desvirtuar o sentido da discussão do programa do Governo por descer a casos concretos, tanto mais que esse caso concreto me serviu para explicitar uma situação que é concerteza exemplo de muitos outros. Eu simplesmente perguntei se o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social não entendia que seria melhor criar em cada freguesia, começar em cada freguesia por construir as casas de que necessitam algumas das famílias mais necessitadas em vez de se começar por privilegiar algumas em que talvez em comparação com as outras bastante desprotegidas, pareça haver algo de supérfluo. Este pedido de esclarecimento não desvirtua em nada nem pontualiza demasiado a discussão do programa segundo eu penso. É uma questão muito pontual e que interessa saber até que ponto chega a capacidade do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social: Eu tinha percebido perfeitamente o pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Daniel e não queria estender-me porque o tempo é curto, mas naturalmente o Sr. Deputado que vive naquela zona onde nós temos intervindo efectivamente, devo dizer-lhe que temos já reservas de terrenos em várias freguesias desta Região, alguns deles até já estão os complexos habitacionais, já estão construídos, já estão famílias instaladas, há outros em que estamos numa fase de estudos e numa fase de lançamento das próprias obras, isso é do conhecimento de quem vive perto dessas freguesias, algumas até bastante distantes dos centros populacionais mais importantes, algumas delas até freguesias que hoje têm à frente pessoas que não são do nosso partido. Temos vindo a intervir como tem sido nosso timbre desde a primeira hora, as razões necessárias ou que se torna necessário atacar de fundo, e para além disso poderia enunciar que para além desta família com 13 filhos, temos vindo a adquirir umas dezenas largas de fogos. Incluindo até no concelho do Sr. Deputado Daniel de Sá, temos vindo a adquirir vários fogos na intenção de rapidamente alojar as famílias que tem necessidade não esperando todo o tempo que todos nós conhecemos, e sabemos por experiência própria, o tempo que demora a construir casas novas. Temos vindo à procura de casas vazias e havemos de resolver pela via legislativa a forma de ocupar rapidamente as casas que estão vazias para alojar casos verdadeiramente aflitivos e que alguns deles naturalmente o Sr. Deputado Daniel de Sá tem conhecimento deles porque durante muito tempo, e as primeiras aquisições foram feitas na altura em que o Sr. Deputado Daniel de Sá fazia parte da Câmara da Ribeira Grande e a resolução desses problemas era vej culada exactamente pela

Câmara Municipal da Ribeira Grande. Não sei se esclareci totalmente a questão.

Presidente: Vamos então continuar com o debate. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Castanheira.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Sub-Secretário Regional:

Com vista a valorizar a participação política desta Assembleia na promoção do desenvolvimento económico e social, o II Governo Regional dos Açores apresenta-nos um conjunto de propostas programáticas sectoriais, condensadas ideologicamente, num documento, denominado — Programa do Governo Regional.

Dos objectivos gerais enunciados no domínio da política económica, merece especial atenção, pelas suas implicações, pela leitura política que suscita e, sobretudo, por permitir uma percepção imediata e clara dos interesses defendidos, — a vontade firme de fomentar e apoiar o investimento privado, a distribuição equitativa de rendimentos, o combate à inflação, a manutenção do pleno emprego e o control do défice da balança comercial (entre outros).

Consciente das dificuldades económicas internacionais, enumeram-se, declarações de propósitos de política económica claras, que no seu conjunto apontam para uma estratégia de desenvolvimento equilibrado e qualitativo.

O cenário sócio-económico regional encontra-se definido; o centro dinâmico da economia e os seus sectores prioritários, quer em termos de investimentos públicos quer privados, encontram-se seleccionados.

O desenvolvimento do sector secundário, orientado para a melhoria de vida e para um maior valor acrescentado bruto, a reconversão do sector primário e nomeadamente do sub-sector das pescas constituem projectos específicos de adaptação e modificação estrutural, — condição prévia de uma política de desenvolvimento já iniciada.

Essas reformas estruturais, ganham maior sentido quando inseridas na orientação básica do Governo, que se prende com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

A reconversão do sector primário de forma a desenvolver as produções potenciais, a industrialização, a diversificação do sector exportador que através de qualidade dos produtos deverá estar capacitado para compensar as flutuações da procura externa, — é uma imposição dos factos: longe de ser uma escolha ela é a única via deixada à Região não obstante ter vindo a beneficiar de exportações crescentes de produtos primários.

Porém, a aceitação desta premissa não revela necessariamente que o Governo assumirá a forma de rápido industrializador.

As formas de apoio, de fomento e de orientação, estas sim, são da responsabilidade dos órgãos de Governo e encontram-se definidas no seu programa desde os incentivos à produção, ao investimento, até à comercialização e exportação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos pois, perante um modelo de desenvolvimento próprio que o novo Estatuto Político-Administrativo assegura e que, por via deste, o processo autonómico avançou, fazendo participar os açoria-

nos na livre gestão dos seus interesses. E todos estaremos dispostos a admitir que quanto mais genuíno é o processo de desenvolvimento, tanto maior será a participação da colectividade e portanto, melhor será, a distribuição de rendimentos.

Advém, assim, que a distribuição equitativa de rendimentos constitui pois garantia dum progresso estável.

Nesta matéria, a decisão política é particularmente importante e necessária pelos problemas que envolvem: — Distribuição por sectores produtivos, por classes de rendimento, por ilhas, entre consumo e poupança, acarretam importantes consequências.

Daí que as modificações e adaptações estruturais não se nos apresentem como o crescimento exclusivo de um ou outro sector, mas sim, como o desenvolvimento equilibrado de todos os sectores em que a expansão dos rendimentos deverá assumir forma harmoniosa.

A distribuição pessoal, sectorial e por ilhas do rendimento encontra-se, por via da estratégia de desenvolvimento equilibrado e qualitativo, relacionada com o tipo de investimentos para que a Região se encontra vocacionada política e economicamente.

Se determinados sectores económicos, se encontram mais receptivos a investimentos de elevada relação capital / trabalho, ou fortemente intensivos, em outros não se passa o mesmo.

Urge pois, proceder ao balanço!

Na essência, trata-se de decidir se se pretende favorecer a geração presente e proteger a nossa economia, que obviamente tem vantagem nos investimentos que distribuem altos salários e consumos, ou a geração futura que poderá a não vir a beneficiar com o andamento daqueles.

A manutenção do nível de emprego, objectivo fixado pelo Governo no seu Programa, constitui pois, o fiel da balança e a condição suficiente, para que, dentro do binómio apresentado, a distribuição equitativa de rendimentos, seja uma realidade.

Em suma, nesta matéria, o Governo Regional dos Açores, tem a missão espinhosa, de necessariamente, individualizar o horizonte temporal, de realização económica, de todos os açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de combate à inflação e minimização da taxa de cobertura das importações, o documento revela a preocupação da nossa dependência económica.

De maneira geral, através das relações económicas, o aumento de preços na origem de matérias primas e subsidiárias, repercutem-se num ou em vários sectores, acabando mais rapidamente, por se reflectir de um modo geral, nos preços dos bens de primeira necessidade.

Decorre pois, que os ajustamentos de preços são necessários. A indexação é solução, a não ser que a atenuação dos efeitos decorrentes da subsidiação não constituísse um meio para se atingir o objectivo de preços reais, referido, igualmente no programa.

O artificialismo económico derivado dos chamados «preços políticos», terá que ser sucessivamente reduzido, sob pena, de mais tarde, quando da nossa entrada na CEE, sentirmos fortemente o choque da economia subsidiada.

Nos bens de primeira necessidade o Governo deverá actuar eficazmente, através dos mecanismos mais indicados, nomeadamente, pela fixação de preços máximos, margens de comercialização fixadas e preços declarados, assumindo particular importância a acção dos organismos de fiscalização económica e qualidade alimentar, em que o Governo, mediante a recente regionalização, quis assumir, uma maior responsabilidade perante o consumidor, no campo da acção preventiva e coerciva de preços especulativos.

No que respeita ao Comércio Externo, o documento prevê, além da atenuação do peso das importações de bens supérfluos, um esquema de incentivos à exportação, enquadrado pela respectiva regulamentação, nos existentes a nível da Comunidade Económica Europeia.

Tais propósitos, constituem, sem margem de dúvidas, meios adequados para a diminuição do défice da balança comercial e para a defesa do nível de rendimento do sector exportador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As propostas sectoriais expostas no Programa do Governo Regional, para o novo mandato de quatro anos em que o povo açoriano já manifestou a sua plena confiança e aceitação, *reafirmam, a validade de um esquema de desenvolvimento político, económico e social que a prática vai certamente permitir comprovar*: — a bem de todos nós!

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Frederico Maciel.

Deputado Frederico Maciel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Ao tomar a palavra pela primeira vez nesta legislatura, permitam-me saudar, através dos seus representantes, o Povo Açoriano, fazendo votos para que esta sala, a exemplo da anterior Legislatura, seja o local próprio para a transmissão dos anseios e aspirações da nossa gente.

Só a aposta da população açoriana na Democracia e na Autonomia permitiu que neste momento existisse um Governo apresentando um programa e uma Assembleia, democraticamente eleita, para analisar e julgar.

O programa agora em discussão não difere essencialmente daquele que o povo açoriano, nas eleições de 5 de Outubro, maioritariamente escolheu.

Com efeito o programa apresentado na campanha eleitoral pelo PSD é praticamente idêntico àquele que neste momento analisamos.

Não queremos, contudo dizer que a opção do povo açoriano tenha efeitos limitativos na discussão deste programa ou que ele não tenha algumas imperfeições. Julgamos mesmo que, através desta discussão e baseados nalgumas explicações dadas pelo Governo, ter-se-á possibilidade de aclarar alguns pontos menos explícitos e aperfeiçoar outros.

É neste contexto que pretendo tecer algumas considerações sobre o programa tendo em conta as explicitações já efectuadas pelo Executivo.

Tendo consciência que o tratamento sectorial dum documento desta natureza pode, por um lado, prejudicar a sua visão global mas, por outro, aprofundar o estudo desse tema, proponho-me analisar as propostas habitacionais contidas no programa do Governo.

Para que essa análise seja quanto possível realista, torna-se necessário partir do diagnóstico da situação, estudar as opções possíveis para a solução dos problemas e, finalmente, numa perspectiva social-democrata, analisar as respostas apresentadas no programa.

A importância da habitação e as carências que ainda existem nesta Região no sector são por mais evidentes.

Foi essa importância e as carências existentes que motivaram quer esta Assembleia, na sua I Legislatura, a legislar sobre o assunto e a cometer um estudo à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais quer o Governo a executar vários programas de apoio e construção de habitações sociais bem como de recuperação de habitações degradadas.

A situação habitacional não apresenta características constantes no espaço regional, podendo-se, contudo, distinguir três aspectos diferenciados:

- a) Carência nos meios urbanos;
- b) Excesso nos meios rurais;
- c) Ilhas atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro.

A deslocação populacional para os meios urbanos e seus arredores à procura de melhores condições de vida, a menor percentagem de emigração dessas zonas, a existência de melhores infra-estruturas e postos de trabalho mais compensadores motivam um aumento populacional nos meios urbanos o que se reflecte, naturalmente, na carência de habitações.

Ora tudo isto faz com que a procura seja bastante mais elevada que a oferta o que motiva não só um aumento substancial no preço das habitações e suas rendas como também faz surgir a especulação no preço dos terrenos próprios para habitação.

A fuga das populações dos meios rurais, através da emigração interna (no sentido campo — cidade) e da emigração externa (países estrangeiros) motiva consequentemente a existência de casas devolutas.

Ora o abandono dessas casas faz com que o parque habitacional de certas zonas rurais atinja um elevado grau de degradação.

Numa estimativa aproximada calcula-se que cerca de 40% das habitações degradadas são recuperáveis sem grandes despesas.

A tragédia ocorrida nas ilhas da Terceira, S. Jorge e Graciosa veio levantar graves problemas habitacionais.

Se bem que a reconstrução esteja a verificar-se num ritmo acelerado, há que ter em atenção o elevado número de habitações sinistradas e a falta de mão-de-obra existente nalgumas dessas ilhas.

Acontece ainda que em S. Jorge existem populações que não só perderam a sua habitação como também tiveram que abandonar as zonas onde tinham os seus haveres e encontram-se neste momento numa situação bastante gravosa.

Ora estes factos colocam, para além dos problemas já existentes, outros que naturalmente atrasam a resolução daqueles e exigem um esforço muito maior por parte do Executivo e das populações.

As soluções para o problema habitacional são múltiplas e inter-ligadas. Só a activação de medidas conjuntas que abranjam os sectores público e privado, tendo ainda em conta as infra-estruturas necessárias, poderão a médio e lon-

go prazo minimizar as carências existentes neste momento.

São essas infra-estruturas (saneamento básico, energia eléctrica e estradas) que irão permitir que a iniciativa privada avance nesse campo.

O sector cooperativo, por outro lado, poderá, caso venha a ter maior incremento, dar uma ajuda substancial na resolução do problema habitacional.

A iniciativa privada, devido a condicionalismos vários (congelamento de rendas, inflação, falta de mão-de-obra, etc.), não está aberta a construções para arrendamento.

Esta realidade indica-nos que a auto-construção poderá vir a desempenhar um papel preponderante na solução deste problema.

Neste aspecto dois importantes problemas se colocam às populações que pretendem construir a sua própria habitação:

- Taxas de juro elevadas;
- Carência de terrenos para construção ou, os existentes, cedidos a preços praticamente proibitivos para as pessoas de baixos recursos financeiros.

Desta forma só criando melhores linhas de crédito por um lado e, por outro, pondo à disposição das pessoas terrenos a preços mais convidativos, se poderá incentivar a auto-construção.

O sector público, conforme as opções ideológicas, poderá ter um papel principal ou um papel complementar na resolução dos problemas habitacionais, mas, de qualquer forma, este sector tem sempre um papel preponderante.

Todos sabemos que determinados estratos sociais, por maiores que sejam os apoios concedidos, não terão hipóteses de construção de habitação própria.

Ora desta forma o poder público terá sempre, por obrigação, que implementar programas de construção de Habitações Sociais.

A par do desenvolvimento dos sectores público e privado no campo habitacional, torna-se necessária uma atenção especial para a reconstrução nas zonas afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro.

Esse esforço adicional que é exigido ao Executivo deverá continuar nos moldes até aqui seguidos, tendo, porém, em consideração as populações que abandonaram os seus lugares e que carecem de habitação fora dos locais anteriormente por si habitados.

Para essas populações traumatizadas dever-se-á atender em primeiro lugar à sua situação específica em relação aos restantes sinistrados e procurar dar-lhes condições, quanto possível, idênticas àquelas que possuíam nas suas «Fajãs».

A existência de cerca de 6 000 habitações degradadas nos Açores exige, para efectivação duma verdadeira política habitacional, que se faça um esforço neste aspecto de forma a impedir uma constante degradação dos prédios urbanos.

Assim sendo, os incentivos a prestar com a finalidade dum aumento do parque habitacional da Região deverão estar associados a medidas de apoio à recuperação da habitação degradada.

Ora, essas medidas, sob pena da sua inutilidade, não poderão ser apenas financeiras mas fiscalizadoras e técnicas.

Pelo atrás exposto, facilmente se concluiu que o Executivo deverá ter um papel fundamental na reposição e au-

mento do parque habitacional da Região.

Esse papel deverá incidir em cinco campos diferentes:

- a) Criação de infra-estruturas;
- b) Apoio ao sector privado e cooperativo;
- c) Fomento do sector público;
- d) Reconstrução nas Ilhas sinistradas;
- e) Recuperação da habitação degradada.

As soluções propostas e a importância atribuída a cada um destes aspectos reflectirão a linha programática e, consequentemente, a sua opção ideológica.

Ora, quer as soluções propostas quer a importância de cada um dos aspectos citados têm no programa em análise a finalidade de construir nesta Região a Social-Democracia, aliás opção da maioria do povo açoriano nas eleições de 5 de Outubro.

Incumbirá a este Governo, sob pena de trair a vontade maioritariamente expressa pelo povo açoriano, a construção da Social-Democracia dentro do desenvolvimento harmónico de todas as parcelas da Região.

Estas foram as propostas apresentadas pelo PSD ao eleitorado açoriano e este confiou-nos a tarefa de as pôr em prática.

Parece-nos, pois, que o grande compromisso do Governo e da maioria que o sustenta é concretizar e desenvolver a opção tomada pelos açorianos tendo sempre em conta o eventual auxílio da oposição, através naturalmente da sua crítica e propostas alternativas.

Dever-se-á, todavia, ter em atenção que as propostas alternativas para serem aceites não poderão, eventualmente, desvirtuar a concretização da Social-Democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No sector habitacional o programa do Governo é claro quanto aos objectivos a atingir — apoiar a auto-construção e aquisição de moradia própria de forma a que o maior número possível de açorianos possam vir a possuir a «sua casa», isto é, o sector privado deverá ser o principal interveniente na reposição e aumento do parque habitacional.

Para que tal aconteça torna-se necessário apoiá-lo, criando incentivos que contrariem o «statu quo» actual.

Esses incentivos são de vária ordem, têm em conta a realidade existente e procuram intervir mais como estímulos do que propriamente como substitutos do sector privado.

É desta forma que encontramos medidas para reposição do parque habitacional e medidas para o seu aumento.

Os programas de recuperação de habitação degradada, com apoio técnico e financeiro, estão incluídos no primeiro caso a melhoria do sistema de bonificação de crédito à habitação própria bem como a criação de infra-estruturas no segundo.

Mas numa visão social-democrata a propriedade privada assenta na supremacia do interesse colectivo sobre o interesse particular.

Desta forma propõe-se o Governo contrariar os preços especulativos dos terrenos próprios para construção através de legislação adequada à realidade regional.

Ora, assim sendo, o papel principal que o Governo atribui ao sector privado na habitação não significa um «lavar de mãos» do Executivo na medida em que ele pretende ter

uma acção intervencionista através das acções supra-citadas.

Por outro lado verifica-se, mesmo com estas acções, o programa de Governo reserva ao sector público tarefas de complementariedade das acções a desenvolver pelo sector privado.

Isto quererá dizer que o Governo mostra-se consciente da impossibilidade de muitas famílias açorianas com fracos recursos financeiros poderem vir a adquirir ou construir habitação própria.

Desta forma surgem programas de habitação social quer através de promoção directa quer através de apoio técnico às autarquias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria, antes de terminar, de, por um lado, reconhecer o esforço do Governo Regional no que concerne à reconstrução das zonas afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro, além da experiência adquirida por esse motivo que, sem sombra de dúvida, influiu nas opções a tomar quanto à auto-construção e, por outro lado, congratular-me com a posição do mesmo quanto à solução do problema habitacional das populações sinistradas das fajãs jorgenses.

Pelas razões expostas o Grupo Parlamentar do PSD julga que as opções do Executivo, apresentadas no programa de Governo, quanto ao sector habitacional estão em condições de serem aprovadas por esta Assembleia.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Costa Neves.

Deputado Costa Neves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Não se pode considerar como realidades diversas uma política económica e uma política social.

Poder-se-á sim falar de uma política económica e social.

É essa a perspectiva que cremos estar presente no programa do Governo que agora analisamos. — Na acção de um governo social democrata, como o que nos apresenta o seu programa, não se poderão conceber soluções que visem o desenvolvimento económico da Região como um fim em si, dado que este só fará sentido desde que acompanhado pela melhoria das condições de vida do indivíduo, como elemento integrante duma família e duma comunidade, na medida em que eleva o equilíbrio harmónico da qualidade de vida em cada uma das nossas ilhas.

O desenvolvimento económico e o desenvolvimento social da Região não são assim metas distintas. Integram na mesma realidade que tem como objectivo primordial encontrar e pôr à disposição dos açorianos os meios que nos permitirão continuar a constatar a melhoria das suas condições de vida cada dia que passa.

Um dos departamentos a que caberá assegurar que o desenvolvimento da Região não descure o efectivo equilíbrio social é a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com responsabilidades ainda no âmbito dos sectores de saúde, segurança social e emigração. A acção integrada destes três sectores deverá abranger toda a população, possibilitando-lhe o acesso em condições igualitárias, independentemente do local de residência, às prestações próprias desta área de intervenção. Não deverão ser os meios a condicionar

os fins, mas estes^a determinarem aqueles. A organização de serviços, o pessoal que neles se integra, encontram a sua razão de ser nos objectivos a atingir.

No âmbito do sector da saúde parece-nos de distinguir, porque fundamental, a grande opção expressa. — Mais importante do que curar é evitar a doença e só com base nesta perspectiva o bloco de acções a desenvolver será coerente. — Há que evitar, não que remediar. E se esta opção hierarquiza claramente as acções a executar, sendo por assim dizer a pedra de toque do sistema a organizar, deve merecer a nossa mais clara adesão pelos efeitos positivos que terá junto da comunidade que pretende servir.

Estamos perante um objectivo realista, em função do qual é indispensável a organização racional dos meios físicos e humanos e quanto a estes a preocupação de promover e assegurar a investigação, a promoção e o aperfeiçoamento.

Mas se a prestação de cuidados de saúde primários assume primordial importância, nem por isso se poderá subestimar a prestação de cuidados diferenciados em moldes cada vez mais adequados ao respeito que nos merece cada cidadão, a par do desenvolvimento tecnológico dos meios e de sensibilização do pessoal que neste sector deverá ter um especial espírito de missão, um elevado espírito de servir os outros.

E se é preciso adequar os meios aos fins tem que estar bem presente o ponto de se trabalhar para uma comunidade distribuída por várias ilhas, onde, por consequência, o factor transportes assume especial incidência, como traço de união, forçosamente eficiente entre as várias unidades do sistema de saúde, que se querem eficazmente articuladas por que complementares entre si.

Um programa de governo realista, como este demonstra ser, não poderia também ignorar o facto de grande número de açorianos, por razões que seria exaustivo analisar aqui, procurarem a sua realização individual fora dos Açores. Falamos de emigração. Se a melhoria dos rendimentos e das condições de vida são certamente elementos decisivos para a recessão da emigração, nem por isso se poderá descuidar o apoio efectivo, através de meios cada vez mais imaginativos, áqueles que já partiram ou aos que sem entraves vierem a tomar essa opção. É por isso animador que os serviços de emigração desta Região Autónoma sejam já uma realidade rica de conteúdo, com um programa consciente para os próximos quatro anos, resultante do conhecimento claro das características sociológicas do nosso fenómeno emigratório.

Debrucemo-nos agora sobre a terceira componente de acção da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais — a Segurança Social.

É elemento determinante do conceito da segurança social expresso no programa do Governo, a sua noção universal que se traduz na aceitação do princípio de que em relação a cada indivíduo, a cada família, a toda a comunidade se deverão procurar cobrir todos os riscos sociais traduzidos em necessidades, carências ou disjunções, garantindo aos que se encontram na mesma situação, iguais prestações e a mesma facilidade de acesso a serviços ou equipamentos.

Tal desiderato pode ser alcançado por um lado através de legislação que de forma tipificada preveja as várias situa-

ções justificativas de intervenção do sector, e por outro pela intervenção social adequada a cada caso concreto, portadora forçosamente duma especificidade própria.

A realização racional dos objectivos propostos parece possível, utilizando *complementarmente* três vias:

- As prestações pecuniárias;
- A acção social;
- Os equipamentos colectivos.

Quanto às prestações pecuniárias o grande objectivo não poderá deixar de ser a grande uniformização de regimes.

Relativamente à acção social esta deverá ser o meio de intervenção que dará o toque de especificidade, o cariz de individualidade a cada situação, porque forçosamente analisada por si. Deverá ser o garante da justeza da solução ao problema detectado, assumindo um papel activo na procura de situações merecedoras da sua actuação e não esperando, de forma passiva, que sejam atingidos pontos de rotura para, então, intervir.

Se com as prestações pecuniárias e a acção social se contribuir já de forma notória para a realização dos fins de segurança social, não se poderão esquecer os equipamentos colectivos que, de forma eficiente e adequada visem o que a família deles espera, o que a comunidade deles necessita. E aqui torna-se desde logo indispensável não proceder a divisões artificiosas entre os vários extractos da população, evitar discriminações na sua implantação e responsabilizar e sensibilizar as famílias dos utentes, como instituição básica da Comunidade Açoriana, para os seus direitos, para as dificuldades e exigências do funcionamento normal do equipamento, para que estas não se demitam das suas obrigações.

E se na prossecução da acção proposta para este sector, é fundamental que a Região assuma claramente as responsabilidades que lhe cabem, quer pela realização dos objectivos definidos, quer pela lição e correcta gestão dos meios indispensáveis, há também que ter em conta o respeito que terão de merecer todas as formas de voluntariado social, expresso nomeadamente através de instituições privadas de solidariedade social que, devidamente acompanhadas, deverão merecer o indispensável apoio, através de complementarização dos seus meios próprios e assegurando a sua integração nos sistema regional de segurança social.

Um programa de Governo para os próximos quatro anos, realista como o que analisamos, deverá essencialmente definir e hierarquizar os fins a atingir, mas não podemos substituir o facto de estarmos numa Região composta por nove ilhas, logo com especiais exigências na forma de utilizar os meios, de organizar os serviços. Forçoso é aproveitar todas as possibilidades decorrentes de uma administração nova como é a da Região, integrada por elementos não enfeudados a conceitos anquilosados e que deverá utilizar racionalmente os instrumentos necessários para a realização dos objectivos determinados.

Especificamente em relação à segurança social não há estruturas leves, não há racionalidade nos circuitos, sem que lhes vejamos um computador associado. E não vos falo em algo distante, em projectos a longo prazo. Com o dinamismo que o tem caracterizado, sabemos que o executivo re-

gional estuda já a implantação, a curto prazo, de um sistema de informática adequado aos fins da segurança social.

São os frutos dum trabalho programado.

É a consciência de que não há progresso nem bem estar para a população dos Açores sem justiça social, de que não há justiça social sem segurança social.

E tudo isto está ou se deduz claramente do programa do Governo – haverá aqui falta de realismo, ambiguidade, falta de objectividade, ou será que esta afirmação da oposição resulta eventualmente da ausência da sua capacidade teórica, técnica e crítica, pelo menos neste sector, para analisar o programa apresentado?

Regoziamo-nos pela clareza dos caminhos propostos, pela adequação das soluções avançadas às características específicas das nossas ilhas, para que estas sejam cada vez mais um todo, reflectindo várias facetas, para que possamos, cada dia que passa, melhor sentir e viver nos Açores.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para um protesto.

Deputado Martins Goulart (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar Socialista não pode ficar insensível à calúnia agora proferida particularmente quando parte de uma pessoa que devia ter vergonha de assumir a bancada parlamentar, isto é, este Sr. falou e eu não sei neste momento se falou na qualidade de membro do Governo, Director Regional, se de Deputado Regional. Se o PSD defendesse um regime parlamentar que se pratica em qualquer país, naturalmente que este Sr. tinha feito uma opção de estar sentado como parlamentar ou ter vindo aqui como técnico de uma Secretaria fazer uma exposição perfeitamente defensoria dum programa de Governo sem introduzir qualquer elemento crítico. Naturalmente já apresentámos no início desta legislatura uma alteração ao Estatuto dos Deputados para que esta aberração deixe de acontecer porque continuam sentados na bancada do Grupo Parlamentar do PSD elementos que exercendo funções no executivo afrontam naturalmente a dignidade parlamentar e a independência do parlamento na medida em que são elementos da confiança política dos Secretários Regionais e portanto do Governo. Isto tem que acabar se esta Assembleia for de facto um instrumento importante e independente para a consolidação da Autonomia dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há poucos dias instalada esta Assembleia, já estamos, nesta II Legislatura, em pleno desenvolvimento das nossas actividades, que, estou certo, o será com o mesmo espírito de trabalho e dedicação que caracterizou a I Legislatura.

Na primeira vez que uso da palavra, desejaria saudar a Mesa da Assembleia e todos os colegas Parlamentares, confiante de que todos nos esforçaremos para que o Órgão Legislativo açoriano seja respeitado, porque respeitador da vontade do Povo Açoriano.

Aproveito também para saudar o Governo Regional, desejando que a sua actividade seja profícua na causa do de-

envolvimento dos Açores.

Efectivamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que se acredite nas Instituições, elas terão de ser um exemplo de vida e de actividade.

A dignificação desta Casa só poderá conseguir-se com o trabalho de todos, com o respeito de uns pelos outros, com a participação de cada qual numa tarefa colectiva.

Os problemas de cada parcela para aqui trazidos, nunca poderão transformar-se em fermento de divisionismo, mas sempre em contributo para uma visão global de um território descontínuo e rico porque diferente e que se quer desenvolver de maneira harmoniosa.

As diferentes opções políticas dos Deputados não deverão ser postas ao serviço de causas estranhas à Região ou aos superiores interesses do povo, mas tão somente ao serviço da causa do nosso progresso e desenvolvimento.

Certamente que o estudo dos resultados das recentes eleições de 5 de Outubro, permitirá que dele se recolham importantes lições. . .

Experimentamos aqui ao longo dos últimos quatro anos, as vantagens da existência de uma maioria estável e provamos que é possível sentar numa mesma sala pessoas de todas as ilhas e mais do que isso pessoas de diferentes Partidos, discutindo assuntos de maior relevo e alcance para os Açores. A ninguém faltou, como aliás se impunha, em democracia, liberdade para falar ou condições essenciais para actuar.

A nossa experiência pioneira ultrapassou as fronteiras da Região e vai produzindo os seus frutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos aprovado o nosso novo Estatuto de Autonomia. Por nossa própria vontade, ele impõe-nos que aqui seja discutido e submetido à aprovação o programa de Governo. É evidente que o principal julgamento do programa já foi feito, directamente, pela gente dos Açores, quando em liberdade escolheu, entre os diferentes programas e projectos ou entre a constatação da sua não existência e as práticas dos Partidos Políticos, a quem desejava atribuir a maioria para formar Governo.

Mesmo assim é razoável este preceito que fará com que daqui saia com solene investidura parlamentar o Governo para toda a Região. Não faz mal, nem o Partido Social Democrata o rezeará, que o Governo aqui venha, nesta oportunidade, perante o órgão de que politicamente depende, como tantas vezes e sob mais de uma forma o tem feito. Uma dependência política que não é ofensiva se todos aqui soubermos estar com os açorianos e respeitar a sua maneira de ser e de actuar e soubermos entender que temos o dever de viabilizar o processo açoriano e que como Órgão de Governo Próprio, que também somos, temos de ser co-responsáveis, nas áreas da nossa actuação.

O processo de autonomia exige de todos os órgãos responsabilidade e esta implica competência. A preocupação dos órgãos deve ser sobretudo a de serem melhores que os outros congéneres e não menos mais do que eles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Secretários: A vasta área de matérias tratadas ao longo do Programa de Governo, impede que numa intervenção elas se possam a todas abordar.

Escolhi o sector de transportes, em si mesmo muito vasto e complexo e sobre ele procurarei tecer algumas considerações.

Como se sabe, mas não parece de mais recordá-lo, o problema dos transportes tem afectado grandemente o arquipélago. A dificuldade de circulação de pessoas na Região e desta com o exterior, tem comprometido o desenvolvimento social da nossa população e a dificuldade de troca de bens e serviços tem posto em causa o processo de desenvolvimento económico. As ilhas têm estado fechadas dentro de si e as populações de muitas das nossas pequenas comunidades incomunicáveis dentro da própria ilha.

No início do nosso processo de Governo próprio, dois terços das Ilhas da nossa Região não tinham portos capazes. A frota da CTM, a única que serve a grande maioria das Ilhas, há muito que não corresponde, não só em quantidade como em qualidade. Deixou de ser possível aos passageiros saírem de barco do Arquipélago e se não fora o serviço de pequenos barcos que operam em algumas ilhas, o único e acabado barco de passageiros da CTM, em serviço nos Açores, não seria capaz de dar uma resposta minimamente aceitável.

A periodicidade do transporte de carga na Região e para fora dela não é regular e tem provocado carências de toda a ordem e acarretado prejuízos de muita monta na exportação das nossas produções. A organização das escalas não tem em conta os condicionalismos insulares. Os prejuízos nas cargas transportadas, por roubo ou inadequado tratamento, são constantes. O Governo Regional recebeu portos mal apetrechados ou sem qualquer apetrechamento.

Parte importante das ilhas não estão servidas pelo transporte aéreo e alguns dos aeroportos existentes não têm infraestruturas adequadas e equipamentos indispensáveis. A transportadora aérea regional mal estruturada e deficientemente equipada, tem sido um «quebra-cabeças» regional.

Os transportes terrestres, de natureza pública, se não fosse o esforço da administração regional seriam neste momento um serviço social que já não existiria em algumas das nossas ilhas.

E poderíamos continuar. . .

Mas mais importante do que a caracterização deste sector em que muitos dos condicionamentos referidos mantêm actualidade, importa saber se o Governo tem procurado dar-lhes resposta.

Tornar-se-ia exaustivo tentar enumerar, ponto por ponto, o que foi feito ao longo dos últimos quatro anos e nem tão pouco nos parece indispensável, porque está patente aos olhos de todos os que querem ver.

Bastará recordar as obras dos portos do Pico e da Graciosa, dos aeroportos da Graciosa, do Corvo, de S. Jorge e do Pico, os estudos dos portos das Flores, Santa Maria e da Terceira; A intervenção que foi possível ter na CTM e nas empresas que servem a Região desde as de transporte marítimo às de transporte terrestre, passando pela SATA; a resposta rápida e com a eficiência que foi possível, às greves da TAP, da SATA e da CTM; O apetrechamento em portos e aeroportos; o aumento de voos da SATA, etc..

Se houve numerosos erros, é preciso não esquecê-los,

para deles se retirar a lição e é evidente que o que está feito não significa que não há problemas para resolver, importantes carências a suprir e grandes dificuldades a ultrapassar, mas seguramente indica que no essencial se entendeu que a actividade dos transportes é condição prévia do nosso normal desenvolvimento e que por serem vitais para a nossa comunidade insular têm merecido uma prioridade, aliás claramente expressa em números, nos sucessivos planos presentes a esta Assembleia e que vão de mais de 500 000 contos em 1977 a cerca de um milhão de contos em 1980.

Temos estado portanto no caminho certo, aplicando aqui, por mão dos Sociais-Democratas, o nosso programa reformista. É preciso não adormecer comodamente sobre a recordação das vitórias e haverá agora que continuar, sem desmorecimento e com firmeza, reestruturando a SATA, intervindo nos transportes marítimos, continuando obras de portos e aeroportos e permitam-me aqui uma referência concreta à minha ilha, iniciando e depressa as obras do porto das Flores, cujo processo se encontra adiantado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As medidas contidas no programa do Governo indicam que o executivo tem consciência do que é necessário fazer.

Estamos convictos de que o II Governo dos Açores as escalonará ao longo dos próximos quatro anos nos seus Planos, as implementará e acompanhará, com competência e zelo, para que continue e merecer a nossa confiança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção que eu tinha previsto fazer está concluída. Contudo, muitas das afirmações que aqui hoje foram proferidas dariam razão para uma talvez mais longa exposição procurando repôr no seu lugar verdades que o Povo Açoriano tem necessidade de claramente conhecer. No entanto, procurarei resumir ao máximo as minhas considerações e procurarei fazê-lo com a serenidade que me parece dever a todos nortear-nos e com calma expormos aquilo que aqui entendermos e temos a liberdade de o fazer. Somos acusados de que queremos calar a oposição. No entanto, isso não aconteceu na prática parlamentar dos últimos quatro anos. Essa liberdade foi dada e se melhor não foi utilizada é porque maior capacidade não houve ou porque maior trabalho não se quis produzir. Proude a oposição acompanhar e de perto a actividade do Governo através das Comissões de que fazia parte, e houve sempre a possibilidade nunca limitada pelo tempo do trabalho da oposição e de toda esta Câmara poder ser desenvolvida. Agora o que me custa muito a aceitar é que sendo dada à oposição maior possibilidade de actuar, a oposição veja com maus olhos que também os Deputados da nossa bancada, que indiscutivelmente são a maioria desta Casa, se tivessem de calar perante a oposição. Se a oposição aqui tem direito a um estatuto, parece que ele não implicará, que da nossa parte tenhamos de ficar calados. Parece também que ele não implicará que sejam levantadas graves acusações ou aqui se tenham feito graves insinuações ainda há muito pouco, para que alguns dos Deputados que legitimamente e com o voto do Povo Açoriano se encontrem sentados na nossa bancada. Isto parece muito grave, e parece também muito grave não se quererem aqui ouvir algumas vozes talvez porque concordantes com a política do Governo que, aliás, não são só os Deputados do Partido Social Democrata que concordam

com essa política, mas tem sido todo o Povo Açoriano que o tem demonstrado ao longo de sucessivos actos eleitorais. Portanto, parece-nos mal haver a preocupação de nos quererem calar e também a preocupação de que o nosso Grupo Parlamentar não funciona, esquecendo-se talvez que ele é também um órgão deste Partido e um órgão desta Assembleia. Daí que não vejo onde esteja a dificuldade de o Presidente do Governo ou de os membros do Governo terem reuniões com os Deputados do seu Partido no seu Grupo Parlamentar o que nunca recusamos, e disso nos honramos porque foi trabalho. Daí que muitas vezes tenhamos tido longas reuniões de trabalho e continuaremos, pelo menos pela minha parte, e estou certo que todos continuaremos a trabalhar com o mesmo entusiasmo e interesse, cumprindo, aliás, com os compromissos que claramente assumimos e de maneira límpida perante o Povo das nossas Ilhas. É certo que todos nós estamos aqui com investidura parlamentar mas essa investidura implica trabalho e se hoje, daqui, vai sair investido o Governo com obrigação de trabalhar, eu julgo que essa investidura não é apenas para o Governo que tem por obrigação trabalhar e que quanto a nós não tenhamos que assumir as nossas responsabilidades. Temos porque elas implicam um julgamento, e esse julgamento já vem sendo feito e parece que só dele não se tiraram lições que pudessem ter corrigido actuações que acho que conduziram para alguns a tristes situações. Parece-me importante que mais que ajuizar os outros havia que pensar muito na própria actuação. Se alguém nesta Casa tem legitimidade para falar do povo, e julgamos que todos a têm porque todos são Deputados eleitos, parece-nos também que ninguém aqui pode pretender ter a exclusividade de falar em povo. Se não querem que tenhamos a exclusividade de falar em Autonomia, embora muito claramente tenhamos afirmado e continuaremos a afirmar que sempre desde o início a defendemos, que não vemos necessidade de fazer corridas para apañarmos comboios de última hora. De qualquer modo também não aceitaríamos que alguém quizesse ter nesta Casa, fosse quem fosse a exclusividade de falar de um povo que nós, Partido Social Democrata, mais do que ninguém aqui representamos porque temos uma maioria que em liberdade democrática e em autonomia nos foi efectivamente dada.

Também nos parece desagradável que alguns se sintam acusados de ataques pessoais e feridos na sua dignidade. Se isso aconteceu talvez tenha servido para que realmente tenham tirado a conclusão do que terá magoado as pessoas do Partido Social Democrata desde o nível nacional ao regional que durante a última campanha eleitoral foram, sim, feridos na sua dignidade, foram gravemente acusadas. É evidente que já supúnhamos, como aliás nos clarificou o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, que não teríamos o seu apoio. Aliás, assim sempre tem acontecido mas nessa altura tinha tomado uma nota para não me esquecer de referir, aliás já o fez o Presidente do Governo que mais importante do que o apoio do Partido Socialista nos parece o apoio incontestável do Povo Açoriano. O Povo tem-nos entendido e esperamos que ele nos continue a entender porque pertencemos ao Povo e dele proviemos como todo e qualquer, de modo que estamos certos de que realmente havemos de continuar na mesma linha que até aqui temos vindo dignificando esta Ca-

sa, não procurando fazer dela aquilo que porventura alguém quizesse pondo em causa o processo da nossa democracia e consequentemente a Autonomia para os Açores que sempre temos defendido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para um protesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Protesto em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista porque não recebemos lições de democracia de ninguém. O nosso passado político tem sido claro e o nosso trabalho nesta Assembleia, como Partido da oposição oprimido pela maioria parlamentar que no primeiro dia da primeira legislatura através da voz de um Deputado teve o descaramento de dizer que não tivéssemos veleidades de apresentar projectos porque a maioria do povo açoriano, a abundância estava dum lado e não do outro, foi o primeiro convite que recebemos para não participarmos activamente nos trabalhos parlamentares. Naturalmente no próprio dia pediram muitas desculpas que tinha sido um mal entendido e se ficam por aí, teríamos talvez ficado entendidos. Simplesmente, durante o primeiro ano da primeira legislatura nem sequer afectação permanente houve como existe agora de uma forma muito indirecta. Isto é, temos a responsabilidade política de fiscalizar os actos do Governo, e o PSD para impedir que a oposição tenha os mesmos meios para desempenhar a mesma tarefa importante do regime democrático, põe-nos a reboque de Comissões que domina e a fazer visitas quando quer para que a oposição seja um peso acessório no controle político e na ameaça do poder político na Região.

Protestamos sempre e por duas vezes tentamos modificar as coisas, mas a democracia parlamentar do PSD foi esta, foi maioria e nós vivemos oprimidos por ela. Mais digo porque temos razão que a afronta ao regime parlamentar existe na essência, em não pôr em causa a legitimidade do mandato de ninguém, nem tal como os membros do Governo que foram eleitos nas listas do PSD tiveram, por razões de incompatibilidade no exercício de funções, de optar por serem Deputados ou membros do Governo como em qualquer Parlamento onde seja respeitada a regra da independência do executivo do legislativo, regra que vem desde os tempos de Montesquieu deveria ter vômitos se estivesse a assistir a este debate, naturalmente, que desde esse tempo essa regra na democracia parlamentar é respeitada pelos Parlamentos que se prezam. Pois nós, por causa da maioria, por causa dos cheques em branco, a maioria pelo peso quantitativo das coisas, decide alterar as regras da própria democracia, as regras da praxe parlamentar, e não nos admira nada que isso aconteça na medida em que se chega ao ponto de se desvirtuar a missão deste Parlamento, que reuniu por direito estatutário para apreciar o Programa do Governo, relegando-o para um plano secundário na aprovação do Programa do Governo porque, não só o líder do Grupo Parlamentar pelas câmaras da televisão mas também aqui durante este debate, foi dito que o Programa do Governo estava na sua essência aprovado.

Qual é a nossa missão aqui?

Fantoches?

Qual é a nossa missão aqui? Debater em profundidade.

Qual é a nossa missão aqui? É dizer que sim ou dizer

que não ou exigir o debate profundo sobre coisas concretas ou o de estarmos à mercê da confusão corporativa do conceito parlamentar do PSD? Isto é, na bancada parlamentar tem membros da confiança política do Governo que não souberam optar ainda, porque se tivessem tido consciência política pelos cargos que ocupam deveriam ter optado por um dos seus deveres e assumir concretamente e integralmente os seus papéis. Nunca calamos como oposição, nunca podíamos calar a maioria, é normal. A maioria fez a regra do jogo, a regra do jogo é esta que nós vivemos, que tentaremos sempre modificar, mas calarmo-nos não podemos, não devemos. Simplesmente não se sintam melindrados pelo nosso protesto, não se sintam melindrados pela veemência do nosso protesto porque a nossa missão é espinhosa, nós estamos isolados, sem os meios que o Governo dispõe, sem a facilidade de intervenção que o Grupo Parlamentar do Partido do Governo dispõe, porque, obviamente, é muito mais fácil dizer que sim, ler por outras palavras o Programa, alterar a redacção ou eventualmente porque foram autores dessa página do Programa do Governo, lê-lo integralmente e dizer que está tudo bem.

Por isso protestamos, e protestamos porque esta Assembleia não pode continuar a ser afrontada por este regime perverso que não dignifica o regime autonómico, que não garante a concretização da autonomia e que dá a oportunidade a que todos os detractores do regime democrático se aproveitem, e isso foi aproveitado na última campanha eleitoral, para minimizar o trabalho da oposição nesta Assembleia, para minimizar o trabalho da maioria nesta Assembleia, chamando esta Assembleia de «fantoche». Isso veio desde a extrema direita à extrema esquerda e isso que não corresponde exactamente à realidade, mas pelos factos que vivemos aqui serviram de pretexto para que qualquer agrupamento político não parlamentar acusasse tudo e todos, pusesse em causa o órgão máximo da Autonomia dos Açores, simplesmente porque não houve o cuidado de dotar o Parlamento com as condições mínimas de funcionamento, para que a oposição estivesse em pé de igualdade com o Governo, não com o Grupo Parlamentar do PSD, para que o pudesse fiscalizar por sua iniciativa, para que pudesse estar presente em todos os actos públicos por sua iniciativa e não a reboque do Partido maioritário.

Nós temos o direito de cumprir integralmente o nosso mandato. Temos o direito porque temos o mesmo mandato, mas não podemos, obviamente, desempenhar a nossa missão se ficarmos a ser meninos de coro, de um coro maior que não é o nosso.

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos para continuar às 21 30 horas.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 20 00 horas)

Presidente: Srs. Deputados estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 21 30 horas)

Havíamos interrompido no momento em que várias pessoas tinham solicitado o uso da palavra. O Sr. Deputado Daniel de Sá tinha pedido a palavra. Eu não compreendi se era para intervir naquela altura ou se era para uma segunda intervenção. O Sr. Deputado entende que neste momento

não há lugar a protesto. O Sr. Deputado Costa Neves havia pedido a palavra para um contra-protesto. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Costa Neves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agora realmente o ambiente está mais calmo, eu gostaria de fazer um protesto que é ao mesmo tempo uma pequena reflexão.

Da primeira vez perante as palavras do Sr. Deputado Martins Goulart não tomei qualquer posição, deixei-as passar em claro, atribui-as a um nervosismo que havia na altura na bancada do Partido Socialista, mas face à insistência e numa segunda tomada da mesma posição gostaria de recordar ao Sr. Deputado que, como o Sr., fiz campanha eleitoral, que como o Sr. me sujeitei à votação e que da mesma forma que foram eleitos os outros Deputados que se encontram nesta Assembleia Regional, eu fui eleito em consequência do mesmo acto. Não me parece que haja qualquer incompatibilidade estabelecida legalmente entre o facto de estar aqui e exercer funções na Secretaria Regional.

Reputo importante que o PS assuma o estatuto da oposição, espero que o faça, mas isso nunca o autorizará a estabelecer por si as regras por que esta Assembleia se deve reger. Se sendo oposição o pretende fazer, o que aconteceria se fosse maioria?

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart deseja fazer uma pergunta ao Sr. Deputado que acaba de usar da palavra. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. Deputado Costa Neves se ouviu completamente a minha exposição, não fiz qualquer alusão à ilegitimidade do seu mandato, referi até que os membros do Governo tinham sido eleitos Deputados tiveram que suspender o mandato, e referi igualmente que se o PSD respeitasse as regras da democracia parlamentar não tinha imposto estas regras no jogo. Por isso o Grupo Parlamentar do PS já no início desta legislatura propôs as normas de incompatibilidade que atingiriam os cargos de confiança política dos membros que, eleitos como Deputados, exerciam ainda funções no executivo e seriam portanto obrigados a optar. Com isto nós não pomos em causa a legitimidade de ninguém, acima de tudo pedimos que haja o respeito pela entidade parlamentar e pela separação de poderes entre o executivo e o legislativo. Ao fazê-lo, pergunto concretamente, acha que nós não estamos a dignificar esta Assembleia? Ao fazê-lo estamos de alguma forma a afrontar os direitos da maioria? Ao fazê-lo, e se fossemos maioria estaríamos de alguma forma e relegar para um segundo plano a representatividade democrática do partido que eventualmente nessa altura fosse oposição à maioria do PS se ela existisse?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Neves para responder às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Costa Neves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendi perfeitamente as duas primeiras intervenções do Sr. Deputado Martins Goulart e compreendi a sua terceira intervenção. Entendo que a resposta à sua questão foi dada quando da apresentação do meu protesto, e gostaria também de recordar que embora exercendo funções numa Secretaria Regional não sou membro do Governo.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pretende ser mais esclarecido. Tem pois a palavra.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu pergunto ao Sr. Deputado se o cargo de Director Regional é um cargo de confiança política ou um cargo de carreira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Neves para responder a esta questão.

Deputado Costa Neves (PSD): Isso está estabelecido legalmente e portanto eu remeteria o Sr. Deputado para a legislação que há publicada acerca do assunto. O cargo de Director Regional não é um cargo de carreira, mas não é um cargo de confiança política do Governo, é um cargo de confiança pessoal do Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora muito afastado já no tempo por um respeito regimental de terminarmos os nossos trabalhos sem encerrarmos este processo, já não é agora tão fácil de fazer o contra-protesto às afirmações que fez o Sr. Deputado Martins Goulart, mas de qualquer maneira eu gostaria de contra-protestar porque dizendo o Sr. Deputado Martins Goulart que não quer aceitar da nossa parte lições de democracia, é ele que nos vem dizer que somos nós a alterar as regras da democracia. Diria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e particularmente ao Sr. Deputado Martins Goulart, que se realmente o Partido Socialista não quer aceitar da nossa parte lições de democracia que aliás não lhe pretendemos dar, também nós não as poderemos aceitar da sua parte, nem da parte dos Deputados da sua bancada. Queixa-se o Sr. Deputado que se sente oprimido. Essa expressão se eventualmente assim se considera só pode ser talvez devida aos resultados eleitorais do dia 5 de Outubro. Pois se assim é, eu diria que a culpa não é nossa, se temos mérito não fomos culpados do mérito e se o Partido Socialista tem de mérito também a culpa certamente não será nossa. Se realmente nós temos dominado os trabalhos das Comissões temo-lo dominado única e simplesmente pelo nosso afinco e pelo nosso trabalho. Não gostaria, Sr. Deputado Martins Goulart, porque como sabe conheço muito bem o trabalho desenvolvido ao longo de vários anos pelas comissões parlamentares desta Assembleia das quais tive a honra de presidir a uma delas e fui elemento de uma outra, conheço sobejamente a forma como se processaram os trabalhos dessas comissões e não gostaria de fazer aqui reviver considerações que tenho muito presentes no meu espírito acerca da forma como decorreram os trabalhos nessas comissões acerca do trabalho ali desenvolvido e acerca do comportamento dos Deputados que integraram essas mesmas comissões. Porque o assunto não se prende ao fim e ao cabo com a apreciação do Programa do Governo, abstenho-me de fazer essas considerações que continuarei a manter vivas na minha memória para se, em qualquer momento, eu quisesse, como o Sr. Deputado, aproveitar a presença da rádio e fazê-las transparecer, como tive o cuidado de não o fazer durante uma campanha eleitoral em que activamente há pouco participei.

Queria também contra-protestar pelo facto de o Sr. Deputado mais uma vez na repetição do que tantas vezes tem feito, tão veementemente se queixar da abundância deste Grupo Parlamentar. Eu, na minha óptica parece-me que esse

queixume da abundância é um queixume talvez contra a democracia, e nós não gostaríamos de ver nesta Câmara postas em causa a democracia e eleições livres que foram feitas e que deram determinados resultados que, em democracia, nós, Partido Social Democrata, aceitamos com muita naturalidade, com muito à vontade e também e mais do que isso com muita responsabilidade. Os problemas que podem ter feito com que realmente os trabalhos do Partido Socialista de que o Sr. Deputado se queixa de que não pode realmente atingir os seus objectivos não estão na questão da afectação somente. Eles estão em outras questões que também me parece que não valerá a pena aqui, e neste momento, porque não é oportuno tecer mais considerações. O meu contra-protesto não tem qualquer espírito de veemência, é feito à vontade e muito menos teria qualquer espírito de violência.

Aliás, a linguagem que sempre aqui utilizei, que hoje estou utilizando, e espero possa continuar a utilizar sejam quais forem as circunstâncias em que aqui me encontre, não reflectirão azedume nem queixume por situações de que, ao fim e ao cabo, não somos responsáveis.

E é importante que para esta Assembleia não se tragam considerações a que o Sr. Deputado dizia feitas pela extrema direita e pela extrema esquerda, de que esta Assembleia é «fantoche». Não, Sr. Deputado, esta Assembleia é efectivamente um Órgão de Governo próprio da Região que está acreditado aos olhos do Povo Açoriano e não só precisamente porque foi um órgão que se impôs ainda que com uma criação recente. Soube impôr-se não só ao nível Regional mas também ao nível Nacional pelo seu comportamento e, queira reconhecer, Sr. Deputado, e é por isso que contra-protesto, porque realmente o trabalho de dignificação desta Assembleia, o trabalho do comportamento dos Deputados da nossa bancada, tem efectivamente um papel muito importante na dignificação desta Casa e tem o exemplo que tem sido dado e espero continue a ser dado ao País e também à democracia e à liberdade, e que tem feito com que esta Região realmente vá mantendo condições porque através da dignificação das suas instituições para a manutenção da liberdade e da Autonomia que nós muito respeitamos.

(Vozes da bancada do PSD)

(Muito bem)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço a palavra para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart. Reporto-me à sua última intervenção e também à penúltima, aos protestos fecundos que nesta Câmara apresentou, uma vez que se bem ouvi as suas palavras, o Sr. Deputado consideraria uma afronta à instituição parlamentar o facto de, na bancada da maioria, terem assento algumas pessoas com responsabilidades na Administração Regional e chegou a equiparar este ponto indo mais além invocando até as disposições de Montesquieu que seria quase meter o Governo nas bancadas do parlamento.

Sr. Deputado, V. Exa., acaso ignora que naquela, que é chamada a mãe de todos os Parlamentos, o Parlamento Britânico, os membros do Governo mantêm os seus mandatos de Deputados com todos os seus direitos e obrigações, in-

cluindo o direito de voto nas deliberações da Câmara dos Comuns?

O Sr. Deputado está convencido que este facto é um ultraje à instituição parlamentar?

Era só isso que eu queria perguntar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para responder.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com muito agrado que respondo à pergunta do Sr. Presidente do Governo.

A tradição parlamentar portuguesa estabelece, enraizada num fenómeno cultural derivado da revolução Francesa, Sr. Presidente. E portanto é praxe nas culturas directamente derivadas do fenómeno revolucionário estabelecido no fim do séc. XVIII que os parlamentos e a chamada democracia parlamentar aceitassem um critério simples designado por separação de poderes. A separação de poderes verificou-se, é um fenómeno cultural estabelecido e para que o Sr. Presidente fique à vontade eu digo-lhe que na Assembleia da República o seu Partido votou favoravelmente a disposição que eu aqui reclamo.

(Vozes inaudíveis)

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu gostava, antes de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart, solicitar a V. Exa. que pedisse à Sra. Deputada Conceição Bettencourt que não levasse o fascínio que confessou ter da minha personalidade ao ponto de julgar qualquer palavra que se diz na sala pronunciada por mim. Não fui eu que fiz qualquer comentário às afirmações do Sr. Deputado Martins Goulart e registo a recomendação da Sra. Deputada Conceição Bettencourt. Eu irei recordar alguns capítulos da História Constitucional Portuguesa para saber se esta tradição de os membros do Governo não terem assento no Parlamento é assim tão antiga. Eu julgo que ela derivou do facto de que essas funções pois são muito absorventes e por isso na prática não são compatíveis, mas em todo o caso não quero pronunciar-me porque é matéria sobre a qual, como muito bem disse a Sra. Deputada Conceição Bettencourt, é melhor estudar a História. Mas a propósito da afirmação do Sr. Deputado Martins Goulart, eu gostava de lhe recordar que entre os autores que se referem a essa matéria, é costume dizer que Montesquieu bebeu as suas opiniões precisamente no modelo britânico e que «O Espírito das Leis» se inspira numa observação da experiência anglo-saxónica.

Por outro lado, é certo que o sistema parlamentar em si, sendo um sistema como todo o sistema democrático de separação de poderes, não é um sistema que possua uma separação absoluta nos moldes daquela que existem em certos países de regimes presidencialistas como é o caso dos EUA, que curiosamente se encontra na linha directa da tradição saxónica mas já o adaptou de maneira bastante peculiar. Portanto, gostava de saber se o Sr. Deputado Martins Goulart não considera que a articulação entre esta Câmara e o Governo deve ser muito estreita na própria lógica do Parlamento porque o Governo depende da confiança do Parlamento, portanto o Governo está em estreita ligação com o

Parlamento e dentro dessa medida a articulação existente entre os dois órgãos tornaria dispensável os requisitos de estrita separação que porventura se possam reclamar com outros fundamentos. Isto sem prejuízo da questão de fundo, do bem ajustado ou não, das propostas do Sr. Deputado Martins Goulart porque elas não estão em causa, dado que agora se discute é apenas o Programa do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Vou tentar situar a nossa realidade açoriana dentro dos Açores e dentro do País que é Portugal. Nós temos de alguma maneira aprendido na consolidação das instituições democráticas na Região, com as experiências vividas depois da implantação do regime democrático, nascido em 25 de Abril. O nosso esforço tem sido um esforço de consenso, de bom senso no sentido de adaptar especificidades, e não é por acaso que os primeiros poderes conferidos aos órgãos próprios da Região são poderes regulamentares, isto é, partem do princípio que há leis gerais que admitem especificidades e que permitem, portanto, adaptações de órgãos, adaptações de competências. Há uma diferença fundamental, não estou a dar lições a ninguém, e portanto estamos a conversar simplesmente sobre uma matéria lateral nesta discussão, há uma diferença fundamental entre o regime institucional nacional e o regime autonómico regional. Essa é da confiança política exclusiva do Governo perante o Parlamento, a que a nível nacional não corresponde exactamente o mesmo facto, isto é, o Governo Nacional depende simultaneamente da confiança política do Presidente da República e do Parlamento.

Mesmo assim, a separação de poderes a nível de Executivo para Parlamento exige, pelas normas, pelas leis em vigor, designadamente pelo Regimento da Assembleia da República, que haja o bom senso de não haver a interferência do Executivo no Legislativo ao ponto dos cargos que representam confiança política do Executivo poderem ser assumidos pela mesma pessoa na qualidade de Deputado, membro do Legislativo.

No caso açoriano, parece que seria também de muito bom senso excluindo as análises históricas que poderão criar uma certa controvérsia e que de certo levariam pessoas dentro desta sala a fazer uma recapitulação do processo histórico que talvez levasse a divergências de fundo na sua análise, naturalmente que há maior razão nos Açores para que essa divisão se estabeleça com maior rigor e critério.

Porquê? Porque dependendo o Governo politicamente desta Assembleia seria de todo útil que esta Assembleia, com todas as dificuldades de funcionamento que tem, tivesse as condições de independência suficiente para não estar envolvida com um Executivo que, obviamente, estando em pleno exercício de funções e a tempo inteiro, dispõe de meios que os Deputados não têm até para o poderem fiscalizar diariamente. Por isso, é altamente inconveniente que Deputados que um dia são membros do Parlamento que depois cessando as funções no Parlamento, porque as reuniões plenárias deixam de existir, passam a assumir funções no Executivo com cargos da confiança pessoal ou política desse Executivo, assumem o estatuto de super-deputados porque têm acesso aos dossiers, porque têm obviamente um en-

volvimento e uma responsabilização directa no Executivo, porque trabalham para ele.

Pergunta-se se não é de bom senso que essas pessoas optem pelo serviço público em que estão investidas isto é, optem por serem membros, colaboradores de um Executivo de que dependem politicamente ou se vão assumir as funções de fiscalização desse Executivo, porque julgamos que essas duas missões são de facto incompatíveis. Não faria sentido que um membro comprometido com o Executivo, que lhe tem dado apoio técnico e político, venha sentar-se nesta Assembleia, consiga despir o casaco, esquecer a missão que o obriga a funções durante uma larga percentagem do seu tempo e se sente e assume com a responsabilidade de criticar esse mesmo Governo. Nós julgamos que essa pessoa está inibida de o fazer, e, portanto, se tem inibição não assume plenamente a missão Parlamentar. Por isso, eu faço uma distinção fundamental em função da sugestão que agora foi lançada, que os funcionários que não são necessariamente de qualquer partido, que podem ser de qualquer partido ou serem independentes porque não estão obrigados à dependência política e à confiança do Executivo, porque desse fenómeno não decorre a estabilidade do seu emprego nem terão que se inibir por qualquer razão, estavam de facto perfeitamente à vontade para poderem assumir funções, não podendo acumular exactamente o exercício de funções enquanto estão no Parlamento. Naturalmente que esta questão é um pouco difícil de fazer convencer o Partido da maioria, porque do nosso ponto de vista, que não temos qualquer acesso ao Executivo que somos Deputados em pé de igualdade, custa muito a aceitar que haja Deputados que se sentem no Parlamento com o conhecimento de dossiers, que intervêm directamente nas propostas políticas que o Governo apresenta e depois se colocam numa bancada para as discutir.

Que isto é de facto um pouco incompreensível porque, das duas uma, ou são técnicos competentes que com a fidelidade exigida assumem a sua responsabilidade perante quem lhes paga durante o período em que estão a trabalhar para o Executivo, ou então acabam por ser meros ocupantes de um lugar em que são obrigados, simplesmente, a defender do lado do Parlamento sistematicamente as posições do Executivo. Isto é que nós não aceitamos.

Presidente: Bem, vamos continuar com os debates. Tem a palavra o Sr. Deputados Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ainda o contraprotesto que vem já antes do jantar. Foi afirmado aqui pelo Sr. Deputado Martins Goulart que eu teria feito afirmações que necessariamente implicariam a desnecessidade de vir ao Parlamento o Programa do Governo. Claro que isto dito assim até pode levar algumas pessoas a ficarem induzidas em erro.

Aquilo que eu afirmei e volto a afirmar antes, depois, daqui a um mês, daqui a um ano, daqui a dois ou daqui a três, é que a proposta do Programa de Governo aqui apresentada pelo Partido Social Democrata, foi sujeito à campanha eleitoral e ao eleitorado. Daí que eu possa concluir uma vez que este Partido mereceu a confiança popular de que os representantes desse povo, passados poucos dias, não iriam votar em sentido contrário àquilo que o povo lhe indicou, sob pena, de estar a trair o seu eleitorado, e por isso mesmo

a deturpação das palavras deve ser algo do meu protesto, mas mais do que isso. Tem-se assistido aqui, aliás, certamente, por imitação doutras paragens, que a partir do momento que as pessoas não querem aceitar a realidade, realidade essa que nos foi posta no dia 5 de Outubro, automaticamente o regime fica em causa e aí o regime democrático e portanto o facto do Partido Social Democrata ter ganho as eleições e o procedimento que os Deputados — e no caso concreto eu — temos automaticamente de pôr em causa o regime democrático.

É curioso lembrar aqui que, pela prática e pela história, não de muitos séculos mas de há cinco anos para cá, desde que o Partido Socialista e o Partido Comunista não estejam no poder, o regime democrático está ameaçado. Por isso mesmo, como Deputado desta Assembleia que sempre viveu e continua a viver preocupado com os problemas do dia a dia, não pode deixar passar esta tentativa de confusão e de tentar pôr num envelope a direcção de apenas uns serem democratas e os outros não o serem. Isto será o mesmo que dizer que todo o Povo Açoriário e pelos vistos agora o Povo Português é todo anti-democrático. Sendo assim, de facto, a democracia para o Partido Socialista, e talvez para outros tantos, só existe a partir do momento em que o povo vote no Partido Socialista e a ser assim, e a continuar nestes termos aquilo que nos resta como mandatários de um povo é passar a votar no Partido Socialista, deixar a Assembleia e, portanto, nessa altura, sim o Partido Socialista é Governo, e é desnecessário a Assembleia porque nessa altura já não é necessário e portanto fica a democracia — entre aspas — resolvida para o resto da vida que as pessoas tiverem nesta terra. Por isso mesmo, eu, como militante de um Partido e como Deputado por um lado, não posso de modo algum aceitar que me sejam atribuídas coisas que nunca disse e isto para que não sejam e pode ser que ainda venha a ocasião de serem postas na mesa muitas coisas que deviam ser, mas o futuro o aconselhará.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para um contra-protesto. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós assistimos neste debate, sobre uma questão suplementar ao debate do Programa do Governo, a ameaças do PSD, a reservar informações para um debate consequente, subsequente ou ulterior, mas o que se sabe é que o Partido Socialista apresenta factos aqui e agora que não são desmentidos. Entretanto, o PSD diz que tem coisas que divulgará quando for oportuno, e fala em generalidades, em situações abstractas, mas não queremos falar das coisas agora, porque é aqui que se debatem os problemas do Povo dos Açores e não sabemos porque é que não é oportuno.

Quando será oportuno discutir estes problemas?

Eu lembro-me textualmente da intervenção do Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Deputado Borges de Carvalho disse na televisão, cito «que o Povo dos Açores já deu a aprovação ao Programa do Governo Regional» e eu conclui, em face disto que esta Assembleia tinha sido marginalizada e o que estaríamos nós aqui a fazer, isto é, eu penso que se vivemos em democracia parlamentar mesmo pensando isso, mesmo tendo essa análise política, ela devia ser produzida aqui não antes de

um debate parlamentar, porque então parece que a nossa intervenção é secundária e a minha análise foi feita nesse sentido, de esta Assembleia ser secundarizada e estarmos perante uma opção do PSD de defesa de uma democracia directa e que eu saiba é o processo marxista-leninista.

(Risos da bancada do PSD)

Bem, os Srs. Deputados que riem talvez não conheçam muito de marxismo e leninismo, mas lembrem-se que a Social Democracia é uma evolução do fenómeno marxista-leninista, é uma das componentes do movimento operário, Srs. Deputados.

As pessoas aqui, desta bancada, aceitam perfeitamente a realidade senão não estavam aqui, tinham tido perfeitamente a opção que era delas e livre de se não fossem democratas, senão assumissemos a nossa missão ficávamos em casa, de abandonarmos isto e de os Srs. Deputados poderem fazer uma festa e dizer que o Partido Socialista não era democrático, que abandonava o lugar, que não aceitava os resultados eleitorais.

Estamos aqui, mas o que não temos é os olhos fechados Sr. Deputados e Srs. membros do Governo. Estamos obviamente dispostos a receber as críticas, mas fazemos as nossas críticas e não temos o mínimo receio em tocar nas feridas, em tocar nos pontos vulneráveis do PSD que obviamente se ressentem muito quando nós podemos demonstrar que esse poder é relativamente fictício e que obviamente o Povo dos Açores ainda está vulnerabilizado por certas acções de caciquismo e de agentes que dominam determinados processos da sociedade Açoriana e que acabam por potenciar a força política de um Partido que se apresentasse só com a sua bagagem política-partidária em pé de igualdade com a nossa bagagem político-partidária, o Povo dos Açores poderia discutir de uma maneira muito mais consciente os problemas em debate na terra em que vivemos.

Nós não temos receio em falar disto, Srs. membros do Governo. Deixe-me expôr. Nós não temos qualquer receio porque a nossa missão não é de conquista do poder, é de exercer pedagogia.

Nós não estamos a tentar instabilizar instituições. Nós temos a liberdade de intervir para expormos o nosso ponto de vista. Fá-lo-emos sempre sem receio das críticas que democraticamente serão feitas à nossa atitude, mas acima de tudo, sabemos perfeitamente as razões sociológicas, políticas e outras que explicam o resultado eleitoral desta Assembleia de 5 de Outubro e que, obviamente, aceitamos. Lutaremos para que os factores decisivos que acabam por pesar mais fortemente na decisão do Povo dos Açores, venham a situar-se mais na consciência política desse povo do que na vulnerabilidade desse povo a pressões que são muitas vezes estranhas à realidade concreta do fenómeno político. Por isso aceitamos a realidade e somos democratas. Não pomos em causa o regime democrático. Dizemos que há afrontas ao regime democrático, dizemos que há afrontas ao regime parlamentar, mas não pomos em causa, nunca poremos em causa, o regime democrático e não temos receio de dizer que estaremos sempre ao lado daqueles que defendem o regime democrático, sejam eles o Partido da maioria ou o Partido da Oposição. Este é o nosso vínculo umbilical na nossa experiência autonómica. É por aqui que nós unimos os nossos

esforços. Por outras maneiras, quer dizer que em tudo o mais, seremos oposição e assumiremos o nosso lugar com frontalidade.

Gostaria também de denunciar a calúnia, a baixa intenção de ligar o Partido Socialista ao Partido Comunista e gostaria de recordar aos Srs. que dizem que têm boa memória que o Partido Socialista, no seu primeiro Governo, foi derubado pela santa aliança do PC, do PPD e do CDS, e que isso não se esqueça. Não se esqueça que isso aconteceu porque hoje foi aqui dito também que esse I Governo tinha sido uma aliança com o PC o que torna isto um bocado absurdo porque o PC derrubou esse Governo.

Portanto, que acabe este tipo de calúnia porque quem invoca preceitos de honra porque se sente caluniado e de imediato usa uma calúnia, não merece muito respeito. Nós nunca dissemos que uns só eram democratas e que esses democratas estavam aqui sentados. Nós respeitamos as opções democráticas de todos os representantes deste povo, nem pomos em causa a escolha formalmente livre do Povo dos Açores por ter optado pela recondução do Partido maioritário na Região em 5 de Outubro. Não pomos isso em causa. Nunca o poremos.

Mas isso não nos inibe de analisar o fenómeno político subjacente a esse acto. Não nos inibe sermos críticos e, de em conjunto, fazermos uma reflexão que possa vir a permitir a todos nós adequar a nossa forma de intervenção, adequar os nossos instrumentos de trabalho para que não estagnemos no processo, para que não fiquemos a louvarmos-nos uns aos outros, particularmente sob a tentação de louvarmos aquele que se encontra no poder. Nós estamos dizendo isto olhos nos olhos, não reservamos nada na manga. Seria mais fácil para alguns que fulano de tal assumisse a sua dignidade que para ele seria ficar calado ou falar num tom abaixo.

A serenidade acima de tudo está na razões das coisas, não está na intensidade do fenómeno oral nem no estilo de oratória que serve de forma à expressão do pensamento.

O Parlamento, como disse o Sr. Presidente do Governo, admite várias formas de intervenção. O meu estilo parlamentar bom ou mau é este. Não estou zangado com ninguém Srs. Deputados. Acho que também esta vivacidade pode servir para as pessoas dormitarem um bocadinho menos e em momentos de cansaço e maratona, que neste caso não foi provocada pela omissão da oposição, que não boicotou estes trabalhos e nós colaboramos nas razões daqueles que têm pressa de ir para casa talvez com prejuízo de o debate ter sido mais profícuo ou melhor organizado, mas colaboramos, não arredamos pé. Naturalmente, que neste caso, cansados precisamos talvez de um pequeno despertar de consciência, de quebrar o amolecimento mental em que naturalmente a evolução das coisas nos leva a refugiarmo-nos do processo cansativo que nos é imposto. Por isso, gostaria de concluir e perdoem-me o tempo ocupado, gostaria de concluir fazendo um voto porque também é da praxe depois de protestos, um voto de que todos os que estão nesta Assembleia, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o representante do CDS, o Grupo Parlamentar do Partido maioritário e o Governo, que assumem de uma maneira leal e franca as questões que afligem efectivamente o Povo dos Açores, que

cessem os triunfalismos e os derrotismos, também que cessem todos os preconceitos desmotivadores do trabalho político e do compromisso que deve estar na base do mandato que cada um de nós ocupa.

Que exerçamos, de uma maneira activa, a nossa função e que haja toda a liberdade de funções e de mandato daqueles que optaram pela ocupação de cargos públicos e que nesse compromisso que não é um compromisso corporativo, que nesse compromisso nós possamos, uma vez por todas, exercer com clareza, com total desassombro todas as questões que estão reservadas no espírito de cada um, que não haja pejo de pôr a claro os erros de uns e outros porque se se reservar essa informação nós estamos a permitir que se mantenha um embrião negativo no fundo das instituições, no fundo das nossas almas e, portanto, enquanto não os conseguirmos expurgar, não estaremos de facto a assumir com total integridade a missão que nos foi mandatada.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pediu a palavra. Tem pois a tribuna à sua disposição.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Serenamente, sem qualquer rancor da minha parte, sem qualquer posição de confrontação porque não é do meu feitio nem é da minha formação, eu queria dizer que o que está aqui em causa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece-me, salvo melhor opinião, é este dilema: saber ganhar e saber perder. Pela nossa parte penso que temos feito tudo para sermos dignos da última vitória que vem juntar às outras vitórias que temos conseguido nos actos eleitorais que são a expressão genuína da democracia.

Espero que a oposição e, nomeadamente o Partido Socialista, saiba assumir a sua condição de não excluído, mas de derrotado. Há uns que são bem falantes aqui dentro, isso é um facto, que se aproveitam da transmissão em directo, e há outros que aqui e lá fora, no dia a dia, procuram ser pessoas que trabalham e que cumprem. Parece-me que é importante recordar aqui o «Triunfo dos Porcos», de Orowel. É que, aqueles que perdem, e aí ele que era socialista falava do socialismo, parece que tem de arranjar sempre uma justificação para a sua derrota. Eu percebo essas justificações que têm vindo da vossa bancada, mas da minha parte e do Grupo Parlamentar a que pertença, não as aceito porque aqui directa e indirectamente e em apartes — e ainda recentemente a Sra. Deputada Conceição Bettencourt dizia num aparte que isto era uma maioria acéfala — nós somos pessoas, pensamos, agimos e decidimos pela nossa cabeça. Não admito, repudio, protesto, não posso tolerar essa afirmação.

O Sr. Deputado Martins Goulart acabou de dizer que tinha liberdade para criticar, e essa liberdade ninguém a contesta. Ele tem-se exibido com os seus dons oratórios outros não terá, mas tem-se exibido «urbi et orbe» aqui nesta Casa. Outros não tem, mas nós temo-los, mas não é isso que está em causa. Antes do jantar, o mesmo Sr. Deputado Martins Goulart, que agora diz que tem liberdade, dizia que vivia oprimido, que tinha vómitos, que era um fantoche, e que não queria ser menino do coro porque implicitamente nos tratava como meninos do coro. Da minha parte . . .

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

. . . o Sr. Deputado falou, eu ouvi, portanto, o Sr. Deputado agora escuta. O Sr. Deputado implicitamente ao di-

zer que não queria ser menino do coro alcunhados ou pretendia que este Grupo, que tem a confiança da maioria do Povo dos Açores, fosse tratado como sendo «meninos do coro». Da minha parte e da parte destes 30 Deputados, eu não aceito isso, nem de si nem de ninguém. Isto é uma atitude democrática e de respeito pela minha pessoa, pela vossa pessoa e pela pessoa de todos os que aqui estamos. Portanto, Sr. Deputado, que também se dizia antes do jantar afrontado por um regime perverso, acho que na anterior legislatura e nesta os Deputados do Partido Socialista e o Sr. Deputado do CDS, terão como tiveram da nossa parte toda a consideração e todo o respeito. Penso que podemos ter ideias divergentes, é normal, é natural em democracia, mas só é possível em liberdade. Da nossa parte há esse respeito, penso que não será demais exigir-vos a retribuição.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para mais um contraprotesto. Srs. Deputados eu, evidentemente, a Mesa da Assembleia não vai, como nunca o fez, impedir o uso da palavra mas põe à consideração dos Srs. Deputados que efectivamente isto não é uma mera esgrima verbal.

Eu não quero de maneira nenhuma desmerecer tudo o que tem sido aqui proferido, nem quanto ao valor substancial do que se tem dito, mas nós sabemos pelo nosso conhecimento da natureza humana e portuguesa e até regional que o culto do verbalismo existe, é talvez uma herança da nossa cultura. De maneira que me permitia pedir aos Srs. Deputados que se coibissem de estarmos num perpétuo móbil de palavras que não vai adiantar nada, salvo melhor opinião, para o resultado desta sessão que é a aprovação ou não aprovação do Programa do Governo.

Pedia, portanto, aos Srs. Deputados a necessária calma para que ressalvadas as intervenções a que têm direito para eventual desafrento pessoal ou dos agrupamentos políticos a que pertencem ou até das ideologias que defendem, por favor não excedam estes limites sob pena de nós estarmos, sem vontade disso, a preverter o nosso debate parlamentar porque, efectivamente, penso que é perfeitamente possível com as divergências de opinião que têm expressão nos grupos que aqui se encontram, chegar-se a uma conclusão que de maneira nenhuma será unânime escapando por esforço nosso a este debate que acaba por ser mais individual do que propriamente entre forças políticas.

Peço desculpa desta observação. Ela destina-se apenas a trazer a este debate um esforço de objectividade e realismo até, atendendo às horas que são e tudo o mais. Dentro destas condições e sem que isto, de maneira nenhuma represente remoção para ninguém eu dou a palavra ao Sr. Deputado para mais um contraprotesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Primeiro ponto, sabemos perder; Segundo ponto, se somos ou não bem falantes também cabe ao Povo dos Açores julgar essa qualidade ou defeito; Terceiro ponto, estamos perfeitamente desconhecidos das horas de transmissão, isso não nos persegue, parece que preocupa muito o Grupo Parlamentar do PSD e, portanto, é óbvio que no vosso subconsciente andais perseguidos pelo fenómeno da Comunicação Social. O Grupo Parlamentar do PS, obviamente a isso não dedica qualquer atenção.

Quanto ao «Triunfo dos Porcos» e pela carga política que essa obra representa que não é tão simples como o Sr. Deputado pretendeu utilizar, particularmente, talvez pelo sensacionalismo do título, nós não tivemos qualquer triunfo.

Quanto à liberdade de criticar, obviamente exercemo-la, exercemo-la de uma forma clara e simples, mas mais vos digo, é que o nosso trabalho não é só de críticas e vou apresentar mais uns factos.

Foi este pequeno grupo ou um outro um pouco maior, tinha só mais 2 Deputados, que durante a I legislatura apresentou mais projectos de Decreto Regional dentro do Parlamento. Trabalhamos, Sr. Deputado, em condições de muita dificuldade em que a afectação permanente nos foi finalmente concedida, permitia a cinco pessoas desse Grupo Parlamentar dispersas por ilhas, tentassem fazer um trabalho de oposição a um Governo e ao mesmo tempo produzissem legislação útil. O que nos ligava, era um telefone que, como já disse noutra ocasião e noutra legislatura, deve ter uma conta muito grande, que nós desconhecemos porque temos medo de saber quanto é que lá está. Nunca soubemos mas deve ser enorme. Não deve ser maior do que os outros telefones do Governo Regional e do Grupo Parlamentar do PSD, isso não nos interessa porque é um assunto secundário, mas pensamos que esse assunto é uma conta a não existir, permitiria deslocar os Deputados às ilhas que eles não conhecem, permitiria despesas muito mais justificáveis, trabalho parlamentar muito mais útil. Nós dispensaríamos perfeitamente o telefone e do encargo que ele representa para o Povo dos Açores. É um problema que tem que ser resolvido, mas vejamos o drama dum oposição que tem a ligá-la um telefone que, geralmente não liga, o tal serviço telefónico que é um problema que cabe ao Governo Regional ter uma palavra para colaborar na sua resolução.

Não sei se tenho dotes, se tenho muitos defeitos. Gostaria que, quando falasse do dote, também indicasse o defeito e que isso não ficasse reservado para sessões de esclarecimento.

Quanto à opressão, Sr. Deputado, isto não significa que formalmente alguma vez nos foi retirada a palavra. O facto de nos sentirmos oprimidos é uma reacção de grupo pela dificuldade de condições de trabalho que nos foi imposta pela regra da maioria, isto é, a maioria que podia perfeitamente ter evitado exercer a opressão sobre a oposição Regional, que poderia ter evitado conduzi-la no fenómeno político institucional da Região, que podia ter evitado exercer tutela sobre a oposição, reconhecendo-lhe tão somente possibilidade de trabalhar, integrada em Comissões com o Partido da maioria ou então dizendo enquanto estais nas vossas ilhas poderia fazer o vosso trabalho, isto é, os que estão afectos ou os que não estando afectos regressam às suas profissões não tendo muito tempo para desempenhar o seu mandato, eu acho que de facto esta é uma maneira de oprimir a oposição, o que não significa que foi coarctada alguma vez a liberdade de expressão dum parlamentar no plenário desta Assembleia ou nas suas Comissões.

Quando eu neste discurso e há pouco falava de estarmos afrontados por um regime perverso, espero que a palavra não choque muito, é carregada de uma forma demasiado forçada mas pensamos de facto que se não é perversão é

subversão das normas usuais num regime democrático em que as condições de igualdade e, parafraseando o Sr. Presidente do Governo Regional disse ontem que «a maioria é tão importante como a minoria», seria de facto um passo dado em frente no sentido da consolidação do regime democrático se, por essa razão, também usufruisse a oposição dos mesmos meios que a maioria para poder exercer o seu mandato.

Presidente: O Srs. Deputados pretendem pedir esclarecimentos, protestar? Eu não queria repetir aquilo que disse há pouco, mas dou por reproduzido o que disse.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): O Sr. Presidente fez um apelo. Todos os Deputados ouviram mas, na realidade, de duas, uma posição temos que tomar: ou mantemos uma réplica permanente àquilo que vem aqui sendo dito, e esta é uma posição que nos leva pela noite fora.

Eu preferia evitar essa posição, mas só o farei se da bancada socialista terminarem as referências que eu considero perfeitamente despidoras a alguma da nossa acção, reserve-me e desde já para uma intervenção em que procurarei dar conta das notas que fui colhendo.

Preferia não roubar tempo agora, mas, claro, isso só será possível se de facto nós podermos estancar este caudal de afrontamentos que vimos recebendo. Teríamos resposta, mas julgamos desnecessário. Preferimos ficar por aqui.

Peço, no entanto, a palavra para se continuarem de facto os debates no estilo que vimos mantendo.

Presidente: Bem, Srs. Deputados, eu julgo que chegámos a uma altura tal neste jogo de protestos e contraprotostos que tem sido permitido pela Mesa do que é norma, ou do que foi norma, pelo menos na última legislatura. Chegámos a um ponto tal que quem fizer um esforço de objectividade, reconhecerá que já há muito tempo não se está aqui a fazer outra coisa senão repetir o que já se disse.

Penso que se alguém que objectivamente esteja a seguir este debate, já terá encolhido os ombros, porque sinto perfeitamente que há um tempo para cá o que tem havido é uma série de repetições. Eu penso, portanto, que posso fazer um apelo a toda a Assembleia aqui reunida no sentido de pormos um ponto final a este jogo de protestos e contraprotostos que, quanto a mim, já teria entrado numa fase de desagregação e que reecemos continuar realmente com o debate procurando reduzir ao mínimo aqueles casos, afinal a que o Regimento se refere, aquelas casos em que houver um motivo objectivo em que a pessoa, o Grupo, a ideologia se possam considerar atingidos por qualquer referência aqui feita. Assim sendo, agradeço ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida, a sugestão que fez e que ajudou a Mesa a desbloquear uma situação que se estava a eternizar e que, efectivamente, talvez até a cansar um pouco.

Tenho ainda uma inscrição do Sr. Deputado Carlos Mendonça. O Sr. Deputado Renato Moura também pedia a palavra para uma intervenção.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu estou efectivamente de acordo com a opinião da Mesa e aliás quando há bocado fiz aqui algumas referências que não pormenorizei, nem as pormenorizarei agora pela simples razão que entendo que o que está em debate é o Programa do Governo, e é isso que aqui queremos ver

realmente debatido.

O repto que foi lançado da bancada do Governo era no sentido de que fossem feitas propostas alternativas há tão longo tempo anunciadas e é por isso que aqui queremos ver discutido é o Programa do Governo. As outras questões em qualquer tempo, em qualquer oportunidade, poderão ser referidas. Nessa altura, não furtarei a esclarecer não o Sr. Deputado porque ao fim e ao cabo estou esclarecido mas até os novos Deputados desta Assembleia para determinado tipo de comportamento e para determinado tipo de acções mesmo ao longo dos trabalhos das Comissões onde já estão programadas visitas às ilhas, acerca das quais tem referências muito interessantes que certamente muitos gostariam de conhecer, mas o que está em debate é o Programa do Governo Sr. Deputado e mesmo que o Partido Socialista nos queira afastar dele nós não queremos que isso se faça.

Presidente: O Sr. Deputado Daniel de Sá tem a palavra para uma segunda intervenção.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Vou aproveitar a sugestão do Sr. Deputado Pacheco de Almeida, corroborada pela Mesa, para precisamente usar do meu tempo na segunda intervenção a faculdade de fazer o que poderiam ser alguns protestos pontuais. O primeiro será quanto à fricção, deixem-me passar o termo, que se produziu na bancada do Partido Social Democrata e os protestos que houve nesse sentido de repudiar o que foi dito, de que havia caciques que de facto orientaram o voto popular. Para descer a casos concretos lembro que a pessoa que fez o PSD ganhar na Ribeira Chã as primeiras eleições, fez ganhar o CDS praticamente com a mesma percentagem nas segundas e voltou a fazer ganhar o PSD nas subseqüentes.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

Na Maia, há uma alternância democrática bastante saudável, bastante equilibrada e que, portanto, não se pode falar em caciques.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

Bem, isso é uma interpretação. É a questão de ver o número de eleitores que há na Maia e como a que tem flutuado e as célebres histórias que andam metidas no meio disto tudo, que nós lá é que sabemos e o Sr. Presidente concertiza conhece muito bem a Maia, inclusivamente já fez a descoberta da praia da Maia que nunca se lembrou dela antes. Lembro também que na Lomba da Maia o CDS ganhou, a mesma pessoa fez o PSD voltar a ganhar; nos Fenais da Ajuda ganhou o PSD, as mesmas pessoas fizeram ganhar o CDS e agora voltaram a fazer ganhar o PSD. É um fenómeno que pode não se chamar de caciquismo, mas tem uma interpretação psicológica democrática bastante dúbia.

Quanto a aqui se ter concluído que o Povo Português era anti-democrático, isso segundo o Sr. Deputado Borges de Carvalho um pouco ironicamente por ter votado AD, lembro-lhe que a maioria, mais de 50% por acaso não votaram AD. Além disso o Grupo Parlamentar do PSD protesta solenemente sempre quando se diz que são de facto, não sei como lhes hei-de chamar porque os termos podem ofender, os porta-vozes do Governo Regional. Alguém lhes chamou «fantoques» uma vez interpretaram uma intervenção minha aqui como lhes chamando de «fantoques». Não queria dizer

tanto mas talvez fosse como espécie do Teatro de Arte em que se dava o tema, o assunto e os autores tinham nada mais do que a liberdade de inventar ou de improvisar umas determinadas coisas sem fugir muito ao tema. Ora bem. Além disso, noto uma coisa interessante e desculpe-me o Sr. Presidente do Governo Regional, não sei ao que deva atribuir hoje a sua falta dos seus habituais gestos. Será demasiada convicção ou sente-se algo vencido ou não quer dar a ideia que de facto manipula o seu Grupo Parlamentar? Acabaram o que poderiam ser possíveis protestos e então passo ao tema fundamental da minha segunda intervenção.

Não há dúvida de que o programa em análise seria um bom texto para um comício eleitoral. Se me perguntarem se eu desejo ver construídos portos e aeroportos satisfatórios em todas as ilhas, se os quero ver apetrechados convenientemente; se quero ligações frequentes entre todas elas e o resto do mundo; se quero ver a SATA viabilizada, terei, forçosamente, de dizer que sim. Estamos de acordo neste ponto. Mas só posso acreditar nisso por um milagre que infelizmente, decerto não se verificará! A não ser que um «Deus ex maquina» qualquer, em desuso desde as velhas tragédias gregas, venham dar vida a algo que não morreu sequer porque jamais existiu.

Diz-se por exemplo que se vai, e cito, «apoiar o transporte inter-ilhas, na sequência das acções já iniciadas». Que acções foram essas? O deixar apodrecer as lanchas do Pico ou reduzir a praticamente só o Ponta Delgada a sobrevivência dos transportes marítimos do Arquipélago?

Viabilizar a SATA, como? Despi-la de despesas supérfluas, talvez. Ninguém poderá pensar que, numa região como a nossa, de população tão dispersa, haja qualquer companhia de transporte aéreo, ou outro que seja viável. Basta pensar que sem grande lucro percentual quanto aos capitais das empresas as grandes companhias aéreas estrangeiras têm uma média de 20 funcionários por avião. A proporção da SATA, todos a conhecem. E as estruturas básicas de um aeroporto (humanas e outras) não variam sensivelmente, quer seja para um voo semanal quer para vários em cada dia. Logo as despesas nunca poderão relacionar-se razoavelmente com a quantidade dos serviços prestados. O que está em causa, portanto, é a qualidade; e essa é que é preciso garantir. Mas não se diz como.

E os transportes terrestres? Sei que são o caos em algumas ilhas. Sei que se tem dado subsídios a certas empresas que são um autêntico prémio à incompetência que as torna inviáveis economicamente. O Sr. Presidente do G.R. tinha falado numa reunião da C.A.E.F., da moralização do processo. Creio que não foi feito ainda. Prefiro estar enganado.

Portanto, que tipo de confiança nos é pedido para um programa tão vasto, de boas intenções feito, mas utópico? Melhor seria assentarmos pés no solo da nossa realidade, do que encher de esperanças populações inteiras. Seria mais realista pormenorizar o que se pretende fazer nos próximos quatro anos, enunciando e ordenando em seguida, as carências prioritárias a que o Governo iria chegando, se possível e quando possível.

Quanto à energia, cria-se uma fácil ilusão. Os nossos recursos hídricos são mais paisagísticos do que de possível rentabilidade na produção de electricidade. Dizem-no os té-

cnicos, e eu, não sou, limito-me a crer na palavra deles. Também aqui preferia estar enganado.

A geotermia é uma realidade. Oxalá que, as dificuldades naturais e as possíveis deficiências da execução do programa não a transformem num Eldorado, um pouco à semelhança do que vai sendo, por exemplo o turismo que tão pouco se vê.

Mas ter-se-á pensado nos custos da geotermia, nas implicações técnicas do seu aproveitamento, só justificável ou rentável em termos de consumos relativamente elevados? Segundo sei, infelizmente, não será tão cedo que o desenvolvimento da maior parte das ilhas permitirá o aproveitamento geotérmico. É pena, para que menos nos preocupassem as flutuações do petróleo mas da geotermia já se fez a propagação suficiente com uma inauguração solene e benção religiosa do Sr. Delegado do Sr. Bispo que depois o Sr. Bispo foi convidado a uma benção naturalmente mais solene para que tenhamos uma electricidade mais purificada.

Quanto ao Turismo que merecia de facto uma intervenção talvez mais pormenorizada confesso que o programa me parece tão vazio de conteúdo nesse aspecto que como é impossível comentar negativa ou positivamente o vazio me abstenho de fazê-lo embora de facto gostasse de o fazer com única experiência da matéria que me dá o ter de o estudar dentro das minhas possibilidades de Deputado Regional que tenta fazer o mínimo ou o máximo que lhe está ao alcance.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Américo Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falou o Sr. Deputado sobre o aproveitamento dos recursos hídricos e concedeu-nos o beneplácito da dúvida. Eu dir-lhe-ei que no programa do Governo aponta-se para o aproveitamento de todos os recursos naturais no campo da energia, de modo a minimizar a nossa dependência do exterior no que concerne ao petróleo. E é dentro deste esquema, que nós prevemos aproveitar tudo aquilo que se refere à energia hídrica, mesmo que esses investimentos se manifestassem noutras alturas como investimentos inviáveis sob o ponto de vista económico. Neste momento, com a crise energética, eles são perfeitamente concretizáveis e mostram-se necessários ao aproveitamento conjugado das fontes de energia que nós aqui temos.

Quanto ao projecto geotérmico, esse está em marcha. Já aqui foi dito pela bancada do Partido Social Democrata que ele, ao fim e ao cabo, veio desfazer algumas dúvidas nebulosas e que, sobretudo, da parte da oposição foram lançadas sobre esse projecto e até dos técnicos que nele trabalhavam, e permitiu assim, apesar de ser uma ciência nova, vir dar algumas esperanças à Região Autónoma dos Açores e sermos como que os pioneiros, no todo português, desta nova energia. O processo está ao dispôr, não só dos técnicos do Governo Regional que nele trabalham, mas também dos Deputados da oposição que por via das Comissões que participam, Comissões Parlamentares, podem pedir esclarecimentos e obter certas respostas adequadas às dúvidas que porventura possam ter.

Temos visto que da parte do Governo tem havido a ne-

cessidade de avançar nestes projectos, não da forma como muitas vezes a oposição queria empurrando-nos para soluções utópicas, mas com os pés assentes no chão, com a calma necessária que projectos desta natureza exigem para que os resultados sejam aqueles que nós vimos.

As inaugurações que foram feitas, essas não nos movem as críticas que o Sr. Deputado fez porque elas são naturais e além disso resultam ser um facto novo na nossa vida que merece ser assinalado, não só pela parte do Governo mas também por parte de todos aqueles que se orgulham de defender o desenvolvimento desta Região, e entre os quais concerteza eu incluo o Sr. Deputado. Por isso mesmo, quanto às incertezas que possam vir a ser levantadas no campo energético, essas podem ser devidamente conhecidas através dos meios que o Parlamento dispõe e mesmo a oposição através dos requerimentos e através das sessões conjuntas que são feitas nas Comissões com os próprios membros do Governo e, portanto, da minha parte nunca recusarei a qualquer esclarecimento desta natureza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Em todo o Programa do Governo se assiste à defesa integral dos valores da «Família».

Penso que a saúde é o mais importante desses valores a defender. A melhor tarefa a encetar para a sua preservação e manutenção traduzir-se-á numa eficiente actuação preventiva da mesma.

Só através da existência dos necessários meios humanos e técnicos tal poderá suceder.

Acontece que, a Ilha Graciosa, pela qual sou mandatário, há mais de três anos que não possui um único médico residente, tendo vindo a desempenhar as tarefas desse sector as equipas médicas do serviço à periferia que, anualmente, permanecem na minha ilha.

Além da inegável competência, dedicação e carinho que os componentes das mesmas têm demonstrado para com a população daquela ilha, parece-me desnecessário demonstrar as múltiplas vantagens que advêm da existência de, pelo menos, um médico residente na Ilha Graciosa.

Contudo, sei que não é ponto de solução tão linear quanto possa parecer, sem que me inibe de afirmar que para um assunto de tal gravidade todos os esforços deverão ser encetados.

No entanto, enquanto esta justa pretensão não tiver resposta, e mesmo para além da sua concretização, pretendo que o Governo se pronuncie sobre as hipóteses que vou muito sucintamente apresentar:

— Qual o motivo porque não se providencia a ida à Ilha Graciosa, pelo menos uma vez no ano, de um médico especialista de: pediatria, ortopedia, cardiologia, ginecologia ou outras especialidades do ramo, uma vez que nos últimos quatro anos a ilha apenas foi objecto de duas visitas de cada uma das especialidades respectivamente de oftalmologia e otorrinolaringologia?

— Será que uma iniciativa desta natureza, e tendo em atenção o quanto representaria em benefício para toda a co-

munidade da ilha, irá colidir com os princípios consignados no Programa do Governo (pág. 44), e nessa óptica estará o Governo a cercear a liberdade dos Exmos. clínicos, com uma rápida deslocação de dez a quinze dias por exemplo sendo toda uma comunidade altamente afectada por tal respeito?

— Será uma medida desta natureza uma vez tomada, vista num prisma de totalitarismo?

— No campo dos meios de diagnóstico, pretendia que me fosse respondido qual o motivo porque já há três anos se falou em especializar duas pessoas daquela ilha uma em radiologia e outra em análises, as quais posteriormente viriam a desempenhar as suas tarefas no Hospital Concelhio de Santa Cruz da Graciosa e até hoje tal não sucedeu?

Todos são conhecedores do quanto é difícil ultrapassar pequenos problemas fora do nosso «habitat» e mais concretamente para quem chega pela primeira vez, a um meio como por exemplo Lisboa, Porto ou outra cidade que possua efectivamente capacidade para dar resposta às pessoas com problemas de saúde que a eles têm que se deslocar.

Infelizmente, muitas são as pessoas que no dia a dia têm de se deslocar a esses meios.

Também todos conhecem que a maioria dessas pessoas, que têm de efectuar tais deslocações, são aqueles para quem aquilo que nos pode parecer muito fácil, para as mesmas é de difícil resolução.

Nesta linha de pensamento, como encara o Governo a hipótese da criação de uma delegação ou secção da Secretaria dos Assuntos Sociais em Lisboa, devidamente estruturada, de modo a apoiar os doentes que aí se terão de deslocar, tendo em vista toda uma vasta gama de circunstâncias, que passam pela sua condução aos locais de destino, auxílio na terrível burocracia dos hospitais, informações sobre tratamento e outros assuntos que se prendem com a sua deslocação?

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madru-ga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Daniel de Sá, na sua intervenção, referiu-se a alguns aspectos que se prendem com o sector dos transportes e do turismo, deixando no ar algumas interrogações que me parece que carecem de alguns esclarecimentos.

É evidente que este Programa do Governo traça linhas que respeitam ao problema dos transportes na Região e também ao problema do turismo e que muitas delas vêm no seguimento da acção que o Governo, desde há quatro anos a esta parte, vem desenvolvendo no sentido de melhorar, e conseguiu melhorar consideravelmente o nosso sistema de transportes, não só nos transportes terrestres mas também os transportes marítimos.

Gostaria de deixar apenas como apontamento, o seguinte: Como pensa o Sr. Deputado Daniel de Sá que as pequenas empresas de iates, que escalam os portos das ilhas do Grupo Central, se têm mantido ao longo destes 4 anos? Como pensa o Sr. Deputado Daniel de Sá que a Empresa das Lanchas do Pico tem conseguido manter a sua frota minimeamente capaz? Mais ainda: Como pensa o Sr. Deputado

Daniel de Sá que em 4 anos se tenha reformulado consideravelmente a frota dos transportes terrestres que ligam as freguesias de todas as ilhas desta Região inclusivamente com a criação de algumas empresas nas ilhas da Graciosa, Santa Maria e Flores, com o apoio à reconversão e à renovação da frota em S. Miguel, na Ilha do Pico e na Ilha do Faial? Como pensa, finalmente o Sr. Deputado Daniel de Sá que se tem conseguido criar sistemas de segurança nas estradas e de maior conforto para o utentes de camionagem ao longo destes 4 anos?

Passando ainda, no campo dos transportes, aos aspectos que se referem à transportadora aérea regional, pois é fácil apontar que a companhia A ou B, a nível internacional, dispõe de 20 empregados por avião. O que é certo, é que naturalmente poucas companhias de nível internacional, sobretudo aquelas que o Sr. Deputado se querera referir, dispõem de um sistema de escalas como dispõe a transportadora aérea regional. É facto que se poderá pensar que a SATA dispõe de um número de funcionários realmente elevado. O que é certo, é que a SATA se defronta com um sistema de escalas que tem que garantir, não só a comunicação e a intimidade entre todas as ilhas das Região, mas também tem que assegurar ligações para o exterior, o que até agora fazia em três aeroportos o que, a contar com essas ligações que se processam desde as 5 horas da manhã com a abertura dos aeroportos às 3 horas da manhã e que fecham às 8 e 9 horas da noite, penso que o respeito pela lei laboral, indica, obriga a que se processe horário de turnos que doutra forma não se conseguiria resolver a contento e com um serviço minimamente de qualidade capaz àquilo que é exigido a uma companhia desta natureza.

Finalmente, o Sr. Deputado Daniel de Sá fez algumas referências ao programa que diz respeito ao sector do turismo. Eu remeteria o Sr. Deputado para a leitura da pág. 71 do programa do Governo, e a pág. 40 do programa apresentado pelo Partido Socialista e que verificasse onde está o vazão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para uma intervenção.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fátima Oliveira): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não posso deixar de me congratular por, pelo menos, algumas vezes a oposição se encontrar em sintonia com o Governo Regional e com a maioria Parlamentar desta Assembleia e com as suas preocupações. Porque na realidade quando há pouco se dizia que é muito bonito dizer, fazer portos, aeroportos, hospitais e fixação de pessoal, praticamente que se acusava o Governo Regional de tal. O que de facto é que nós vimos a acção do Governo Regional desenvolvida ao longo destes 4 anos consagrada nas propostas que eram apresentadas ao eleitorado açoriano até ao dia 5 de Outubro do corrente ano.

Em relação às questões que me foram postas, pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, devo dizer-lhe como aliás reconheceu que é extremamente difícil a fixação dos médicos nos seus respectivos lugares. Para isso vem o Governo enviando esforços no sentido de criar melhores condições de trabalho dentro dos hospitais e é assim que o Sr. Deputado pode ver que, durante estes 4 anos, o hospital da Graciosa

foi equipado com um aparelho de Raio X já com uma certa capacidade, com um laboratório e outro equipamento que até aqui não tinha.

E isto, respondendo directamente à sua questão de técnicos auxiliares de Raio X ou auxiliares de diagnóstico, devo dizer-lhe que também é preocupação do Governo Regional essa situação. A culpa nem sempre cabe ao Governo na medida em que nós temos que submeter-nos na formação de quadros às regras nacionais. Foram extintos os técnicos auxiliares e no entanto não foram criados cursos senão bem recentemente e como o Sr. Deputado deve saber, imediatamente o Governo Regional, embora com um tempo limitadíssimo, informou os hospitais para informar devidamente as pessoas.

Dado o número de pessoas que concorreram a esse curso que se vai iniciar dentro em breve em Lisboa e cujas primeiras provas se prestam no próximo sábado em Angra do Heroísmo. Portanto, esta é uma preocupação nossa, não só a formação de técnicos para os meios auxiliares de diagnóstico como também em outras áreas que dizem respeito à saúde pública e não só.

Queria também referir que quanto às deslocações dos médicos especialistas, essa é uma grande preocupação do Governo Regional. Como frizou, realmente, já um oftalmologista e um otorrino se deslocaram à Ilha Graciosa durante o último ano, salvo erro. Apenas, também, se esqueceu que há pouco tempo e numa acção que vimos a desenvolver no sentido de criar aos médicos à periferia que estão isolados nas ilhas que têm menos possibilidade de contacto com outros meios de tratamento mais evoluído, nós fizemos deslocar durante uma semana o Dr. Jorge Monjardino que lá esteve e que também, ele próprio, deu consultas na Ilha Graciosa. Isto é pouco, mas na realidade é o que ainda nos é possível porque há uma mentalidade que na realidade é preciso transformar.

Há uma grande diferença, há um grande espírito de colaboração que me apraz aqui registar e que espero venha a incentivar cada vez mais. Esse tem sido um esforço, simplesmente, é preciso lembrar que a deslocação desses médicos não se pode de maneira nenhuma, limitar à Ilha Graciosa, e temos na Região apenas um ginecologista, um pediatra e em oftalmologia e estomatologia também estamos bastante carecidos. No entanto, diligências estão sendo levadas a cabo no sentido de trazer médicos especialistas para a Região e temos algumas perspectivas nesse campo.

Quanto à possibilidade da criação duma Delegação da Secretaria em Lisboa gostaria de dizer que essa é uma preocupação do Governo Regional e que já no último ano os subsídios de deslocação foram aumentados de 200 para 600\$00. Tentamos implantar um serviço de recepção aos doentes que não tem dado os melhores resultados, mas isso não tem feito parar. Hoje mesmo, estão em reunião em Ponta Delgada responsáveis por esses serviços para estudarmos a reestruturação dos serviços que já estão montados em Lisboa na Casa dos Açores e que na realidade não correspondem àquilo que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais quer que seja o serviço de acolhimento de doentes em Lisboa.

Tenho ainda a informar que foi comprada pelo Gover-

no Regional uma carrinha que transporta os doentes ao hospital, são ainda procuradas pensões e marcadas as consultas através desses serviços. Tem ainda muitas deficiências, é um serviço ainda em embrião, mas ao qual o Governo Regional está a prestar a melhor da sua atenção dentro da multiplicidade dos problemas do campo da saúde que ele tem que resolver e tem que resolver continuamente porque estes problemas nascem dia a dia e multiplicam-se dia a dia.

Não sei se na realidade deixei algum aspecto por responder. Queria apenas dizer que é tão grande a nossa preocupação no atendimento dos doentes que, se o Sr. Deputado se bem se lembra, há bem pouco tempo foi criado a nível Região uma assessoria técnica que pretende fazer com que os nossos doentes que até aqui eram obrigados a deslocar-se a Lisboa serem submetidos a uma assessoria técnica que não os atendia em casos graves, que não tinha capacidade de resposta no nosso País por falta de especialidade ou por incapacidade das estruturas oficiais e temos criado essa assessoria técnica que nos tem permitido, em casos graves absolutamente documentados, enviar os doentes directamente ao estrangeiro quando tal se torna mister. Estas são acções que se têm desenvolvido muitas vezes no silêncio e das quais apenas têm conhecimento aqueles que, infelizmente, têm necessitado de usufruir delas.

Presidente: O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista acaba de me fazer chegar às mãos, nos termos do artigo 166. alínea e) um texto com uma moção de rejeição do programa do Governo.

Vou passar a ler o texto:

(Foi lido)

O projecto de moção foi lido, o tratamento regimental deste projecto está como já referi no artigo 166. alínea e) das novas disposições regimentais. Ele deu entrada antes do encerramento do debate, sem prejuízo deste. O seu cabimento é perfeitamente correcto, não dá lugar a um novo debate, apenas se enquadra no debate que ainda não terminou e que vai entrar nas declarações finais, o que teremos de fazer, portanto, é depois das intervenções finais por esta moção à votação. Se for aprovada o objecto desta parte da ordem do dia estará cumprido. Se for reprovada teremos que votar seguidamente a aprovação do Programa do Governo.

Não havendo assim mais intervenções senão as finais vamos passar pois à fase realmente final deste debate.

Na fase final deste debate será necessariamente dada a palavra ao Sr. Deputado do CDS, ao Deputado que for entendido representar o Partido Socialista, ao Deputado que for entendido representar o Partido Social Democrata e, finalmente, ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Qualquer representante de um dos três Partidos poderá usar da palavra por um período que vai até 30 minutos.

O Sr. Presidente do Governo Regional não tem limite de tempo para o uso da palavra.

Queria ainda esclarecer que, apenas para elucidação dos Srs. Deputados, haverá uma cobertura televisiva destas intervenções finais que não poderá provavelmente assegurar a cobertura integral das mesmas. A indicação que a Mesa tem é que existe apenas um video-tape que dará apenas para uma hora. Deixo isto, portanto, à consideração dos Srs. Deputados intervenientes e, naturalmente, ao Sr. Presidente

do Governo Regional.

Assim sendo, eu passo a dar a palavra para a intervenção final do debate ao Sr. Deputado Fernando Monteiro do CDS.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

No uso dos direitos que me são conferidos pelo Regimento desta Assembleia venho no fecho desta jornada parlamentar expressar o meu voto sobre o Programa do Governo Regional.

Antes porém permita-me V. Exa. desabafar que estou cansado de estar sentado, que estou cansado de estar calado. Mas, e acima de tudo e passando à parte mais solene desejo felicitá-lo pela peça oratória proferida na abertura solene desta segunda legislatura que reflectiu grande maturidade política, muito ampla lucidez sobre a Região e profunda açorianidade, virtudes que considero ornamentarem a personalidade de V. Exa..

Desejo especialmente saudar os pares do Partido Socialista pela maneira como souberam usar a sua condição de oposição activa, bem personalizada, bem tocada por um sentimento de resistência e coragem perante forças maioritárias desta Câmara, sem na defesa da sua dignidade ofenderem a dignidade dos opositores.

Saudar também a bancada do Partido Social Democrata apesar da sua hipertrofia numérica parlamentar soube ser independente e livre na apreciação do Programa do Governo que é da sua responsabilidade partidária o que me abre o ensejo de pensar numa fácil convivência humanista nesta Câmara. Aqui cabe uma palavra especial ao Sr. Deputado Frederico Maciel pela consideração que expressou na sua intervenção relevando o papel útil da crítica da oposição. Desejo saudar todos os Açorianos que com os olhos postos nesta Assembleia esperam que usemos toda a nossa capacidade parlamentar para resolver os graves problemas que os envolvem no dia a dia e que do voto de esperança lançado nas urnas em 5 de Outubro recebam os melhores frutos do seu acto cívico.

Saudarei finalmente todos os cidadãos dos Açores que não tendo ido às urnas por abstencionismo deliberado ou por opção noutras forças políticas democráticas não presentes se sintam cada vez mais representados neste Parlamento escolhendo dentro das opções políticas que aqui forem claramente definidas até ao termo do nosso mandato querendo assim assumir uma posição mais presente no terceiro sufrágio legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também tenho uma inquietação de consciência.

O que eu como Deputado, felizmente debutante, assisti hoje não me agrada nem de longe nem de perto.

O esclarecimento da verdade, custe o que custar, tem que ser feito em diálogo sereno e não em exaltação mesmo que represente cedências às minorias.

No fim de todo este inesquecível debate de que eu me julgo lesado por não ter sido devidamente esclarecido fiquei na mesma ou mais pobre sobre o que se passou em tempos passados ao longo da I Legislatura sobre o Estatuto de Autonomia e fiquei mais descrente na possibilidade da conjun-

gação das decisões nos problemas, mais céptico no que respeita ao pluralismo de opiniões desta Câmara.

Considero que não custa nada reconsiderar, entre as partes e sempre que necessário, por meio de diálogo.

Considero que algumas derrotas poderão ser mesmo grandes vitórias para o nosso povo.

Faço votos que presida nesta Casa cada vez mais a simpatia mútua, a humildade, a tolerância e que a discussão seja a luz para melhor decidir os destinos do Povo Açoriano.

O Governo Regional sai hoje desta Assembleia com uma responsabilidade redobrada, vergado por um documento que tem continência de ideias e propósitos ao qual falta porém bastante de conteúdo em projectos, orçamentos e cronogramas.

E o conteúdo é muito, mesmo para as fracas forças técnico-humanas pelo que eu conheço actualmente.

Faço votos que os políticos que agora têm um mandato na mão mais real do que o «cheque em branco» já falado nesta sala com outra intenção e que o eleitor lhe deu, assumam com humildade a decisão de chamar todos os açorianos, trabalhadores e técnicos na participação deste grande edifício açoriano que é o futuro do seu povo para que aqui mesmo na Região daqui a 4 anos vivamos todos uma vida melhor.

Mais satisfeita e justa.

Mais humana e feliz.

Finalmente, e estando feita livremente a apreciação do documento do Governo Regional dou o meu voto livre e consciente ao Programa do Governo por não ver nele nada que prejudique a Região e a Autonomia recentemente consagrada em lei.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários :

Acaba o Partido Socialista de apresentar nesta Câmara uma moção de rejeição ao Programa do II Governo Regional dos Açores.

Para alguns poderá parecer um simples exercício académico de um direito que a democracia nos confere. Não o é tão somente. É o exercício de um direito fundamentado em razões.

Sabemos que a nossa minoria e com uma previsão clara do resultado da opção maioritária desta Câmara, não conseguirá levar em frente a opção que tomámos. Isso não nos impede de assumir integralmente as razões que nos assistem para fundamentar o projecto agora entregue. Aliás, o rumor que parece ter sido despoletado pelo nosso acto e iniciativa não tinha grande duração na medida em que este Grupo Parlamentar, por razões menos evidente, depois de uma eleição semelhante à de 5 de Outubro mas em 1976, votou um voto de confiança ao Governo Regional que, à priori, parecia não necessitar do aval expresso da maioria da Câmara de então. Por isso, estamos à vontade, por isso ninguém é incoerente nesta Câmara, por isso assumimos integralmente a responsabilidade do nosso acto. Vamos fundamentá-lo. Fundamentamo-lo em dois aspectos.

Em primeiro lugar consideramos que o Programa do

Governo Regional se encontra desequilibrado, formal e substancialmente. O desequilíbrio formal encontra-se facilmente demonstrado pela leitura da matéria preambular do mesmo o que conseguimos de alguma forma justificar, quando interviemos sobre questões pontuais que lá se encontram anunciadas.

Nós rejeitamos o paternalismo, rejeitamos as insinuações de que o projecto autonómico possa acolher o conceito da unicidade. A consolidação do Estado Democrático foi possível em virtude de um somatório de esforços, de estratégias e de um trabalho difícil, muitas vezes divergente mas que conduziu o Povo dos Açores a uma opção que vem permitindo consolidar sucessivamente o regime democrático. Julgamos que participámos de uma forma activa neste processo, e quando o Governo Regional no balanço histórico da actividade do I Governo afirma que garantiu a liberdade nos Açores, nós julgamos que temos a quota parte maior desse trabalho porque fomos a força que resistiu contra todos os atentados de liberdade que foram perpetrados contra uma força democrática como o Partido Socialista.

Não abandonamos a nossa terra, aguentamos os momentos mais difíceis desta luta, mesmo durante a última campanha eleitoral fomos a força que soube resistir e enfrentar duas frentes de luta, e é bom que a maioria pense nisso, duas frentes de luta extraordinariamente bem organizadas, por um lado o Governo Regional, a sua máquina e a maioria, por outro lado o Partido Comunista Português, a sua máquina e a sua força minoritária. Foi devido ao trabalho do Partido Socialista que aceitou a luta colocada nessas duas frentes, que impediu o assumir do crescimento arrogante da força do Partido Comunista, foi a nossa luta clara e aberta que fez com que isso se concretizasse. A prova está dada e vejam-se os resultados eleitorais nas freguesias de predominância socialista, particularmente nesta ilha, onde o Partido Comunista desceu e nós subimos. É evidente que isso só foi possível porque nós fomos a frente dessa luta, porque nós garantimos o espaço democrático, porque nós lutámos contra o totalitarismo em várias expressões da sua presença na nossa terra. Por isso garantimos a liberdade.

Quanto à projecção internacional dos Açores que se encontra contemplada igualmente no Programa do Governo, caberia neste momento um pouco de reflexão. Uma reflexão que nos trouxesse à nossa dimensão real sem que com essa preocupação venhamos a tomar atitudes complexadas de diminuição psicológica colectiva. Nós temos a dimensão que temos, temos os valores que temos, mas somos tão grandes quanto o nosso tamanho, mas não maiores. Recusamos, portanto, a megalomania instalada nos preconceitos deste programa, e seria bom que se falasse claro de uma vez por todas quanto aos níveis de participação da Região no estrangeiro, que nós defendemos e estão consagradas no programa eleitoral de Governo que apresentámos.

Ao discordarmos do princípio, discordamos tão somente da forma como se assume uma dimensão que não se tem, talvez para se compensar defeitos que se tem mas que não se admitem. Por isso acho que era bom ter um pouco de humildade, e quando se fala em participação europeia ou no órgãos e instâncias do Parlamento Europeu, seria bom que se explicasse ao Povo dos Açores qual a relevância exacta dessa participação, em que qualidade ela se faz e

qual é o nível político dos órgãos onde se está presente.

Que eu saiba, a conferência dos órgãos periféricos de países do Mercado Comum, é uma conferência que tem um nível de autarquia local. Por outro lado, julgamos que era bom assumir também com humildade a dignidade das opções que o Povo dos Açores sente na sua carne, e será pernicioso e talvez até um pouco perigoso dizer-se ao Povo dos Açores com triunfalismo que tudo está bem. Será uma contradição em termos democráticos. Nós estamos aqui porque muita coisa está mal, tanto na reconstrução, tanto no desafio sectorial da governação, tanto na organização institucional do Estado Democrático. Por isso temos que ter uma noção exacta das nossas responsabilidades, o enquadramento correcto daquilo que é a realidade açoriana para que o povo acredite em nós, para que falando concretamente dos problemas e não omitindo qualquer pormenor esse mesmo povo aceite e acredite no processo em que nós participamos porque ele é o sujeito das acções de que nós nos ocupamos aqui, e se nós transmitirmos uma ideia falsa, ele perde o alento e deixa de acreditar e participar de uma forma talvez menos esclarecida.

Gostaria também de dizer uma outra coisa neste sentido. O Programa do Governo pressupõe quase sempre a existência de uma homogeneidade na realidade açoriana. Falemos das coisas com a propriedade correspondente à sua realidade. A unidade açoriana tem de ser construída. Saibamos assumir que esse processo está no início. Saibamos aceitar que o desafio é enorme, e não partamos do princípio de que as coisas estão resolvidas. De nada serve fazerem-se apelos abstractos senão houver prioritariamente a preocupação de fazermos e tomarmos as iniciativas que poderão conduzir e conduzirão de certo, se nesse sentido todos caminharmos, à unidade dos Açores na sua diversidade.

A identidade da ilha e a entidade ilha são um fenómeno que não se encontra suficientemente aclarado no Programa do Governo, que prefere neste momento político falar da Região Autónoma dos Açores num global abstracto e não contempla esse fenómeno geográfico, social e antropológico de uma forma suficientemente clara para que no decorrer do seu tratamento se possam assumir soluções concretas e propôr a resolução dos problemas reais das pessoas que vivem com problemas diferentes. Quanto ao Estatuto Político-Administrativo que também se encontra analisado no balanço histórico da actividade do I Governo, eu abstenho-me de fazer mais comentários porque eles provocaram um debate lateral nesta discussão, talvez esclarecedora, talvez confundindo alguns espíritos mas reafirmamos aqui o nosso princípio, o Partido Socialista não abdica do direito que lhe assiste de reivindicar uma participação activa, colaborante e acima de tudo responsável em todas fases do aproveitamento das ideias até à aprovação final na Assembleia da República. Com sobressaltos, naturalmente, mas nós assumimos as contradições que porventura o processo contenha, e contem-nas de facto de um lado e outro desta Assembleia, assumimos a nossa parte, mas que saibam todos que nós lutamos também da nossa barreira para que o resultado final fosse aquele que foi e gostaríamos que todos nós considerássemos essa realidade e talvez esse mérito. Naturalmente que no campo sectorial teríamos que aprofundar

este debate a ponto de tal ordem pormenorizador que sem a análise dos projectos ficaríamos naturalmente na discussão verbal de ideias diferentes. Que uma quantificação que não se exige num Programa de Governo, sem a possibilidade de comparar quantitativamente e qualitativamente os processos propostos por diferentes forças políticas torna-se muito difícil comparar alternativas. Acima de tudo interessa definir prioridades, definir projectos viáveis executáveis num período temporal, e com a vigência do Executivo. Naturalmente que foi posta nesta Assembleia comparação possível entre o projecto de programa socialista de Governo Regional, um programa eleitoral que foi amplamente divulgado previamente às últimas eleições e o projecto final do programa do Governo ou proposta do programa do Governo que esteve em debate nesta Câmara. Seria tão desigual o tratamento como o seria se nós estivessemos com a preocupação de comparar o texto eleitoral do PSD com o texto do Governo Regional que não é necessariamente o texto partidário da campanha eleitoral. Nós sabemos distinguir. Mas as prioridades constantes no programa eleitoral do Governo Regional, do Partido Socialista, essas não mudam simplesmente é óbvio que se fossemos Governo Regional faríamos o tratamento adequado a esse diploma tal como o Governo Regional fez ao programa partidário que serviu de base à sua campanha eleitoral para o transformar num programa de Governo que deixa de ser um programa eleitoral de um partido. O que não podem mudar são os compromissos e as opções prioritárias constantes nas linhas programáticas presentes ao eleitorado. Também será útil aqui referir que no decurso do debate assistiu-se a uma possível procura de coincidências entre o programa eleitoral do Partido Socialista e o actual programa do Governo Regional. Em muitos campos essas coincidências existem. Simplesmente isso não serve de forma alguma para que se possa tirar a conclusão de que nós, Partido Socialista, eventualmente em determinados casos temos explicitado as mesmas opções, fiquemos obrigados a optar favora velmente pelo Programa do Governo Regional porque é óbvio que a nossa opção assenta até numa estrutura de Governo Regional completamente diferente e orientada com outros princípios e prioridades. A mera coincidência pontual de opções ou alíneas nada tem a ver com o contexto global do programa do Governo norteado por filosofias políticas ou mais, por práticas políticas e concepções política diferentes, e que de forma alguma podem fazer coincidir. Diria até que se o PSD tivesse apresentado o elenco governativo antes do acto eleitoral teria facilitado muito ao Povo dos Açores a sua opção e a sua escolha e digo isto sem qualquer desmerecimento para os membros do Governo. Como fui acusado durante a campanha eleitoral de ser elitista quando hoje, da bancada do PSD, ouvi proclamações de elitismo extraordinárias, chegarem ao ponto de dizer que nós não tínhamos competência para analisar uma página ou duas do Programa do Governo Regional o que motivou um protesto da minha parte, naturalmente, que pelo facto de termos falado uma linguagem clara e directa fui acusado de elitismo. Mas porque é que o Governo Regional, que assumiu a responsabilidade governativa quase na mesma forma como deixou o mandato na I legislatura, porque é que não teve a facilidade de dizer ao eleitorado

que reporia quase integralmente o seu elenco governativo depois das eleições?

Porque é que só disse que o Presidente do Governo Regional seria o mesmo? Porque lhe convinha eleitoralmente.

O povo dos Açores não teve todos os dados para a escolha. Por isso nesta conjuntura é fundamental na perspectiva do Partido Socialista associar este programa do Governo ao elenco governativo que com opções semelhantes durante 4 anos não foi capaz de as fazer executar, facto salientado por uma análise bem elaborada do meu colega de bancada Deputado Dionísio de Sousa. Ele é independente e por isso tenho o cuidado de não lhe chamar camarada embora a camaradagem exista entre nós. Naturalmente que tendo eu feito a comparação escuso-me de a fazer na medida em que muito do que foi prometido ficou por cumprir, embora se tenham cumprido muitas coisas naturalmente. Um dos aspectos sectoriais mais importantes e que teria do nosso ponto de vista sido um aspecto importantíssimo no debate a que o Governo se escusou de fazer nesta Assembleia, o problema da política de financiamento do déficite regional.

Foi proferida uma resposta pelo Sr. Secretário Regional das Finanças que indicava claramente o despropósito do seu tratamento nesta Câmara. Julgamos que não. Não se tratava de conhecer neste momento quantificado o déficite regional, tratava-se tão somente de conhecer a opção política do Governo na matéria de financiamento de déficits regionais. Isso não foi esclarecido aqui. Gostaríamos de saber se ainda for tempo disso, se o Governo Regional em face das várias possibilidades que se deparam no horizonte está disposto a contrair empréstimos, irá atirar para a mesa das negociações algum trunfo pesado para que o Governo Central para resolver o problema, tem desse Governo Central garantias?

A praxe estabelecida nos anos anteriores poderá ser garantia suficiente para o financiamento do déficite? Porque o déficite existirá e será naturalmente superior aos anos anteriores se fizermos uma análise simplista decorrente da transferência de serviços periféricos que onerarão naturalmente o erário público, e o orçamento de despesas do orçamento regional naturalmente será aumentado.

As receitas poderão aumentar talvez, mas não tanto ao ritmo desejável para poder superar a diferença. Por isso, e uma vez que é um facto conhecido que esse déficite existirá e agravado, era importante que no plano do Governo que contempla 4 anos de governação se soubesse a opção política do Governo, que atitudes tomará perante eventuais possibilidades. A oposição desconhece essa política do Governo e suscitou esse esclarecimento. Naturalmente que este é um aspecto mais relevante que nos leva na política sectorial a tomar uma atitude firme relativamente a este programa de Governo. Um programa que não dá qualquer garantia ao desenvolvimento económico da Região porque o Governo se escusou de afirmar a sua política que é situada num sector importantíssimo para todos os outros sectores do desenvolvimento regional, isto é, sem cobertura do déficite, sem cobertura de meios financeiros dificilmente o Governo, cumprirá o plano de desenvolvimento, cumprirá o seu plano de investimentos, apoiará o sector primário para o estimular e fomentará todas as formas de associativismo, subsidiará o que tiver que subsidiar e intervirá nos sectores que optar

por intervir, etc, etc..

Naturalmente também que as medidas propostas de controle das despesas públicas, naturalmente são louváveis, sendo louváveis mas desconhecendo as possibilidades e os recursos reais deste Governo, não sabemos nem podemos saber em que grau essa austeridade se irá aplicar e qual o critério finalmente definido para se poder equilibrar, dosear a participação do Estado no desenvolvimento económico da Região e bem assim provocar as necessárias contenções e hábitos talvez supérfluos de membros e departamentos do Governo que seriam e deveriam ser os primeiros a dar o exemplo na austeridade.

Quando se fala igualmente de medidas monetárias, financeiras e cambiais, esperamos que elas ultrapassem bastante o nível da tal moeda própria que se chama escudo e que simplesmente terá uma cunhagem comemorativa para a Região Autónoma dos Açores. Mas infelizmente o Governo Regional permite falar de moeda própria como se moeda própria fosse o escudo português. Esperemos igualmente que no campo das finanças locais se consiga de facto defender e respeitar os critérios estabelecidos na Lei das Finanças Locais com a adequação necessária à realidade açoriana respeitando a especificidade própria da nossa realidade diversa para que sem preceitos de certa forma obscuros se venha a defender o privilégio dos maiores em detrimento dos mais pequenos que neste momento são os mais contemplados. Não colhe a argumentação de que por falta de maior executabilidade daquelas Câmaras pequenas, e lembro o Corvo que não tem meios próprios para executar um orçamento altamente dotado, se venha a permitir que Câmaras com as carências básicas resolvidas e portanto as maiores realmente venham a ter o usufruto por transferências de verbas dos direitos orçamentais de uma Câmara que, acima de tudo tem de ser dotada dos meios para poder ver executada a capacidade orçamental de que dispõe para efeitos de suprir as carências que realmente tem, para poder então nessa altura deixar de usufruir dos critérios favoráveis de ponderação que a Lei das Finanças Locais lhe atribui.

Mas a Educação e Cultura, permita-me o Governo Regional dizer que é o capítulo mais vazio deste programa do Governo.

Aqui também me permitem fazer uma reflexão quase em termos sociológicos, quase no fim do século XX, em que a sociedade humana se seculariza, em que o homem se assume mais como cidadão do Universo, mas parece que isso não encontra acompanhamento mental por parte do Governo Regional.

Parece que regressamos a formas tribais de organização. Parece que o dirigismo cultural acaba por entrar, embora negado nos seus preconceitos.

O célebre combate ao desenvolvimento cultural não vai ser, por mim, abordado aqui. Mas convirá saber o que significa o estabelecimento de mais possibilidades de acesso à educação nos seus vários graus. As mais são todas, e sendo todas não tem limite, e sendo assim parece que vivemos na utopia.

Abrir a escola à comunidade é uma coisa que, em 4 anos, o Governo Regional não conseguirá fazer senão em níveis específicos e em acções de formação extremamente limita-

das. O Governo Regional não fala em educação não formal. O Governo Regional imprime um cunho ideológico-geográfico-político às definições prioritárias no sector da educação. Pretende, através da Escola, consciencializar açorianos como se a cultura fosse um fenómeno imposto forçadamente pela consciência. Eu espero que os açorianos em face de um processo de aquisição de conhecimentos científicos, consigam dotar-se dos meios suficientes para conhecer a realidade sem ela lhe ser imposta. Só assim é que terá a liberdade de escolha, a liberdade de conhecer e a liberdade de ser homem. Despertar os açorianos é dizer que eles não estão despertos, isso está aqui dito que devemos despertar os açorianos através de conhecimentos das reais potencialidades da Região, para um compromisso pessoal no desenvolvimento da sua terra.

Será que o Governo diz que os açorianos não estão despertos?

Será que o Povo dos Açores não quererá o desenvolvimento da sua terra?

A educação formal, que não é necessariamente educação erudita, deverá ser tão vasta, tão ampla, tão universal quanto possível, para se poderem atingir os objectivos universais que a ciência, a educação propugna em qualquer país porque não conhece fronteiras nacionais.

Naturalmente que estas opções são opções que nós não aceitamos. E conviria neste momento que a família surge tratada em quase todos os parágrafos deste Programa do Governo como se o Governo Regional pudesse criar ou dispor das opções familiares de alguém. Acharmos uma intromissão abusiva falar-se despropositadamente e sucessivamente da célula familiar para efeitos de aproveitamento político.

O Estado nada tem a ver com a família, tem a ver com o cidadão que se organiza livremente, e penso que do PSD e as estruturas máximas do PSD não colhemos ensinamentos familiares para que se consiga descortinar daqui um intuito sério neste sentido. A família do homem, a família de todos os homens é uma família que não necessita da intervenção estatal para resolver os seus problemas. Penso que esta matéria é extremamente importante, porque o Governo numa linha diz que propugnará por um família sã e forte. Só por isto eu digo que não compete ao Governo nem criar a sanidade familiar, nem fortalecer as famílias, nem do Povo dos Açores, nem doutro povo qualquer. Isso não compete a ninguém, senão aos indivíduos que livremente se associam e encaram a vida em conjunto ou em separado.

Naturalmente, o tempo será escasso para apresentar as restantes justificações que em todos os sectores encontramos para justificar a nossa posição de rejeição a este Programa do Governo. E digo a última razão.

Está desequilibrado em conteúdo, se em certos momentos o Governo refutava observações de carácter pontual, e houve de vez em quando a esteriorização de uma opinião no sentido de dizer que isso seria matéria do plano, noutros momentos desce-se ao pormenor ridículo, porque obviamente com isso pretenderá atingir objectivos eleitorais, porque estamos sempre em eleições infelizmente para o nosso povo que está cansado disso, e fala-se de pormenores perfei-

tamente descabidos no contexto deste programa.

Desce-se ao rigor da ilha, ao pormenor quase da cidade, mas noutros campos foge-se completamente à concretização das opções.

Está desequilibrado na sua substância. Está desequilibrado, não tem um fio condutor que o defenda e que o faça defensável em termos de passar unanimemente nesta Câmara. Por isso apresentámos a moção de rejeição.

Queremos dizer ao Governo Regional, que obviamente aceitaremos a decisão da maioria. Queremos garantir a todos nesta Casa que a nossa posição é uma posição crítica, assumida por um Partido da oposição. Repletaremos a aprovação nesta Câmara que naturalmente se divisa, naturalmente que o Partido maioritário dará a sua confiança ao Governo.

Desta opção, decorrerão opções do plano e orçamento que iremos estudar em pormenor e a atitude que hoje aqui tomarmos de forma alguma significarão oposição sistemática, oposição por oposição, significa tão somente que este Grupo Parlamentar, que estes homens e mulheres que aqui se sentaram visam assumir pontualmente as responsabilidades do momento a que foram chamados, saberão pontualmente analisar as questões que lhe forem colocadas, tomarão acima de tudo as decisões que as suas consciências ditarem em face da conjuntura, dos grandes princípios, em face, acima de tudo, das responsabilidades reais que cabem ao Partido Socialista como construtor da Autonomia, como construtor igual e par de todos na consolidação do regime democrático no nosso País.

(Palmas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho do PSD para a intervenção final do debate.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No início da II Legislatura da Assembleia Regional não poderei deixar de recordar algo que afirmei aquando da entrada em funcionamento deste Órgão de Governo próprio da Região, nomeadamente que:

- íamos partir para uma venturosa viagem em busca de um melhor futuro para nós e para os nossos filhos;
- íamos partir, munidos das faculdades constitucionais de governo próprio, à descoberta dos Açores, das suas potencialidades e da riqueza interior do seu povo;
- deveríamos arrojarmos para longe quaisquer vestígios de pessimismo e
- deveríamos caminhar com a esperança e coragem peculiar do Povo Açoriano.

Hoje poderemos sentir-nos tranquilos porque na verdade, conseguimos encontrar o caminho certo para os açorianos, dando corpo e consolidando as suas instituições democráticas, descobrimos a grande riqueza que todos constituímos e tornámo-nos um povo que foi capaz de, com os meios ao seu dispor, dar início a uma sã vivência democrática e a um desenvolvimento harmonioso nunca antes sonhado.

Não podemos, assim, deixar de transmitir a todos vós o alto significado que tem para nós o início da II Legislatura da Assembleia Regional, uma vez que ela traduz o sacrifício, a humildade dum povo que desde sempre desejou viver em paz, tranquilidade, respeito e solidariedade. Daí que se

encare a entrada em funcionamento desta Assembleia, após as eleições de Outubro findo, como um acontecimento normal numa sociedade democrática e adulta.

Permite que, também, realce o facto de darmos início aos nossos trabalhos pela apreciação e aprovação do programa do Governo Regional.

Esta apreciação do programa do Governo Regional reveste-se de carácter relevante no nosso sistema, porquanto ela traduz a consagração do parlamentarismo puro, isto é, de que aos legítimos representantes do povo, e portanto a este, é que cabe decidir sobre os seus destinos. A referida apreciação e aprovação significa a evolução e aperfeiçoamento no funcionamento das instituições democráticas regionais.

Não será, no entanto, despropositado chamar a atenção para o facto de que tal apreciação só se tornou plenamente viável após a aprovação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. O mesmo será dizer que foi necessário existir um Estatuto emanado dos representantes do Povo Açoriano para que esta apreciação se tornasse possível. Isto demonstra que os açorianos optaram por um sistema eficaz e capaz de solucionar e satisfazer as suas exigências e necessidades. A situação que se lhes depara constitui, também, uma prova inofismável de como a sociedade civil desta Região foi capaz de se organizar em termos sólidos e democráticos sem apadrinhamentos, de arrancar esta Região do estado depauperado em que se encontrava e de se impôr no e ao País de que faz parte.

Mas Sr. Presidente! Srs. Deputados! Tudo isto foi possível porque houve açorianos que souberam e tiveram coragem de encarnar o espírito do Povo dos Açores que, como já o havia manifestado em 1832 aquando da formação de Governo da regência de D. Pedro de Bragança nestas paragens, para que o País se mantivesse fiel aos princípios liberais do Estado soube encarnar este espírito que foi sempre um espírito de amor à liberdade e à vivência em democracia.

Os açorianos de agora nada mais fizeram do que agarrar este espírito de liberdade e não permitir que, no surto revolucionário totalitário e de desintegração da Nação, ele se esvaziasse ou fosse invocado para atingir fins inconfessáveis.

Foi, assim, incarnando este espírito de liberdade e assumindo as consequentes responsabilidades daí advenientes que o Povo dos Açores optou pela autonomia regional como meio de democraticamente, transformar esta Região quer social quer economicamente.

Foi de acordo com esta opção que se conseguiu encontrar as soluções de desenvolvimento e progresso sem ferir as realidades sócio-culturais existentes.

Foi tendo presente estes princípios que se encontrou uma solução de governação que respeitou a tradição político-administrativa existente, e foi a adequada para a construção em curso da unidade açoriana que se revelou viável e eficiente, aliás, como os Açorianos o vieram a confirmar.

Foi, sobretudo, apostando no espírito de liberdade, no respeito por cada cidadão dos Açores e de cada ilha, que se conseguiu trilhar o caminho da unidade regional e, em consequência, dar-se a verdadeira dimensão da identidade do Povo dos Açores, que, hoje, constitui uma colectividade

homogénea, com abstracto territorial, alicerçada em interesses históricos, culturais e geo-económicos próprios.

Caminhada que esboçada detrás vem a desenvolver-se de há 4 anos e tem sempre por base o respeito intransigente pelo sentir, viver e modo de ser do Povo Açoriano cujos resultados profícuos são de tal ordem que, por um lado, determinaram o esvaziamento dos que a ela se opuseram e se opõem e, por outro lado, fez com que muitos, após longos percursos e de diversas hesitações e tergiversações, passassem a trilhá-la, aliás como o bom senso dos Açorianos desde há muito preconizava e aconselhava.

Para se obter este resultado tivemos sempre o máximo respeito pela pessoa humana e lutámos dentro do nosso Partido e perante os outros, para que a dignidade de cada homem e de cada mulher fosse respeitada, não se deixando cada um de nós utilizar nem permitindo que outros fossem utilizados como meras pedras de uma partida de xadrez desumana que, embora sem sangue, pretenda, repetimos, utilizar as pessoas para a conquista do poder ou para o seu exercício arbitrário e sem entraves.

É por isso que, estando num Partido maioritário, não abdicamos da nossa individualidade e da nossa liberdade e, muito menos, vacilámos quando nos foram propostas de outros, no sentido de alcançarmos maior poder, dando a nossa dignidade em troca desse mesmo poder. O que nos move não é o poder, mas servir, com a nossa humilde condição, o povo de que fazemos parte.

Porque não abdicamos da nossa individualidade e da nossa liberdade trabalhamos em equipa e aceitamos e respeitamos a coordenação dessa equipa.

É, pois, com grande satisfação e tranquilidade que hoje vemos em plena concretização aspirações ancestrais do Povo Açoriano e por isso encontramos alento e determinação para que essa concretização seja incrementada de modo a que a terra que nos foi berço se torne a localidade onde todos os que nela vierem a nascer possam viver cada vez melhor e gozem de um maior grau de civilização e de paz.

Sr. Presidente! Srs. Deputados!

Estamos a apreciar e, em breve, iremos votar um programa de Governo Regional que, sem dúvida, é audacioso e exigente, mas viável, porque se alicerça, por um lado, na opção consciente e serena do Povo Açoriano e por outro lado, se encontra firmado no trabalho árduo e profícuo de 4 anos.

Trata-se de um programa cujas virtualidades tem necessariamente de ser sublinhadas, visto entrar as suas atenções e objectivos na pessoa humana e na família e nesta como célula fundamental da sociedade que não queremos deixar destruir mas antes pelo contrário firmar e reconstruir.

Trata-se de um programa que, para levar a efeito, os seus intuitos de realização da pessoa humana aposta em seguir a via Social-Democrata, única via que, após o 25 de Abril, se tem demonstrado apta não só para transformar a nossa Região numa parcela de território próspero como ainda proceder à recuperação e reencontro do nosso País. Daí que o programa ora em apreciação tenha merecido o apoio da esmagadora maioria do Povo Açoriano e, em consequência, vai merecer idêntico apoio dos seus representantes Sociais Democratas.

Não há dúvida Sr. Presidente! Srs. Deputados! Que a nossa experiência de autonomia democrática, pela via social democrata, constitui uma prova insofismável como se pode desenvolver e transformar uma comunidade respeitando a pessoa humana, respeitando os princípios fundamentais duma sociedade que se deseja livre, como sejam: o direito à integridade pessoal, moral e física, direito ao trabalho, direito à concretização das suas capacidades, à constituição de família, ao respeito das crenças religiosas e aos princípios éticos morais que constituem traves mestras duma sociedade sã e livre.

Estamos perante um programa de Governo Regional que demonstra ter uma visão de conjunto da governação, que tem presente que o desenvolvimento harmonioso de todas as parcelas de uma Região é um meio indispensável para alicerçar a unidade que se vem construindo desde que nela se vive em democracia e que tem patente o imperativo de preparar os Açores para se integrarem, por direito próprio, num País que tem um Governo forte, preocupado na sua reconstrução, e por isso mesmo muito mais exigente visto ter como objectivo fundamental a instauração dos princípios essenciais que dão razão de ser a uma Nação.

A situação existente no País — estabilidade política, maioria parlamentar e governamental — determina que a Autonomia Político-Administrativa da Região se afirme cada vez mais pela via positiva. Aliás tal afirmação para nós não constitui novidade, uma vez que sempre defendemos que a autonomia era um processo construtivo e nunca um processo de oposição.

Perante estes factos que, em termos políticos, constituem nova realidade e por conseguinte impondo processos de trabalho mais maduros, vamos, sem tibiezas, com coragem e firmeza, ser dignos do povo que nos mandatou para continuarmos a consolidar os pilares de um sociedade que são: o progresso, o respeito pela pessoa humana e a paz social.

Mas Sr. Presidente! Srs. Deputados! Estamos perante um programa de Governo que não só tem presente a fase de desenvolvimento regional, a situação política no País, mas também a entrada do País e da Região para a CEE.

Constata-se esta preocupação logo no sector primário, nomeadamente no que respeita à actividade agro-silvo-pecuária. Efectivamente este é o sector fundamental da nossa economia, daí que todas as medidas que visem a reconversão da actividade agro-silvo-pecuária na perspectiva de adesão à CEE devem ser sublinhadas num debate deste teor.

Na verdade este é um problema que nos preocupa, uma vez que ele impõe uma longa caminhada não só aos que se dedicam à exploração agro-silvo-pecuária, mas também a todos nós.

Parece-nos ser um facto insofismável que para fazer a transformação necessária neste sector, não são suficientes ajudas económicas a até medidas legislativas imediatas. Impõe-se sim criar, através de legislação apropriada, situações que nos habilitem a concretizar o objectivo da entrada para a CEE.

Tudo isto passa antes de mais pela constatação das seguintes realidades:

- o individualismo próprio dos ilhéus;
- a desconfiança no associativismo.

Assim é necessário, como actividade preliminar, incrementar acções que levem ao esclarecimento das pessoas afim de lhes serem explicitadas as vantagens e desvantagens de um e de outro.

É necessário primeiro apoiar e fomentar a exploração familiar e possibilitar que esta se redimensione. Uma vez chegados a esta fase caminhar abertamente para o associativismo.

A caminhada preconizada fundamenta-se no facto simples de, em meu entender, não se poder falar em associativismo no verdadeiro sentido da palavra enquanto não formos capazes de criar os meios para que ele exista a nível familiar.

Mas, neste capítulo estamos confiantes, pois confiamos nos lavradores desta terra e nos responsáveis pelo sector.

Sr. Presidente! Srs. Deputados!

Pelo programa do Governo se conclui que o novo Executivo continua os passos do primeiro no que respeita à resolução do problema energético e de infraestruturas da nossa Região.

Aprezamos registar tal facto, porquanto estes são indispensáveis para o nosso desenvolvimento e suponho poder afirmar que esta Região podia ter feição totalmente diferente se estivesse dotada de infraestruturas quando o PSD através de eleições livres assumiu a responsabilidade de a governar.

Sr. Presidente! Srs. Deputados!

Ao longo de 4 anos a administração regional cresceu muito, o que necessariamente a torna difícil de fiscalizar.

É, pois, com grande satisfação que tomámos conhecimento do objectivo do Governo Regional de proceder à criação de órgãos regionais de inspecção administrativa. A inexistência destes é sentida não só por nós, mas pela maioria da população.

Efectivamente, à medida que a administração regional cresce mais se fazia sentir a necessidade de tais órgãos.

Relacionado com este problema permitam que sublinhe a falta que, em nosso entender, faz uma Secção do Tribunal de Contas.

Mas a verdade é que quer o Governo regional quer esta Assembleia já fizeram tudo o que estava ao seu alcance para que a sua existência fosse uma realidade. Só que aquilo que não está ao nosso alcance não nos é possível resolver.

Cabe, no entanto, sobre este assunto e a propósito fazer esta pequena reflexão. A criação de uma Secção do Tribunal de Contas é algo de simples, no entanto o Poder Central não foi capaz de a concretizar em 4 anos. Não será descabido pôr este problema: e se nós tivéssemos deixado tudo por conta do Poder Central desde a criação de infraestruturas à montagem duma administração apta a solucionar os nossos problemas o que teria acontecido? A resposta parece estar no caso da criação da Secção do Tribunal de Contas. Esta é mais uma prova insofismável de que qualquer que seja o Poder Central, os açorianos têm que tomar a defesa constante dos seus interesses.

É, pois, Sr. Presidente! Srs. Deputados! Com este espí-

rito que vamos continuar a venturosa viagem de trabalhar a bem do Povo dos Açores, porque este é o único digno de toda a nossa dedicação, daí que nos imponha votar favoravelmente o programa apresentado pelo Governo Regional dos Açores e votar contra a moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista.

(Palmas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais e Sub-Secretário Regional:

Serei breve. O Governo trouxe à apreciação desta Câmara o seu programa, para ele pede a aprovação da Assembleia Regional, porque este programa merece ser aprovado. Ele contém um elenco de medidas coerentes que contemplam os principais problemas da nossa Região, e encara o mandato de 4 anos conferido a esta Câmara da qual depende o Governo sem prejuízo de considerar que a construção da nossa Região, o desenvolvimento das nossas ilhas é um processo que se prolonga no tempo e que mobiliza toda a nossa geração. O programa que o Governo apresenta à Assembleia merece aprovação porque está avalizado pela força política que ao longo dos últimos quatro anos deteve a responsabilidade de Governo à qual indubitavelmente cabe a maior da responsabilidade, eu diria mesmo, a liderança da definição e da concretização da nossa Autonomia, do arranque e dos avanços feitos no desenvolvimento económico e na afirmação da nossa Região. Não pretendemos certamente açambarcar o que nos Açores se realizou, mas, como disse já durante este debate, não abdicaremos de forma alguma da liderança que por mandato popular assumimos perante o Povo Açoriano.

Ao longo destes 4 anos que ficam no primeiro mandato do Governo Regional foi possível, mercê das circunstâncias que têm a sua razão de ser e o seu alicerce no 25 de Abril, abrir um capítulo novo na história dos Açores. Por via dele, identificando-nos dentro da nossa Região, podemos também assumir com uma face nova um papel também novo dentro do nosso País, podemos projectar o significado dos Açores e o seu nome e a sua dignidade para além fronteiras em instituições onde nos encontramos a par com outras entidades do mesmo grau da Região Autónoma dos Açores, sem que isto possa fazer esquecer que a Autonomia por nós conseguida com base na Constituição é no conjunto europeu bem mais avançada, e nalguns aspectos se situa próxima de soluções como aquelas que caracterizam os landers, por exemplo a República Federal da Alemanha, com alguns dos quais nos encontramos em paridade de condições na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da CEE. E por que as nossas propostas realistas, concretas, avalizadas pela nossa praxe dos últimos anos, avalizadas também pelas pessoas que ao longo deste período têm dado a cara perante circunstâncias das mais adversas, perante o vilipêndio que sobre elas pessoalmente algumas forças políticas têm pretendido lançar, estou certo que a Câmara não nos recusará a confiança que ao Partido Social Democrata de maneira tão expressiva ainda há bem poucos dias foi dada de forma expressa, livre e democrática pelo Povo dos Açores. Ao chegar ao

termo do debate não julgo demais sublinhar que na hora em que nos encontramos, na qual surgem incertezas que nos vêm de fora e se nos impõem derivadas em muitos aspectos de circunstancialismos em tudo alheios à nossa Região, mas que nela se reflectem — refiro-me evidentemente à crise internacional e ao seu agravamento — é ocasião de dentro da Região e tendo em vista o desenvolvimento económico, sem prejuízo da função que a cada um cabe, cerrarmos todos fileiras para a promoção do desenvolvimento dos Açores, para a afirmação do Povo Açoriano. E as afirmações que, das diversas bancadas desta Câmara, foram feitas no sentido de um compromisso firme cada vez mais concretizado com as nossas instituições autonómicas democráticas terá, espero bem, face a quaisquer dificuldades de percurso, a ocasião de se provar pela parte do Governo Regional.

Julgo que não haverá dúvidas da parte de ninguém em toda a roda dos Açores e de uma forma muito especial dentro desta Câmara que saberemos estar à altura das nossas responsabilidades. Muito obrigado.

(Palmas)

Presidente: Terminou o debate sobre o programa do Governo. Embora tenha algumas indicações de que não será necessário o período regimentalmente exigido de uma hora para se proceder à votação da moção de rejeição, penso que vai ser necessário pelo menos fazer uma pequena interrupção dos nossos trabalhos visto que é indispensável um contacto com os representantes dos três partidos nomeadamente quanto a três propostas que a Mesa tem para apresentar e que deverão ser consideradas imediatamente a seguir.

Suspendo portanto os trabalhos por 15 minutos.

(Eram 23 horas e 30 minutos)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 23 horas e 45 minutos)

Uma vez que ficou entendido por consenso entre os três partidos que a hora regimentalmente exigida para reflexão antes da votação pudesse prescindir-se, vamos passar de imediato a votar a moção de rejeição do programa do Governo apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que votam a favor da moção de rejeição fazem favor de se manter como se encontram. Os Srs. Deputados que votam contra a moção de rejeição fazem favor de se sentar.

Secretário: A moção foi reprovada por 29 votos do PSD e 1 voto do CDS e 10 votos a favor do PS.

Presidente: Visto o resultado desta votação e também nos termos regimentais vamos agora submeter a esta Assembleia o próprio programa do Governo sob a forma de uma resolução para aprovação.

Os Srs. Deputados que votam a favor da aprovação do programa do Governo fazem favor de se manter como se encontram. Os Srs. Deputados que votam contra fazem favor de se sentar.

Secretário: O programa do Governo foi aprovado por 29 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS e 10 votos contra do PS.

Presidente: Em virtude do resultado desta votação declarado que o II Governo Constitucional da Região Autónoma dos Açores acaba de receber a sua investidura parlamentar.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida para uma declaração de voto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): No final dos trabalhos cabe-me em nome do Grupo Parlamentar do PSD ter algumas considerações certamente incluídas na declaração de voto que aqui vamos formular e em relação ao programa do Governo que acabamos de aprovar por maioria do PSD. Gostaria de referir, e sem me alongar, que 4 anos de Governo e 4 anos de vida são muito pouco para um povo, para uma Região e para a Humanidade. Por vezes devo dizer que é confrangedor verificar quão rápido desejaria a oposição, e nós também o desejamos, pudesse ser a consolidação do desenvolvimento económico nesta Região. Por vezes acusa-se o Governo e o Partido que o suporta de serem fantasistas nos projectos, nas propostas que aqui trazem consignadas no seu programa e eventualmente no plano e orçamento e, ao mesmo tempo e paralelamente, pedem-se ao Governo e ao Partido que o apoia que realize no mais curto espaço de tempo todas as aspirações que para aqui trazemos. Gostaria de referir e parece-me uma nota importante que ao militarmos e ao assumirmos a responsabilidade de a esta Câmara vir defender os interesses da Região, o fazemos não numa perspectiva do poder pelo poder como por vezes aqui nesta Câmara tem sido deixado transparecer. Parece que para algumas pessoas interessa apenas contar as cabeças. São 30 dum lado, 10 do outro, mais uma oposição do CDS. A nossa perspectiva é de que o poder só serve a quem procura bem servir o povo, e o poder só serve para que através dele se consigam realizar programas que efectivamente toquem o desenvolvimento das pessoas. É nessa perspectiva que nós não entendemos quando aqui se fala da infalibilidade da maioria. Nunca senti que no Grupo Parlamentar do PSD se pudesse entender a maioria como infalível. Esse é um conceito que nós não aceitamos sequer tocá-lo de raiz, por ser de todo intangível a uma pessoa medianamente inteligente. Uma outra referência que aqui gostaria de deixar por me parecer que ela terá perfeito cabimento é a de que a perspectiva do PSD e do Grupo Parlamentar não é de que esta Câmara seja um órgão de menor representatividade democrática e de menor interesse para a Região, e devo referir que me ofendem a mim pessoalmente as referências que se fazem menos sérias e menos respeitadas a todo aquele que é parlamentar nesta sala. Enquanto por aqui andar, o meu compromisso é por 4 anos eu tudo farei, e na minha bancada assim se fará, para que o Executivo quando aqui vier o venha para julgamento das suas propostas. É essa a intenção que preside ao nosso trabalho que fazemos no Grupo Parlamentar. Reafirmo serem perfeitamente descabidas algumas referências que pretendem reduzir o Grupo Parlamentar do PSD a um mero grupo de rapazes que aqui aceitaram ser comparsas numa coisa menos séria, não vos fica bem, não cabe no conteúdo dos trabalhos nesta sala e eu gostaria que a minha declaração de voto pudesse contar um pouco mais do que a declaração de voto, aliás, nesta sala e já hoje foram aproveitadas intervenções para comentários que se deixaram perfeitamente passar. Na declaração de voto temos que explicar porque demos o nosso voto ao programa que aqui foi discutido. Esse programa, do nosso ponto de vista, serve a Re-

gião, esse programa contém um conjunto de medidas concretas necessariamente não enunciadas detalhadamente, que serve nos diversos sectores do desenvolvimento regional. Mereceu a nossa aprovação depois de termos concluído da sua análise que ele visava sectorialmente atender as carências mais prementes da nossa comunidade insular. Gostaria também de referir que por vezes se fala como se todas as realizações necessárias tivessem já sido alcançadas. As pessoas esquecem-se, e é uma pena termos que estar sempre a repetir isto, que a Autonomia em si não é um objectivo, a Autonomia é sim um meio de conseguir o desenvolvimento económico que nós prosseguimos e desejamos. As pessoas que aqui se colocam numa perspectiva Autonomista de apenas reivindicar este ou aquele outro estatuto melhor ou pior consolidado desta ou daquela paternidade esquecem que o objectivo último e final da Autonomia que nós, PSD, pretendemos ver consagrada num documento que já possuímos e pelo qual actualmente nos regemos e que queremos ver alargada num futuro Estatuto, não é senão na perspectiva de que ela vai servir ainda mais e melhor o desenvolvimento que queremos para as nossas ilhas. Também não aceitamos muito bem que se possa negar a autoridade com que aqui vimos falar em nome do Povo Açoriano. Muitas das pessoas que estão hoje na bancada do PSD eram pessoas que antes do 25 de Abril tinham pelo menos tantas preocupações como alguns que agora na bancada do PS se arrogam no exclusivo direito de representarem os verdadeiros trabalhadores, o verdadeiro povo desta terra que não é burro como aqui se disse, que também não é tolo como aqui se pretendeu fazer insinuar. Eu direi que a oposição nos força e de maneira desagradável a termos que por vezes recorrer a afirmações que de facto não deveriam ter cabimento nesta sala. Dizemos porque votamos e temos de explicar porque votamos. Quando o Deputado Martins Goulart aqui se explanou por 30 minutos, que aliás era um direito regimental . . .

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

. . . Esta Câmara irá dar-nos muitas possibilidades de nos dirigirmos à oposição em termos que permitam que ela se possa efectivamente assumir nesta Câmara perante as responsabilidades que aqui a trazem ou pelo menos julgamos aqui a trazerem. Para finalizar devemos referir que não temos dúvidas como Grupo Parlamentar em apoiar um programa que nos é proposto pelo Governo, por nós avalizado, resultado que foi das últimas eleições e do facto de partido maioritário nos vermos na obrigação e termos assumido o compromisso de formar Governo. Entendemos que o conjunto de propostas serve, têm viabilidade, não é exaustivo, não é exequível num plano de 4 anos transformar esta Região e dotá-la de tudo aquilo que ela carece, penso que as referências que aqui se fazem a que não há uma enumeração exacta por um lado e de que os projectos são demasiado ambiciosos por outro, são em si não coerentes na medida em que não se trata dum rol de intenções, trata-se de um projecto de realizações não quantificadas, aqui também já foi dito doutra maneira não previria lugar à apresentação dum plano e de um orçamento, parece-me que não teria cabimento aqui virmos discutir programas definidamente e detalhadamente nem teria também cabimento discutirmos

aqui verbas, isto para explicar a razão porque não contestamos o não aparecimento dum programa exaustivo para cada Departamento e também de não termos um questionário aqui da eventual cobertura do déficit ou das despesas a inserir no orçamento para cada realização. Parece-nos que programa é claramente uma coisa, plano e orçamento serão coisas diferentes. Pelas razões aqui aduzidas e porque este programa se insere nas necessidades mais urgentes de que carece o nosso Povo, porque aponta para a construção de uma sociedade efectivamente mais justa, porque a realização deste conjunto de objectivos nos parece claramente viável, porque 4 anos de realizações são um atestado de capacidade de realizar, julgamos que nos pode ser dada a possibilidade de através desta declaração de voto darmos uma nota muito clara ao Governo da confiança que depositamos nele, não para de maneira cega executar este programa mas para com a crítica que periodicamente e de maneira disciplinada lhe será feito neste Parlamento, procurar executar aquilo que agora é um projecto de intenções consagrado num documento que para aí aponta. Possa o Governo dar continuidade ao trabalho que até aqui vem realizando, possamos nós parlamentares dignificar esta Assembleia trazendo projectos de alternativas, apontando críticas, formulando sugestões sempre na via de que a perspectiva que nos traz aqui é o desenvolvimento da Região e não o afirmarmo-nos pessoalmente por esta ou aquela outra intervenção que aqui possamos ter. Peço desculpa por algum afastamento que possa ter tido em relação ao objectivo muito formal duma declaração de voto. O meu afastamento não terá sido tão significativo se tivermos em conta os afastamentos de «anos-luz» que hoje nesta sala podemos detectar. Muito obrigado.

Presidente: Não há mais declarações de voto. A Mesa tem de submeter à Assembleia três propostas de resolução que a natureza das coisas e as disposições regimentais impõem ou pelo menos parecem impor. A primeira diz respeito ao cumprimento do artigo 31.º do Regimento. O artigo 31.º do Regimento prevê que a Assembleia Regional delibere sobre a composição das Comissões Permanentes ou melhor de três das Comissões Permanentes, visto que para a composição da Comissão Permanente de Organização e Legislação existe um preceito regimental expresso para cuja alteração não apareceu aqui proposta nenhuma. Trata-se assim de dispôr sobre a estrutura das Comissões Permanentes para os Assuntos Políticos e Administrativos, para os Assuntos Sociais e para os Assuntos Económicos e Financeiros. A proposta da Mesa à semelhança do que acontecia na anterior legislatura é que estas 3 Comissões sejam formadas cada uma delas por 4 Deputados do PSD, 2 Deputados do PS e 1 Deputado do CDS se possível. Este «se possível» explica-se porque realmente não será viável que o Sr. Deputado do CDS integre todas estas 3 Comissões visto que ele faz parte por preceito regimental expresso da Comissão de Organização e Legislação. Portanto vai ter que optar por duas das 3 Comissões para as quais vamos votar agora a estrutura. A proposta é portanto 4, 2 e 1 se possível.

Ponho esta proposta à discussão. Não havendo intervenientes passamos a votá-la.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta fazem o favor de se manter como se encontram.

Está a proposta aprovada. As Comissões ficarão com esta constituição e a partir deste momento a Mesa da Assembleia aguarda que os Grupos Parlamentares indiquem à mesa quais os Deputados que irão integrar estas Comissões.

A segunda proposta de resolução também da Mesa é nos seguintes termos:

(Foi lida)

Esta proposta está à discussão. Não havendo intervenientes passaríamos a votar. Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 29 votos do PSD, 1 voto do CDS e 10 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a proposta, não porque os seus considerandos não contenham de facto matéria relevante a ser levada em conta por esta Assembleia, mas porque consideramos que as limitações que de facto podem ser observadas não decorrem nem da vontade nem do interesse desta Assembleia e por isso são limitações que do exterior e particularmente pela conjuntura nacional e pelos prazos de apresentação eventualmente não cumpridos por parte do Governo eventualmente também por ter tomado posse há pouco tempo, se restringem a um âmbito exterior a esta Assembleia. Por isso e para não criar um precedente que julgamos grave na medida em que a audição dos parceiros sociais é extraordinariamente importante mesmo que eles se vejam limitados em tempo para poderem emitir os seus pareceres, julgamos que não é conveniente que se dispense a audição formal que poderá criar imensas dificuldades no relacionamento desta Assembleia com as entidades referidas

A partir deste momento os serviços de registo magnético deixaram de funcionar, sem conhecimento da Mesa, pelo que é de todo impossível reproduzir, *ipsis verbis*, a parte final da declaração de voto do Sr. Deputado Martins Goulart, bem como o início da declaração de voto do Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para uma declaração de voto.-

Deputado Borges de Carvalho (PSD):
 . . . nós pensamos que o orçamento é orçamento da Região e por isso mesmo entendemos que não se vai estabelecer um precedente que determine, aliás, isso não poderia ser feito sem alteração ao Decreto Regional que estabelecesse um princípio de não audição.

Simplemente e atendendo a que houve de facto eleições, o Governo tomou posse no dia que toda a gente sabe,

aliás, foi investido hoje, necessariamente não é possível respeitar-se o legislado no que respeita à audição das autarquias locais e dos parceiros sociais em termos formais isto porque parece que pela primeira vez no nosso País o Orçamento Geral do Estado vai ser apreciado em tempo oportuno. De maneira que ^{não} vem marcar qualquer precedência e respeitando inteiramente o parecer das autarquias locais que é bastante válido e dos parceiros sociais que se forem expeditos haverá sempre um tempo para eles darem o seu parecer e de qualquer modo o aprovar não exclui que eles sejam ouvidos, não dá é possibilidade de 30 dias que é o prazo estabelecido na lei.

Presidente: Finalmente temos a última proposta de resolução que é nos seguintes termos:

(Foi lida)

Está esta proposta à discussão. Não há intervenientes. Passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PSD, 1 voto do CDS e 10 abstenções do PS.

Presidente: Srs. Deputados chegámos finalmente ao fim do nosso trabalho. Eu queria apenas transmitir um apelo da Secretaria no sentido de as pastas de várias cores que estavam em cima das mesas se deixem nesta sala visto que elas fazem parte um pouco do nosso equipamento da Assembleia e não existem outras para as substituir.

Srs. Deputados chegámos ao fim dos nossos trabalhos neste sub-período do mês de Novembro de 1980. Esperamos que nos voltemos a encontrar dentro de talvez não muitas semanas para que serão feitas as necessárias convocações.

Muito boa noite. Estão encerrados os nossos trabalhos.
(Eram 1 hora e 30 minutos da madrugada)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD – Jorge Cruz Castanheira; PS – Daniel de Sá, José Manuel Bettencourt).

(Deputados que faltaram à Sessão: PS – Roberto Amaral).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Moção

– Considerando a vacuidade das intenções programáticas, por um lado, e o vastíssimo leque de matérias que o Programa do Governo contempla, sem cuidar das prioridades dos meios e do nexó que deveriam estar patentes para se julgar da seriedade da sua concretização;

– Considerando que não obstante neste Programa o Governo se reclamar dos princípios e filosofia política da social democracia – o que, nem por pura coincidência nele se constata – este Programa revela isso, sim, a indisfarçada consagração paradoxal de um neo-liberalismo económico, e

de formas indisfarçadas de capitalismo de estado;

– Considerando, outrossim, que sob pias declarações de descentralização se revela em todos os sectores versados neste Programa a preocupação centralizadora e paternalista, o cuidado e controle e a omnipresença do Executivo através da criação de extensões do seu poder, sem respeito pela organização democrática de base do Estado Português;

– Atendendo, finalmente, a que a cópia de generalidades e à vastidão das matérias não corresponde um substracto quer de competência quer de possibilidades materiais e humanas de execução e falta em absoluto a definição de uma linha condutora e de um critério selectivo de realizações possíveis;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, o seguinte projecto de moção, nos termos e para os efeitos do disposto dos artigos 38.º e 41.º do Estatuto:

A Assembleia Regional dos Açores rejeita o Programa do II Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Novembro de 1980

Pel' O Grupo Parlamentar do PS: *José António Martins; Goulart, José Manuel da Costa Bettencourt, Conceição Bettencourt, Avelino Rodrigues, Carlos Mendonça.*

Proposta de Resolução

– Considerando a escassez de tempo que se antolha até à apuração, em Lisboa, da Lei do Plano e da Lei do OGE para 1981;

– Considerando o interesse e a indispensabilidade de o «déficit» desta Região se encontrar pré-determinado em relação à aprovação daquelas leis;

– Considerando as demoras que todos os anos se verificam, na audiência dos Municípios e dos parceiros sociais que devem ser considerados nos pareceres a apresentar a esta Assembleia para a discussão e aprovação do Plano e Orçamento Regionais;

– Considerando que será sempre possível, por meios expeditos, auscultar os interesses apresentados pelos Municípios e pelos Parceiros Sociais,

a Mesa da Assembleia Regional propõe que, para a apreciação, neste ano, das Propostas do Plano e do Orçamento Regionais para 1981, a análise em Comissão se efective com dispensa de audiência formal dos Municípios e dos Parceiros Sociais.

Horta Assembleia Regional 12 de Novembro de 1980

O Presidente da Assembleia Regional: *Álvaro Monjardino.*

Proposta de Resolução

– Considerando a necessidade de, ainda no corrente ano, esta Assembleia se pronunciar sobre o Orçamento e sobre o Plano para 1981;

– Considerando que as respectivas propostas não foram ainda presentes à Assembleia e, presentes que sejam, deverão ainda ser objecto de análise em Comissão;

A Mesa da Assembleia Regional propõe a suspensão do presente período legislativo até que as propostas do Orçamento e do Plano estejam em condições de ser apreciadas por esta Câmara, para o que serão convocados os Deputados

Regionais, tudo nos termos do artigo 41.º n.º 2 do Regimento.

Horta, Assembleia Regional, em 12 de Novembro de 1980.

O Presidente da Assembleia Regional: *Álvaro Monjardino*.

Proposta de Resolução

A Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe que as Comissões Permanentes previstas no artigo 31.º do Regimento tenham a seguinte composição:

4 deputados do PSD

2 deputados do PS

1 deputado do CDS, se possível.

Horta, Assembleia Regional, 12 de Novembro de 1980.

O Presidente da Mesa: *Álvaro Monjardino*.

